

**De**  
**Olho**  
**nas**  
**Metas**

**2012**

Quinto relatório  
de monitoramento  
das 5 Metas do  
Todos Pela Educação



# De Olho nas Metas

Quinto relatório de monitoramento  
das 5 Metas do Todos Pela Educação



# Apresentação

Quando o **Todos Pela Educação** foi criado, em 2006, como um movimento da sociedade civil formado por educadores, organizações sociais, empresas, especialistas em Educação, pesquisadores, empresários, gestores públicos e todos aqueles que são comprometidos com a melhoria da escola pública no Brasil, criou-se, naquela ocasião, uma “linha de chegada” imaginária que serviria como norte para nossas ações: o ano de 2022, bicentenário da Independência do Brasil. Nada mais simbólico do que esta data, já que não há independência sem Educação.

Para verificar, com base em dados mensuráveis e comparáveis, como vem se dando (ou não) a necessária evolução dos índices da Educação brasileira foram definidas pelo movimento cinco Metas, que passaram a ser monitoradas ano a ano. Desde o início, ficou claro que o desafio à frente seria árduo. Há muito o que avançar, tanto em termos de acesso à escola quanto da permanência nela, sem repetência e com aprendizagem de qualidade, como se verá adiante.

Esta publicação traz a atualização das *5 Metas do movimento Todos Pela Educação para 2012*, com base em dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação, e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cada Meta avalia um aspecto relevante do panorama geral da Educação no País. Na segunda parte, análises feitas por respeitados pensadores contribuem para qualificar o debate sobre temas urgentes da agenda da Educação. É desta forma, juntando informações confiáveis com avaliações cuidadosas, que este movimento entende cumprir seu papel de mobilizar a sociedade brasileira e gestores públicos para enfrentar os desafios que temos pela frente.

Infelizmente, nossos índices educacionais ainda nos fragilizam quando nos comparamos a outros países, revelando um descompasso histórico que precisa ser combatido com ações articuladas e investimento adequado.

Para nós, o ano de 2012 foi muito importante em razão de nosso avanço nas propostas em torno de um Plano Nacional de Educação (PNE) que reflita as reais necessidades do País. O novo PNE, que terá vigência de dez anos, deve ser mais um documento importante para nortear o caminho rumo à verdadeira independência, que só acontecerá quando formos um País sem adultos analfabetos e com toda criança e jovem tendo o direito fundamental à Educação de qualidade plenamente assegurado. Aí, sim, seremos o País que queremos.

Boa leitura.

Jorge Gerdau Johannpeter  
*Presidente do Conselho de Governança do Todos Pela Educação*

## Conselho de Governança

Jorge Gerdau Johannpeter  
*Presidente*

Ana Maria dos Santos Diniz  
Antônio Jacinto Matias  
Beatriz Bier Johannpeter  
Daniel Feffer  
Danilo Santos de Miranda  
Denise Aguiar Alvarez  
Fábio Colletti Barbosa  
Fernão Bracher  
José Francisco Soares  
José Paulo Soares Martins  
José Roberto Marinho  
Luís Norberto Pascoal  
Luiz Paulo Montenegro  
Maria Lucia Meirelles Reis  
Milú Egydio Villela  
Mozart Neves Ramos  
Viviane Senna  
Wanda Engel Aduan

## Comissão Técnica

Viviane Senna  
*Coordenadora*  
Célio da Cunha  
Claudio de Moura Castro  
Claudia Costin  
José Francisco Soares  
Marcelo Neri  
Maria Auxiliadora Seabra Rezende  
Maria Helena Guimarães de Castro  
Mariza Abreu  
Nilma Fontanive  
Raquel Teixeira  
Reynaldo Fernandes  
Ricardo Chaves Martins  
Ricardo Paes de Barros  
Ruben Klein

# Sobre o Todos Pela Educação

O Todos Pela Educação é um movimento da sociedade civil, fundado em 2006, com a missão de contribuir para a garantia do direito de todas as crianças e jovens brasileiros à Educação Básica de qualidade. Esse grande objetivo, com prazo de cumprimento até 2022, ano do Bicentenário da Independência do Brasil, foi traduzido em 5 Metas:

**Meta 1** Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola

**Meta 2** Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

**Meta 3** Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano

**Meta 4** Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos

**Meta 5** Investimento em Educação ampliado e bem gerido

Em 2010, o movimento adotou cinco 5 Bandeiras, as quais, entende, são as mais urgentes e com resultados mais impactantes para a melhoria da qualidade da Educação e para o alcance das 5 Metas:

- ◆ Formação e carreira do professor
- ◆ Definição das expectativas de aprendizagem
- ◆ Uso relevante das avaliações externas na gestão educacional
- ◆ Aperfeiçoamento da gestão e da governança da Educação
- ◆ Ampliação da exposição dos alunos ao ensino

O Todos Pela Educação acredita que, pela dimensão do desafio e da desigualdade histórica da Educação no Brasil, apenas a ação dos governos não é suficiente. A participação dos diversos segmentos da sociedade, reunidos em torno de metas comuns e alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais, é fundamental para promover o salto de qualidade de que a Educação Básica brasileira necessita. ◆

# Sobre o *De Olho nas Metas*

*De Olho nas Metas* é o relatório anual do Todos Pela Educação para o acompanhamento dos indicadores educacionais do País sobre atendimento escolar à população de 4 a 17 anos, alfabetização, desempenho dos alunos no Ensino Fundamental e Médio, conclusão dos estudos e financiamento da Educação.

Nesta quinta edição, o destaque fica por conta da Meta 3, que monitora o desempenho dos alunos. Os indicadores foram atualizados com os resultados da Prova Brasil 2011, divulgados pelo Ministério da Educação no segundo semestre de 2012. A Meta 1, que retrata a situação do atendimento à população de 4 a 17 anos, e a Meta 4, que acompanha a conclusão dos estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, também tiveram seus dados atualizados conforme os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro de 2012.

Na segunda parte da publicação, apresentamos seis artigos escritos por nove renomados especialistas que, a convite do movimento, discutiram sobre formação de professores, atendimento e qualidade na Educação Infantil, ensino de matemática, fluxo e fracasso escolar e controle social dos gastos públicos em Educação. Nossa intenção é qualificar o debate e aprimorar cada vez mais a fundamentação das políticas públicas de Educação no País.

Complementam o relatório, nas páginas finais, boletins que apresentam as Metas 1, 3 e 4, além de indicadores educacionais e socioeconômicos para cada unidade da federação.

## Agradecimentos

A equipe executiva do Todos Pela Educação agradece ao apoio de seus mantenedores, à Editora Moderna, pela editoração e impressão desta obra, e à colaboração inestimável dos articulistas Maria Malta Campos, Nelson Gimenes, Yara Esposito, Katia Stocco Smole, Marisa Serrano, Luis Carlos de Menezes, Marcelo Neri, Luis Felipe Batista Oliveira e Paula Louzano. ♦

### Equipe Executiva

Priscila Cruz  
*Diretora executiva*  
Alejandra Meraz Velasco  
Ana Paula Araujo  
Andrea Bergamaschi  
Bárbara Benatti  
Camilla Lamber Salmazi  
Carolina Carvalho Fernandes  
Diana Santana Gomes Lima  
Fabíola Gaigher Mejia  
Isabela Furtado  
Mariana Carolina Mandelli  
Pricilla Kesley Honorato  
Ricardo Falzetta  
Rose Rodrigues  
Thales Ambrosini  
Walquíria Tiburcio

### Mantenedores do Todos Pela Educação

DPaschoal  
Fundação Bradesco  
Fundação Itaú Social  
Fundação Telefônica  
Gerdau  
Instituto Camargo Corrêa  
Instituto Unibanco  
Itaú BBA  
Santander  
Suzano Papel e Celulose

Todo o conteúdo do *De Olho nas Metas* está disponível no site do Todos Pela Educação: <[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)>.

# Sumário



# Metas

**10 Meta 1**

Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola

**24 Meta 2**

Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

**28 Meta 3**

Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano

**42 Meta 4**

Todo aluno com o Ensino Médio concluído até os 19 anos

**50 Meta 5**

Investimento em Educação ampliado e bem gerido

# Artigos

**66 Acesso e qualidade na Educação Infantil**

Maria Malta Campos, Yara Esposito e Nelson Gimenes

**82 Alfabetização matemática: entre a retórica e a ação**

Katia Stocco Smole

**90 Controle social da Educação e democracia participativa**

Marisa Serrano

**96 Faltam professores e professores faltam: o que fazer?**

Luis Carlos de Menezes

**104 Frequência escolar entre 15 e 17 anos: fluxo e motivação**

Marcelo Neri e Luis Felipe Batista de Oliveira

**114 Fracasso escolar e desigualdade no Ensino Fundamental**

Paula Louzano

# Boletins

**126 Boletins por unidade da federação**

**129 Monitoramento e indicadores**

# Metas

Acompanhamento das 5 Metas do **Todos Pela Educação**, que tratam de acesso, alfabetização, aprendizado, conclusão e financiamento da Educação Básica

**1** Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola

**2** Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

**3** Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano

**4** Todo aluno com o Ensino Médio concluído até os 19 anos

**5** Investimento em Educação ampliado e bem gerido

# Meta 1

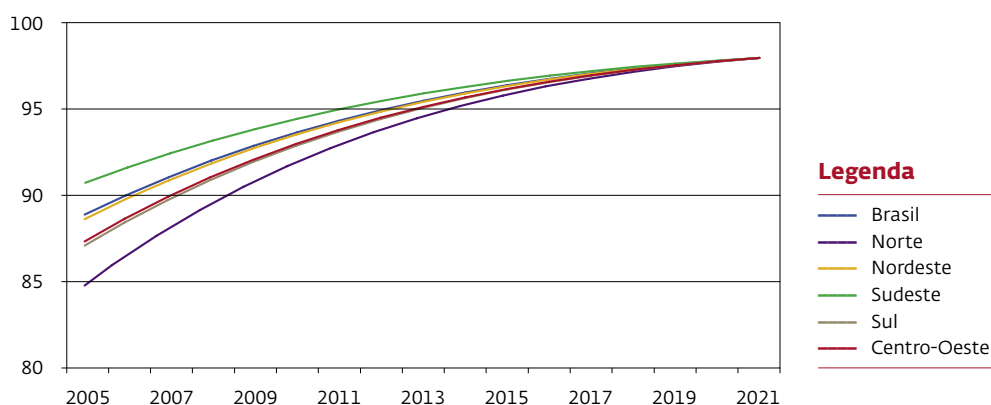
Toda criança e jovem  
de 4 a 17 anos na escola

*Até 2022, 98% ou mais das crianças e jovens de 4 a 17 anos  
deverão estar matriculados e frequentando a escola*

Ao ser promulgada em 1988, a Constituição Federal determinou a obrigatoriedade e a gratuidade do Ensino Fundamental para todas as crianças e jovens nascidos no Brasil, inclusive aqueles que não tiveram oportunidade de cursar a escola no período adequado. Naquele primeiro texto da lei, Educação Infantil e Ensino Médio não foram contemplados. Essa distorção viria a ser parcialmente contornada 21 anos depois, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, em 2009, que estabeleceu a universalização, até 2016, do atendimento escolar a crianças e jovens de 4 a 17 anos. Já o atendimento a crianças de 0 a 3 anos, previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, não teve a meta cumprida e permanece no atual PNE, ainda em tramitação no Congresso.

Quando o movimento Todos Pela Educação foi criado, em setembro de 2006, estabeleceu como tema de sua Meta 1 a universalização do atendimento escolar a crianças e jovens de 4 a 17 anos, compreendendo, portanto, a Pré-Escola (etapa final da Educação Infantil), o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Para balizar a evolução das matrículas, bem como de suas outras quatro Metas, o movimento fixou uma data com forte valor simbólico, o ano 2022, ocasião em que se comemorará o bicentenário da Independência do Brasil. Até lá, a Meta 1 estabelece que o País deverá alcançar a marca de 98% ou mais das crianças e jovens de 4 a 17 anos matriculados e frequentando a escola. O **Gráfico 1.1** mostra a projeção dos índices ano a ano para o Brasil e regiões; seu acompanhamento pode ser verificado no site do movimento, [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br).

**Gráfico 1.1** Projeção Meta 1 – Todos Pela Educação



Fonte: Todos Pela Educação.

## Crescemos, mas não o suficiente

Desde a promulgação da Constituição – e mesmo antes, no início da década de 1980 –, teve início uma gradual e constante evolução na taxa de matrículas na Educação Básica. Tal expansão se daria especialmente no Ensino Fundamental, que, a partir de 2006, com prazo de implantação que se esgotou em 2010, teve sua obrigatoriedade ampliada de oito para nove anos.

Ao longo da primeira década do século 21, o acesso à escola cresceu 8,2 pontos percentuais no País, saindo de um patamar de 83,8% da população entre 4 e 17 anos em 2000, para 92% em 2011, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad 2011), que podem ser observados na **Tabela 1.1**. Esse crescimento, entretanto, não foi suficiente para que a meta intermediária estabelecida pelo Todos Pela Educação fosse cumprida. Em 2011, a taxa nacional de matrículas precisaria estar em 94,1%.

**Tabela 1.1** Taxas de atendimento escolar da população de 4 a 17 anos em 2000 e 2011, e metas intermediárias do Todos Pela Educação de 2011 e 2012, para o Brasil e regiões

	Taxa de atendimento (%)		Intervalo de confiança – Taxa 2011		Metas (%)	
	2000	2011	Inferior	Superior	2011	2012
<b>Brasil</b>	83,8	92,0	91,8	92,3	94,1	94,7
<b>Norte</b>	76,9	89,7	89,0	90,4	92,7	93,6
<b>Nordeste</b>	84,0	92,5	92,1	92,9	94,0	94,6
<b>Sudeste</b>	85,8	93,1	92,6	93,5	94,8	95,3
<b>Sul</b>	82,7	90,2	89,5	90,9	93,5	94,2
<b>Centro-Oeste</b>	82,8	91,3	90,7	92,0	93,6	94,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pnad 2011.

### Legenda

- Não atingiu**  
 Porque o limite superior do intervalo de confiança do índice observado está abaixo da meta.
- Atingiu**  
 Porque a meta está dentro do intervalo de confiança do índice observado.
- Superou**  
 Porque o limite inferior do intervalo de confiança do índice observado está acima da meta.

Nenhuma das regiões brasileiras conseguiu ampliar sua oferta de matrículas de forma a atingir a meta intermediária do Todos Pela Educação. Coerente com a forte disparidade social e econômica ainda existente entre as cinco regiões do País, o quadro de oferta de vagas, sobretudo na rede pública, também se apresenta desigual. Assim, enquanto na região Sudeste a taxa de matrículas efetiva é de 93,1% (quando, segundo o parâmetro estabelecido pelo Todos Pela Educação para 2011, deveria ser de 94,8%), na região Norte ela atinge apenas 89,7% da população entre 4 e 17 anos (quando deveria atingir, no mínimo, 92,7%).

**Tabela 1.2** Taxas de atendimento escolar da população de 4 a 17 anos em 2000 e 2011, e metas intermediárias do Todos Pela Educação de 2011 e 2012, para as unidades da federação

	Taxa de atendimento (%)		Intervalo de confiança – Taxa 2011		Metas (%)	
	2000	2011	Inferior	Superior	2011	2012
Brasil	83,8	92,0	91,8	92,3	94,1	94,7
Acre	71,6	88,9	86,5	91,2	91,8	92,8
Alagoas	78,2	89,8	88,3	91,3	93,1	93,9
Amapá	82,2	88,7	84,9	92,4	93,4	94,1
Amazonas	71,0	88,7	86,8	90,5	92,9	93,8
Bahia	84,0	92,7	92,1	93,3	94,0	94,6
Ceará	87,1	93,3	92,3	94,3	94,8	95,3
Distrito Federal	88,1	92,7	91,4	94,0	94,9	95,3
Espírito Santo	83,1	92,7	91,5	93,9	93,7	94,4
Goiás	83,5	90,6	89,5	91,7	93,4	94,2
Maranhão	82,3	93,4	92,2	94,6	93,8	94,5
Mato Grosso	79,6	91,9	90,6	93,3	93,1	93,9
Mato Grosso do Sul	80,4	90,7	89,2	92,1	93,3	94,0
Minas Gerais	83,8	91,7	90,8	92,5	94,0	94,6
Pará	79,2	90,8	89,8	91,7	92,7	93,6
Paraíba	84,6	92,4	90,4	94,4	94,2	94,8
Paraná	81,7	90,1	89,1	91,1	93,4	94,1
Pernambuco	83,0	90,9	89,9	91,9	93,6	94,3
Piauí	84,4	94,8	93,9	95,7	94,5	95,0
Rio de Janeiro	87,9	94,0	93,3	94,8	95,5	95,8
Rio Grande do Norte	87,1	91,8	90,0	93,6	94,5	95,0
Rio Grande do Sul	82,5	89,9	88,9	90,9	92,9	93,7
Rondônia	73,9	86,3	84,8	87,7	91,6	92,7
Roraima	84,9	92,1	89,9	94,3	94,2	94,8
Santa Catarina	84,9	90,9	89,1	92,7	94,8	95,3
São Paulo	86,4	93,4	92,7	94,0	95,1	95,5
Sergipe	85,0	93,6	92,2	95,0	94,3	94,8
Tocantins	80,3	90,1	88,5	91,7	93,3	94,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pnad 2011.

A **Tabela 1.2** permite observar a evolução das matrículas por unidade da federação. Alguns estados que se encontravam em situação extremamente precária em termos de oferta gratuita de Educação, como Acre, Amazonas e Rondônia, com índices pouco acima dos 70% das crianças em idade escolar matriculadas em 2000, conseguiram, no espaço de uma década, período relativamente curto no que diz respei-

to à Educação, as maiores taxas de crescimento nas matrículas. Já nas unidades da federação que possuíam índices mais elevados de oferta de vagas, como Distrito Federal ou São Paulo, a expansão na taxa de atendimento escolar na Educação Básica se mostra mais tímida, como era esperado. No Distrito Federal, o crescimento na oferta de vagas para a Educação Básica, de 2000 a 2011, foi de 4,6 pontos percentuais; em São Paulo, de 7,0 pontos percentuais.

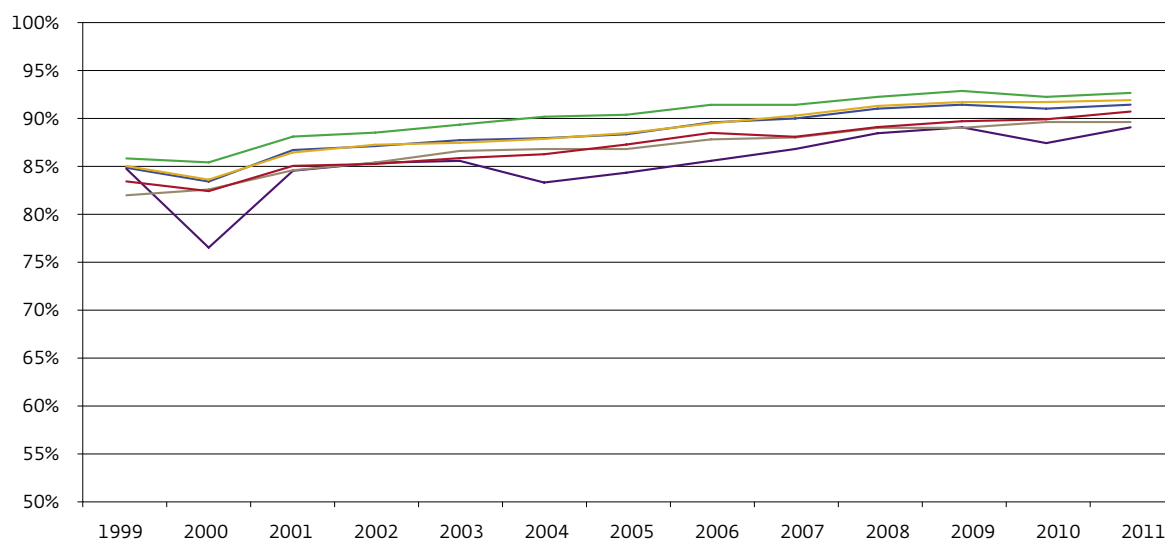
De acordo com o relatório *Todas as crianças na escola em 2015 – Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola*, publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, Brasília, agosto de 2012) em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o perfil dos “fora da escola” é de crianças mais pobres, de famílias com renda *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo, negras, indígenas ou com deficiência.

A evolução histórica das matrículas por região na Pré-Escola, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, tal como exposta no **Gráfico 1.2** (p. ao lado), revela certa uniformidade em relação ao ponto de partida da análise, definido em 1999; naquele ano, em todas as regiões brasileiras, o percentual de crianças em idade escolar efetivamente matriculadas estava entre 82,4% e 86,2%. As quedas registradas em 2000 e em 2010 podem ser creditadas a diferenças entre a metodologia de coleta de dados da Pnad e do Censo Demográfico.

Com exceção da região Norte, que apresentou descenso bem mais acentuado em 2000, e outras duas quedas menores na oferta de vagas, em 2004 e 2010, em linhas gerais a oferta de vagas tem se expandido de maneira constante no País. →



**Gráfico 1.2** Taxas de atendimento escolar da população de 4 a 17 anos de 1999 a 2011, para o Brasil e regiões



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e 2010 e Pnad 1999, 2001 a 2009 e 2011.

#### Legenda

- Brasil
- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

## Um Uruguaí fora da escola

Em números absolutos, o contingente de crianças e jovens fora da escola no País em 2011, segundo a Pnad 2011, era de 3,6 milhões – uma população equivalente à do Uruguaí, como pode ser conferido na **Tabela 1.3** (p. 16). A região Sudeste conta com o maior contingente (1,2 milhão), embora isso represente o menor percentual (6,9%) do total de crianças e jovens em idade escolar. Já a região Norte é a que mais se destaca negativamente em termos percentuais. Lá, 10,3% das crianças em idade escolar (499 mil) não estão matriculadas. A região Centro-Oeste, por outro lado, tem a menor quantidade de crianças fora da escola (290 mil, ou 8,7% do total).

O estado mais rico, São Paulo, também é o que tem, em números absolutos, o maior contingente de crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola: 575 mil alunos, ou 6,6% do total. Em seguida, vem Minas Gerais, que precisaria matricular 367 mil alunos, ou seja, 8,3% da população do estado em idade escolar. Em termos percentuais, o destaque negativo fica por conta de quatro estados da região Norte: Acre (11,1%), Amapá, (11,3%) Amazonas (11,3%) e Rondônia (13,7%). →

**Tabela 1.3** População total de 4 a 17 anos, estudantes de 4 a 17 anos, crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola, por região e unidade da federação

	População de 4 a 17 anos	Estudantes de 4 a 17 anos	Número de crianças e jovens fora da escola	Jovens que não frequentam a escola mas já concluíram o Ensino Médio*
<b>Brasil</b>	<b>45.691.917</b>	<b>42.049.977</b>	<b>3.641.940</b>	<b>457.812</b>
<b>Norte</b>	<b>4.829.483</b>	<b>4.330.397</b>	<b>499.086</b>	<b>32.789</b>
Rondônia	435.685	375.860	59.825	4.453
Acre	246.109	218.740	27.369	2.645
Amazonas	1.114.436	987.973	126.463	6.097
Roraima	133.977	123.388	10.589	521
Pará	2.275.192	2.065.380	209.812	13.174
Amapá	226.261	200.603	25.658	3.469
Tocantins	397.823	358.453	39.370	2.430
<b>Nordeste</b>	<b>14.220.385</b>	<b>13.154.971</b>	<b>1.065.414</b>	<b>105.613</b>
Maranhão	2.014.416	1.881.462	132.954	9.599
Piauí	878.299	832.489	45.810	1.130
Ceará	2.200.930	2.052.892	148.038	27.000
Rio Grande do Norte	802.262	736.363	65.899	2.995
Paraíba	919.569	849.938	69.631	6.838
Pernambuco	2.248.799	2.043.716	205.083	25.355
Alagoas	948.234	851.568	96.666	4.604
Sergipe	532.707	498.764	33.943	1.083
Bahia	3.675.169	3.407.779	267.390	27.009
<b>Sudeste</b>	<b>17.351.170</b>	<b>16.145.879</b>	<b>1.205.291</b>	<b>212.046</b>
Minas Gerais	4.412.961	4.045.553	367.408	37.407
Espírito Santo	797.664	739.572	58.092	11.114
Rio de Janeiro	3.425.084	3.221.196	203.888	22.484
São Paulo	8.715.461	8.139.558	575.903	141.041
<b>Sul</b>	<b>5.943.317</b>	<b>5.361.911</b>	<b>581.406</b>	<b>73.560</b>
Paraná	2.361.788	2.128.218	233.570	31.126
Santa Catarina	1.336.357	1.214.508	121.849	17.880
Rio Grande do Sul	2.245.172	2.019.185	225.987	24.554
<b>Centro-Oeste</b>	<b>3.347.562</b>	<b>3.056.819</b>	<b>290.743</b>	<b>33.804</b>
Mato Grosso do Sul	592.112	536.926	55.186	6.702
Mato Grosso	772.869	710.564	62.305	9.390
Goiás	1.394.239	1.263.677	130.562	13.721
Distrito Federal	588.342	545.652	42.690	3.991

\* Jovens que já concluíram o Ensino Médio mas não frequentam curso superior ou frequentam curso pré-vestibular.

Fonte: IBGE – Pnad 2011.

## A Meta 1 por faixas etárias

A expansão na oferta de vagas na Educação Básica, ocorrida nos últimos anos do século 20 e início do 21, concentrou-se principalmente no Ensino Fundamental. A ampliação deve-se em grande parte à entrada em vigor, em 1998, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Nas pontas, ou seja, na Educação Infantil e no Ensino Médio, houve pouco avanço. A “entrada” no sistema educacional, representada pela matrícula na Creche e na Pré-Escola, e a “saída”, com a conclusão do Ensino Médio, ficaram de fora dos mecanismos de financiamento criados pelo Fundef.

Em 2011, a taxa de atendimento entre crianças de 6 a 14 anos, idades compatíveis com o Ensino Fundamental, foi a mais elevada da Educação Básica, atingindo a média nacional de 98,2%, como mostra a **Tabela 1.4** (abaixo). Mas é importante lembrar que o 1,8% fora da escola, se percentualmente parece pouco, significa 539.702 crianças não matriculadas. Ainda considerando o Ensino Fundamental, a região Norte é a que se encontra mais defasada, com apenas 96,7% de oferta de vagas no Ensino Fundamental, enquanto a região Nordeste é a que concentra o maior número absoluto de crianças de 6 a 14 anos fora da escola: 187.456.

**Tabela 1.4** Taxa de atendimento e número de crianças e jovens que frequentam a escola, por faixa etária, para o Brasil e regiões

	Taxa de atendimento e população fora da escola por faixa etária					
	Taxa de atendimento de 4 e 5 anos (%)	Crianças de 4 e 5 anos fora da escola	Taxa de atendimento de 6 a 14 anos (%)	Crianças e Jovens de 6 e 14 anos fora da escola	Taxa de atendimento de 15 a 17 anos (%)	Jovens de 15 a 17 anos fora da escola
Brasil	81,7	1.050.560	98,2	539.702	80,6	2.051.678
Norte	71,3	189.305	96,7	102.964	80,9	206.817
Nordeste	87,2	231.933	97,9	187.456	80,3	646.025
Sudeste	85,6	307.815	98,7	148.103	81,1	749.373
Sul	71,4	202.180	98,2	66.292	78,7	312.934
Centro-Oeste	71,8	119.327	98,4	34.887	82,0	136.529

Fonte: IBGE – Phad 2011.

Apenas com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que substituiu o Fundef a partir de 2007 e estará em vigência até 2020, a Educação Infantil e o Ensino Médio finalmente ganharam mecanismos estáveis de financiamento, definidos em lei.

Os números também deixam claro um dos principais desafios a serem enfrentados em relação ao alcance da Meta 1: a oferta de vagas na Pré-Escola. Em linhas gerais, a cada cinco crianças brasileiras entre 4 e 5 anos de idade, uma não encontra vaga. O País precisaria criar 1.050.560 vagas para atender todas as crianças dessa faixa etária. Na região Norte, apenas 71,3% das crianças estão matriculadas na Pré-Escola; situação quase idêntica é a encontrada na região Sul, com 71,4%. Nesse quesito, a região Nordeste detém a melhor taxa do País, 87,2%, e seu desafio numérico é encontrar vagas para 231.933 crianças.

Na outra ponta, o Ensino Médio continua sendo um grande desafio a se enfrentar. Um número ainda expressivo de jovens está fora de qualquer sistema de ensino, seja por necessidade de trabalhar, seja por não se sentir motivado a permanecer na escola. Esse comportamento foi definido na pesquisa “Motivos da Evasão Escolar”, coordenada pelo economista Marcelo Neri, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), como “falta intrínseca de interesse”<sup>1</sup>. Segundo o estudo, 40,3% dos jovens evadidos do sistema deixaram a escola alegando “falta de interesse”, o que sugere consequências diretamente relacionadas à qualidade do ensino.

Além disso, o estudo mostra que parte considerável dos jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola ainda não chegou ao Ensino Médio. No País, 31,6% deles estão cursando o Ensino Fundamental. As piores taxas estão no Norte (42,4%) e no Nordeste (41,7%). A menor defasagem encontra-se no Sudeste (23,5%).

A **Tabela 1.5** (p. ao lado) mostra as taxas de atendimento escolar por faixa etária e por unidades da federação.

Os dados apontam que Rondônia detém a mais baixa taxa de oferta de vagas para crianças entre 4 e 5 anos, com apenas 53,3%, enquanto dois estados nordestinos, Maranhão e Piauí, apresentam as melhores taxas, com 91,8% e 92,1%, respectivamente. Novamente, os dois estados mais populosos do País, São Paulo e Minas Gerais, são os que

1. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>>.

precisarão criar o maior número de vagas para atender às crianças de 4 e 5 anos; o déficit nesses dois estados alcança, respectivamente, 124.460 e 108.540 novas vagas, o que é esperado do ponto de vista de números absolutos.

**Tabela 1.5 Taxa de atendimento e número de crianças e jovens que frequentam a escola, por faixa etária, para as unidades da federação**

	Taxa de atendimento e população fora da escola por faixa etária					
	Taxa de atendimento de 4 e 5 anos (%)	Crianças de 4 e 5 anos fora da escola	Taxa de atendimento de 6 a 14 anos (%)	Crianças e Jovens de 6 a 14 anos fora da escola	Taxa de atendimento de 15 a 17 anos (%)	Jovens de 15 a 17 anos fora da escola
Brasil	81,7	1.050.560	98,2	539.702	80,6	2.051.678
Acre	73,1	8.490	95,9	6.608	76,4	12.271
Alagoas	83,4	17.837	96,2	23.589	74,6	55.240
Amapá	70,8	8.089	95,5	6.470	79,1	11.099
Amazonas	66,4	58.417	96,0	28.246	82,6	39.800
Bahia	86,2	65.768	98,1	45.078	81,4	156.544
Ceará	90,8	24.493	98,2	25.043	81,8	98.502
Distrito Federal	75,2	19.960	98,5	5.530	87,0	17.200
Espírito Santo	84,0	16.670	98,9	5.558	81,2	35.864
Goiás	66,4	60.293	98,3	15.795	81,8	54.474
Maranhão	91,8	23.638	97,9	27.331	80,9	81.985
Mato Grosso	77,7	21.332	98,5	7.255	82,2	33.718
Mato Grosso do Sul	74,0	17.742	98,4	6.307	76,9	31.137
Minas Gerais	80,1	108.540	98,7	37.662	78,7	221.206
Pará	76,9	71.056	97,0	43.532	81,4	95.224
Paraíba	84,8	16.787	98,3	9.950	81,3	42.894
Paraná	73,2	74.615	97,7	33.953	78,8	125.002
Pernambuco	81,1	53.722	98,1	26.984	76,3	124.377
Piauí	92,1	9.049	98,5	8.483	85,3	28.278
Rio de Janeiro	85,2	58.145	98,5	33.454	86,0	112.289
Rio Grande do Norte	85,2	13.778	97,3	13.777	80,7	38.344
Rio Grande do Sul	66,3	91.146	98,3	25.053	79,5	109.788
Rondônia	53,3	23.462	96,3	10.090	76,7	26.273
Roraima	77,4	3.994	97,3	2.428	85,1	4.167
Santa Catarina	76,9	36.419	99,1	7.286	77,1	78.144
São Paulo	88,6	124.460	98,7	71.429	80,4	380.014
Sergipe	90,9	6.861	97,9	7.221	81,9	19.861
Tocantins	69,2	15.797	97,8	5.590	81,1	17.983

Fonte: IBGE – Pnad 2011.

Ainda segundo a **Tabela 1.5**, o Amapá apresenta a menor taxa de matrículas de alunos de 6 a 14 anos (95,5%), enquanto Santa Catarina conta com a oferta mais abrangente (99,1%). Já para jovens de 15 a 17 anos, Alagoas detém o índice mais baixo de oferta de vagas (74,6%), sendo o Distrito Federal (87,0%) o mais bem posicionado em termos de frequência à escola de jovens nessa faixa etária.

O desafio de criar vagas é ainda mais premente nos grandes centros urbanos, de acordo com dados do Censo Demográfico 2010. Quando investigada no nível municipal, a falta de vagas em unidades de Pré-Escola na maior cidade do País dá a medida do desafio. Apenas em São Paulo, o déficit na oferta para crianças de 4 e 5 anos era, em 2010, de cerca de 41 mil vagas. No Rio de Janeiro, segunda cidade mais populosa do País, faltavam 17,9 mil vagas nessa faixa etária em 2011. Já para o Ensino Médio, a capital paulista precisaria criar 74 mil vagas, e na capital fluminense o déficit para jovens entre 15 e 17 anos é da ordem de 37 mil vagas.

## Perspectivas

O cumprimento da Meta 1, que estabelece pelo menos 98% de crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola em 2022, está próximo apenas no que tange à cobertura de vagas para crianças entre 6 e 14 anos. Nessa faixa etária, cujo segmento adequado é o Ensino Fundamental, 98,2% da população brasileira encontra-se matriculada.

Mas aqueles que se candidatam a entrar no sistema educacional podem encontrar pela frente uma série de obstáculos, a começar pela falta de vagas em Creches e Pré-Escolas. O atraso no ingresso no sistema implica prejuízos à aprendizagem e impacta especificamente a Meta 2, segundo a qual toda criança deve estar plenamente alfabetizada até os 8 anos de idade, e a Meta 4, que se relaciona à defasagem idade-série.

Já no Ensino Médio, preocupa a elevada taxa de evasão, de 10,3% em 2010, principalmente quando comparada com as taxas dos anos iniciais (1,8%) e finais (4,7%) do Ensino Fundamental. A cada dez estudantes do Ensino Médio, um abandona o curso sem concluí-lo<sup>2</sup>. Trata-se da taxa de evasão mais elevada, para jovens cursando esse nível de ensino,

2. Dados disponíveis em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/brasil/>>.

entre os países do Mercosul, conforme aponta a Síntese dos Indicadores Sociais 2010, elaborada pelo IBGE. A Argentina tem 7% de evasão escolar; Uruguai, 6,8%; Chile, 2,9%; Paraguai, 2,3%; e Venezuela, 1%<sup>3</sup>. O relatório indica que ainda há muito trabalho a ser feito em termos de qualificação docente, arranjos curriculares, e até da própria razão de ser dessa etapa da aprendizagem do jovem.

Outro grande desafio em relação à ampliação da oferta de Educação no Brasil diz respeito às matrículas na área rural. Nesse aspecto, a Meta 1 avançou significativamente, diminuindo o fosso existente entre a Educação nas zonas urbana e rural do País. Segundo levantamento realizado pelo Ipea em 1992, apenas 66,4% das crianças de 7 a 14 anos da área rural frequentavam o Ensino Fundamental; em 2005, esse total correspondia a 92% da população nessa faixa etária<sup>4</sup>. E, em 2010, a frequência de crianças na zona rural alcançava 96,9% no Ensino Fundamental<sup>5</sup>.

## **A Meta 1 nos Planos Nacionais de Educação**

A necessidade de um Plano Nacional de Educação (PNE) mostrou-se presente desde a Constituição de 1934, que atribuiu tal competência ao Conselho Nacional de Educação, criado em 1937. Mas não houve tempo nem ambiente político favorável para sua elaboração, pois o novo órgão seria atropelado pela vigência do Estado Novo, decretado por Getúlio Vargas. A pauta só entraria novamente na agenda política nacional em 1946, com a redemocratização do País após a Segunda Guerra Mundial. O empenho do educador Anísio Teixeira para a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seria novamente frustrado por injunções políticas, dessa vez por conta do golpe militar de 1964.

Seria necessário lutar por uma nova redemocratização, já na década de 1980, que resultaria na convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, responsável pela elaboração da nova Constituição Federal no ano seguinte. Esta apontaria a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e

3. Dados disponíveis em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf)>, p. 52.

4. Dados disponíveis em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_13/Educacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_13/Educacao.pdf)>, p. 158.

5. Conferir na Síntese de Indicadores Sociais 2010 produzida pelo IBGE, p. 58.

Bases da Educação Nacional, que seria promulgada em 1996, e, também, de um PNE com vigência de dez anos.

O primeiro PNE do País entrou em vigor em 2000 e se encerrou em 2011, sem que o plano seguinte estivesse aprovado. Definido pelo educador Carlos Roberto Jamil Cury, então membro do Conselho Nacional de Educação, como um plano com “grande cabeça e pés pequenos”<sup>6</sup>, ele se tornou mais uma carta de intenções do que, rigorosamente, um plano de ação. Um dos principais motivos de sua pouca efetividade se deu por não conseguir garantir recursos necessários para o cumprimento das metas estabelecidas.

O PNE para o decênio 2011-2020 encontra-se no Congresso Nacional desde dezembro de 2010. Aprovado na Câmara dos Deputados em junho de 2012, apenas em outubro seguiu para o Senado Federal. Dependendo das alterações que o texto venha a sofrer, o PNE poderá voltar à Câmara ou seguir para sanção presidencial.

As três primeiras metas do PNE estão diretamente relacionadas à Meta 1 do Todos Pela Educação. A meta 1 do PNE determina a universalização do atendimento escolar a crianças de 4 e 5 anos até 2016, e 50% de atendimento das crianças de 0 a 3 anos até o final da vigência do Plano. A meta 2 do PNE estabelece, também até o final da sua vigência, a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos, e a conclusão dessa etapa, na idade recomendada, por no mínimo 95% dos alunos. Finalmente, a meta 3 do PNE trata da universalização do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos até 2016, bem como a elevação da taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% até o final da vigência do PNE.

Independentemente da entrada em vigência do PNE, o desafio da universalização do acesso à Educação Básica é obrigação constitucional. Aprovada em novembro de 2009, a Emenda Constitucional nº 59 prevê o atendimento de 100% da população de 4 a 17 anos nas redes públicas de ensino, estabelecendo, ainda, que os gestores públicos têm até 2016 para cumpri-la.

Pela Constituição, a oferta de Educação Infantil é responsabilidade das administrações municipais – que hoje representam 74,6% do atendimento. Isso significa que pre-

6. CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um Plano Nacional de Educação: nacional, federativo, democrático e efetivo. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 25, n. 1, p. 13-30, jan./abr. 2009.



feitos e secretários municipais de Educação que assumiram os cargos no início de 2013 terminarão seus mandatos justamente quando acaba o período de adequação à emenda. No âmbito do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a responsabilidade será prioritariamente dos atuais governadores e secretários estaduais e dos que forem eleitos em 2014. ♦

# Meta 2

Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

*Até 2010, 80% ou mais, e até 2022, 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura e escrita até o final do 3º ano do Ensino Fundamental*

**A** Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização) teve sua segunda aplicação realizada em novembro e dezembro de 2012, e envolveu 54 mil alunos dos 2º e 3º anos do Ensino Fundamental em 1.200 escolas públicas e privadas de 600 municípios do País. Trata-se de uma avaliação de larga escala, cuja metodologia permite verificar o desempenho das crianças em leitura e escrita e em matemática nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Essa prova foi criada pelo movimento Todos Pela Educação, em parceria com a Fundação Cesgranrio, o Instituto Paulo Montenegro/Ibope e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Seus resultados permitem monitorar o avanço em relação à Meta 2 do Todos Pela Educação, que defende: toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos de idade.

Na edição 2012, metade da amostra foi composta por alunos do 2º ano e metade por alunos do 3º ano, para que fosse possível avaliar um maior número de alunos com 8 anos de idade. Os cadernos da prova – aplicada por um profissional externo – apresentaram 20 questões de leitura ou de matemática. Cada aluno recebeu apenas um dos cadernos, respondendo somente a questões relativas a uma dessas disciplinas; já a redação, para avaliação das habilidades de escrita, foi feita por todos os participantes.

As informações sobre os sucessos e as dificuldades enfrentados pelos alunos nessa etapa crucial do processo pedagógico devem ser utilizadas pelos gestores, especialmente nos municípios, principais responsáveis pelos anos iniciais da escolarização básica.

Os resultados da Prova ABC 2012 ainda estão sendo processados e serão divulgados em uma edição especial do *De Olho nas Metas 2012*. Nas páginas seguintes, você confere um resumo dos resultados obtidos na edição de 2011.

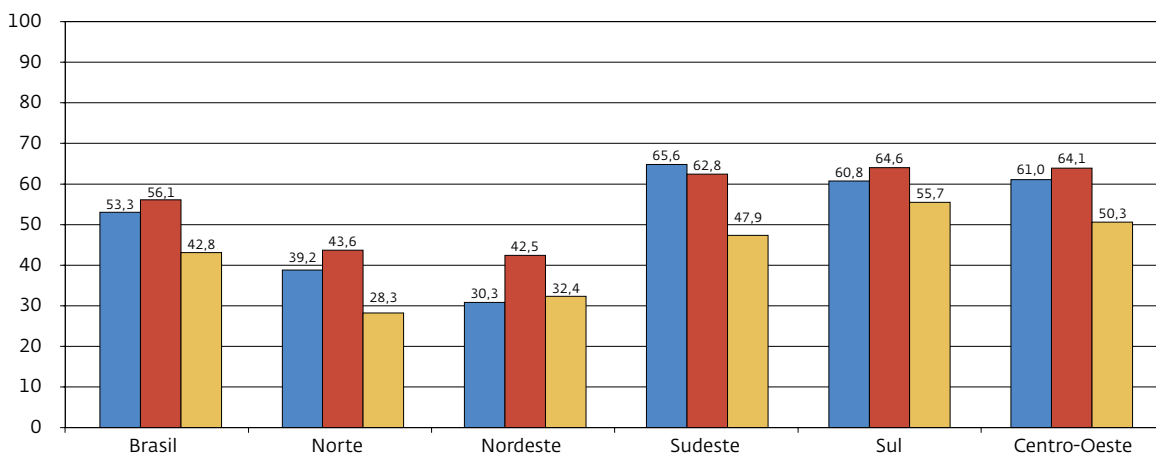
## **Melhor em leitura**

A primeira edição da Prova ABC aconteceu em 2011 e se concentrou nas capitais. Foi a primeira vez que um exame aferiu, em caráter amostral, a aprendizagem das crianças brasileiras ao fim do ciclo de alfabetização, entendido como “o processo de aquisição e de apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico”, na definição consagrada pela educadora Magda Becker Soares<sup>1</sup>.

Os resultados aqui apresentados estão separados por região, uma vez que a amostra não é representativa das unidades da federação. Participaram 250 escolas, voluntariamente, com uma turma de cada unidade.

Os dados apresentados no **Gráfico 2.1** (abaixo) e na **Tabela 2.1** (p. ao lado) mostram que o País não atingiu, em relação a esse grupo de escolas avaliadas das capitais brasileiras, a meta do Todos Pela Educação para 2010, de ter 80% das crianças com aprendizagem adequada até o final do 3º ano. E revelam, também, que nenhuma região conseguiu superar a meta intermediária.

**Gráfico 2.1** Percentual de estudantes que atingiram o conhecimento esperado em escrita, leitura e matemática na Prova ABC



Fonte: Todos Pela Educação.

#### Legenda

- Escrita
- Leitura
- Matemática

A Prova ABC, como já foi aqui ressaltado, é dividida em três áreas: escrita, leitura e matemática. O melhor resultado ocorreu em leitura – 56,1% dos alunos mostraram desempenho considerado adequado para essa etapa de ensino. Em matemática, 42,8% atingiram as habilidades esperadas para a faixa etária. No teste de redação, 53,3% dos alunos demonstraram domínio sobre as bases da escrita.

1. Magda Becker Soares, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O artigo Letramento e Alfabetização, da *Revista Brasileira de Educação*, encontra-se disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>.

**Tabela 2.1** Percentual de estudantes que atingiram o conhecimento esperado em escrita, leitura e matemática, no Brasil e regiões

	Escrita		Leitura		Matemática	
	%	Erro padrão	%	Erro padrão	%	Erro padrão
Brasil	53,3	2,0	56,1	1,7	42,8	1,8
Norte	39,2	3,8	43,6	4,1	28,3	2,7
Nordeste	30,3	3,5	42,5	3,5	32,4	3,1
Sudeste	65,6	3,3	62,8	2,7	47,9	3,2
Sul	60,8	3,5	64,6	4,5	55,7	5,1
Centro-Oeste	61,0	3,2	64,1	3,1	50,3	4,4

Fonte: Todos Pela Educação.

A **Tabela 2.1** permite a análise do desempenho da alfabetização de acordo com a região do estudante. O melhor desempenho em escrita foi apresentado pela região Sudeste, com 65,6% dos alunos com rendimento adequado; na outra ponta, Nordeste (30,3%) e Norte (39,2%) apresentaram os piores resultados nesse quesito.

Em leitura, as regiões Sul (64,6%) e Centro-Oeste (64,1%) apresentaram os melhores desempenhos, ficando novamente o Nordeste (42,5%) com o índice mais baixo entre as regiões brasileiras.

Já em matemática, o destaque relativo é a região Sul, onde 55,7% dos estudantes apresentavam as competências com números e operações esperadas para o final do 3º ano do Ensino Fundamental. O menor percentual ficou com a região Norte, onde apenas 28,3% das crianças tiveram o desempenho esperado para aquela faixa de ensino.

Vale ressaltar que, por se tratar de uma amostra reduzida, a margem de erro padrão na Prova ABC 2011 é grande, podendo superar os 5% em alguns casos. Tal margem diminui na medida em que se amplia o universo de coleta de informações; a prova realizada em 2012, por exemplo, teve 54 mil participantes (nove vezes mais do que a anterior), buscando justamente melhorar a precisão dos resultados da avaliação. Para conferir a análise completa dos dados da Prova ABC 2011, com os desempenhos de escrita, leitura e matemática de acordo com o tipo de rede de ensino (pública ou privada) e a região, acesse os dados da Meta 2 no site do movimento Todos Pela Educação ([www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)). ♦

# Meta 3

Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano

*Até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é adequado para seu ano*

**E**nfrentar a defasagem idade-série é um dos maiores desafios educacionais do Brasil para os próximos anos. Tal indicador quantifica a porcentagem de crianças e jovens que se encontram atrasados em relação às diferentes etapas da escolarização básica.

Duas condições primordiais precisam ser atendidas para que esse índice caia. A primeira é garantir a todas as crianças o acesso ao início da escolarização na idade correta. Hoje, o ingresso tardio de alunos na Educação Básica se dá principalmente nas zonas rurais e entre as crianças de famílias de renda mais baixa.

A segunda é promover Educação de qualidade, que proporcione aos alunos a aprendizagem esperada a cada ano. Diversas pesquisas educacionais comprovam que alunos com maior defasagem tendem a apresentar desempenho escolar inferior ao dos que se encontram no ano adequado<sup>1</sup>. O problema da defasagem precisa ser combatido na partida. Ou seja, se os alunos aprendem o que têm direito de aprender, diminui a repetência e, conseqüentemente, a defasagem. Por sua vez, alunos que já se encontram defasados precisam ter acesso a reforço escolar.

Quando o Movimento Todos Pela Educação se constituiu, em 2006, foram definidos níveis esperados de aprendizagem para o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e para o 3º ano do Ensino Médio. O 5º ano é o último em que os alunos têm aula com o chamado professor polivalente, responsável pela maior parte das áreas do currículo. Daí em diante, na maioria das redes, cai essa referência única dentro da escola e cada disciplina passa a ter um professor especialista. Em termos comportamentais, o período coincide com a transição entre a infância e a adolescência. O 9º ano do Fundamental, por sua vez, é a porta de entrada para o Ensino Médio (regular ou técnico), quando mudanças importantes ocorrem na grade curricular. O final do Ensino Médio fecha o ciclo da escolarização básica. É a despedida da escola, momento de importantes decisões sobre vestibular, profissão e transição para o mundo do trabalho.

O nível considerado adequado para cada um desses anos foi definido com base na escala de proficiências do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Trata-se de uma es-

1. Por exemplo, o estudo realizado em 2012 pelo Todos Pela Educação com base em dados da Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização (Prova ABC) e da Prova Brasil. Para conhecer, acesse o site <[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)> e digite na busca: defasagem idade série prejudica aprendizado.

cala única para cada disciplina, que permite apresentar, em uma mesma métrica, os resultados de desempenho dos estudantes em sucessivas avaliações. A pontuação no Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, vai até 350. A de Matemática alcança 425. No Ensino Médio, a escala em Língua Portuguesa se inicia no nível 175 (já que é cumulativa com o conhecimento adquirido pelos alunos nas etapas anteriores) e atinge 375 – ou valores superiores; em Matemática, se inicia em 250 e pode atingir ou superar os 425 pontos.

Veja, abaixo, os níveis de proficiência considerados adequados para cada ano, segundo o critério adotado pelo movimento Todos Pela Educação.

**Tabela 3.1** Nível de proficiência esperado por disciplina para o respectivo ano na escala do Saeb

	Língua Portuguesa	Matemática
5º ano do Ensino Fundamental	200	225
9º ano do Ensino Fundamental	275	300
3º ano do Ensino Médio	300	350

Fonte: Todos Pela Educação.

Se traduzida para notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a Meta 3 do Todos Pela Educação supera os 6,5 pontos nos três anos avaliados. Portanto, é mais ambiciosa do que as metas do Ideb estabelecidas pelo governo para o País (6 para os anos iniciais da Ensino Fundamental, 5,5 para os anos finais da mesma etapa, e 5,2 para o Ensino Médio).

### Fundamental II e Ensino Médio em crise

Os gráficos a seguir revelam os níveis intermediários de evolução do índice de alunos com aprendizado esperado até 2011, para o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e para o 3º ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e em Matemática. E apontam a projeção das Metas do Todos Pela Educação até 2021. Os índices e as Metas se referem a alunos de escolas públicas e particulares, de áreas urbanas e rurais. Como veremos, o desempenho do País nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio é sofrível, e pede ações urgentes para estancar o descolamento em relação à projeção das Metas.



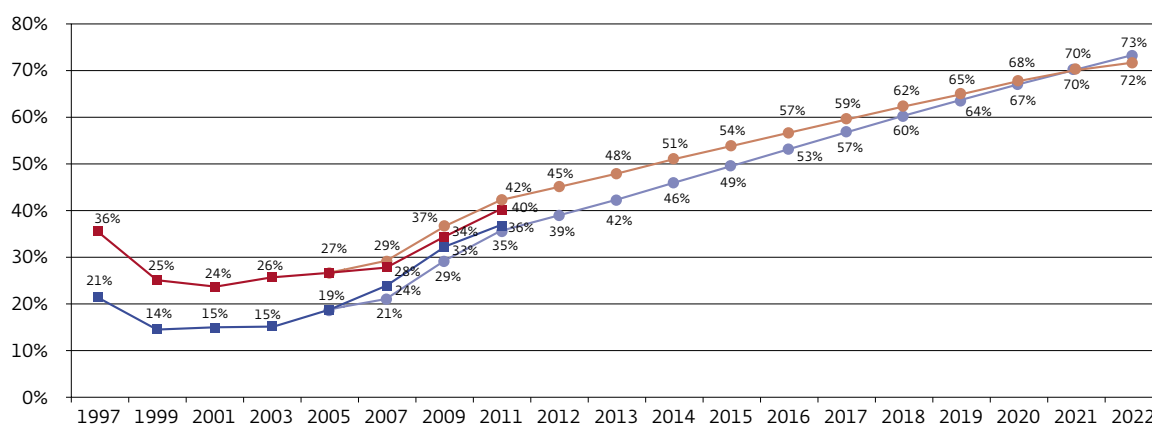
## 5º ano do Ensino Fundamental

Em geral, os resultados indicam que desde 2003 acontece uma progressão no percentual de alunos do 5º ano (4ª série) do Ensino Fundamental com pontuação acima de 200 em Língua Portuguesa e em Matemática, depois de esses índices terem registrado um recuo a partir de 1997. O resultado de 2011, ano da última realização da Prova Brasil – a próxima será em 2013 –, revela que, nesse ano (2011), 40% dos estudantes tinham média acima de 200 em Língua Portuguesa, estando dois pontos percentuais abaixo da meta estabelecida pelo Todos Pela Educação. E, em Matemática, como vem acontecendo desde 2007, a média nacional de alunos com pontuação superior a 225 chegou a 36%, superando em um ponto percentual a meta prevista.

### Legenda

- 5º ano (4ª série) do Ensino Fundamental – % de alunos acima de 200 pontos no Saeb de Língua Portuguesa.
- Meta 5º ano (4ª série) – Língua Portuguesa.
- 5º ano (4ª série) do Ensino Fundamental – % de alunos acima de 225 pontos no Saeb de Matemática.
- Meta 5º ano (4ª série) – Matemática.

**Gráfico 3.1** Percentual de alunos com aprendizado esperado, no Brasil, de 1997 a 2011 – 5º ano do Ensino Fundamental (em %)



Fonte: Todos Pela Educação e Saeb e Prova Brasil 2011.

## 9º ano do Ensino Fundamental

Os dados referentes à evolução na aprendizagem dos alunos do 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental, exibidos no **Gráfico 3.2** (p. 32), evidenciam o aumento da distância entre a meta e os valores efetivamente alcançados, e, por isso, acendem um alerta importante. Era esperado que alunos avaliados no final do Ensino Fundamental I, em 2007, teriam, em 2011, quando avaliados no 9º ano, resultados mais satisfatórios. No entanto, não é o que se observa. Não basta avançar

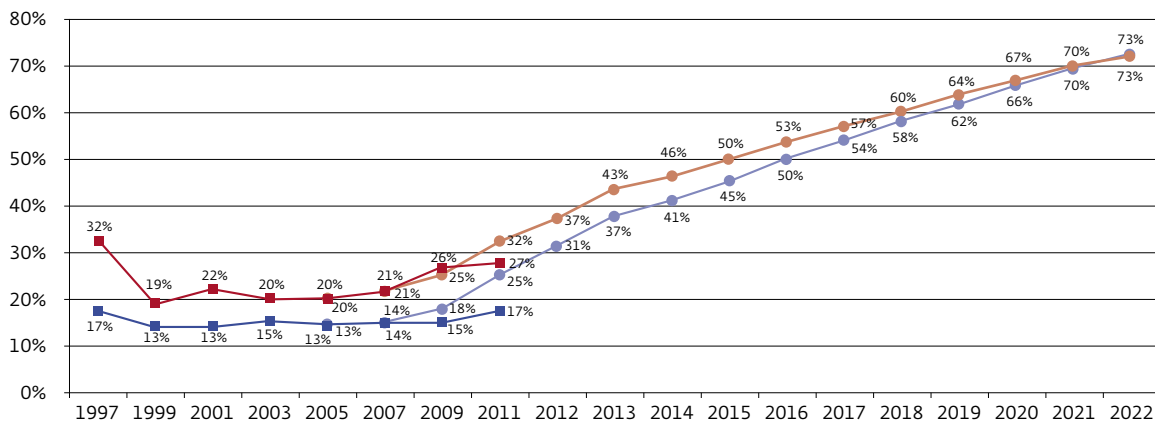
**Legenda**

- 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental – % de alunos acima de 275 pontos no Saeb de Língua Portuguesa
- Meta 9º ano (8ª série) – Língua Portuguesa
- 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental – % de alunos acima de 300 pontos no Saeb de Matemática
- Meta 9º ano (8ª série) – Matemática

nos anos iniciais e imaginar que o aluno continuará, por inércia, tendo bons resultados nos anos finais.

Por enquanto, o cenário revelado destaca-se pelos índices relativamente baixos de alunos desse ano final do Ensino Fundamental com desempenho desejável: no Brasil, apenas 27% dos estudantes do 9º ano superaram a marca de 275 pontos em Língua Portuguesa – ante a meta de 32%. Em Matemática, a distância se torna ainda mais acentuada: somente 17% dos estudantes superaram os 300 pontos, contra uma meta desejável de 25%.

**Gráfico 3.2** Percentual de alunos com aprendizado esperado, no Brasil, de 1997 a 2011 – 9º ano do Ensino Fundamental (em %)



Fonte: Todos Pela Educação e Saeb e Prova Brasil 2011.

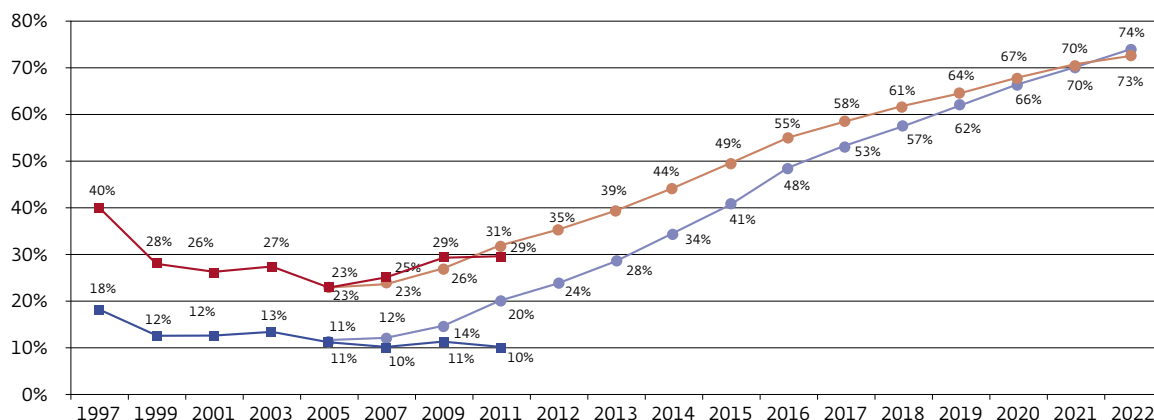
**3º ano do Ensino Médio**

Em relação à aprendizagem de Língua Portuguesa no Ensino Médio, ao contrário do que ocorreu em 2009, não atingimos a meta em 2011. No País, o percentual de jovens com aprendizado adequado nessa disciplina foi de 29,2%, para uma meta parcial de 31,5%.

Em Matemática, um cenário que já era ruim em 2009 revelou-se ainda mais preocupante. O limite superior do intervalo de confiança (10,7%) ficou 8,9 pontos percentuais abaixo da meta para 2011, estabelecida em 19,6%.

O que se desprende da distância entre as metas parciais e os percentuais atingidos é que, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, o País precisará estabelecer novos compromissos com urgência. →

**Gráfico 3.3** Evolução dos percentuais de alunos com aprendizado esperado, no Brasil, de 1997 a 2011 – 3º ano Ensino Médio (em %)



Fonte: Todos Pela Educação e Saeb e Prova Brasil 2011.

#### Legenda

- 3º ano Ensino Médio – % de alunos acima de 300 pontos no Saeb de Língua Portuguesa
- Meta 3º ano – Língua Portuguesa
- 3º ano Ensino Médio – % de alunos acima de 350 pontos no Saeb de Matemática
- Meta 3º ano – Matemática

## Saeb e Prova Brasil

A avaliação da Educação Básica em âmbito nacional é feita a cada ano ímpar do calendário e se dá por meio de dois instrumentos: a Prova Brasil e o Saeb. A Prova Brasil é censitária para turmas de 5º e 9º anos das redes públicas das áreas urbana e rural, em escolas com mínimo de 20 alunos matriculados nos anos avaliados. Já o Saeb é amostral, e contempla alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio das redes pública e privada de todo o País, também nas áreas urbana e rural. As escolas privadas detêm 14,6% das matrículas na Educação Básica (cerca de 7,5 milhões de estudantes), segundo dados do Censo Escolar 2010.

Os testes avaliam o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa, com ênfase nas habilidades de leitura, e em Matemática, com destaque para a resolução de problemas.

Os resultados censitários da Prova Brasil são divulgados por município. Já no modelo amostral do Saeb, os dados são apresentados por unidades da federação, por região e para o País como um todo. Os resultados amostrais do Saeb formam uma série história a partir de 1995. Já a Prova Brasil apresenta resultados desde 2005.

Os resultados de ambos os estratos ajudam a compor o Ideb, indicador criado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação em 2007 para orientar gestores municipais e es-

taduais na condução de suas redes. O cálculo final do Ideb também leva em consideração os dados sobre rendimento escolar (evasão e aprovação) de cada município ou estado. Em uma escala de 0 a 10, o Ideb nacional, em 2011, foi de 5,0 para os anos iniciais do Ensino Fundamental, de 4,1 nos anos finais desta etapa de ensino, e de 3,7 ao final do Ensino Médio.

Um passo importante para que todos os municípios brasileiros tivessem seu próprio Ideb foi dado na última Prova Brasil, realizada em 2011, quando uma avaliação especial foi criada para as redes que contavam com estudantes dispersos em escolas menores, geralmente na zona rural. Para viabilizar a aplicação do exame, os alunos desses municípios foram reunidos em algumas escolas centrais. Com isso, todos os municípios do País passaram a ter o seu Ideb aferido, independente do tamanho das suas redes.

### Legenda

- ❑ Não atingiu  
Porque o limite superior do intervalo de confiança do índice observado está abaixo da meta.
- ❑ Atingiu  
Porque a meta está dentro do intervalo de confiança do índice observado.
- ❑ Superou  
Porque o limite inferior do intervalo de confiança do índice observado está acima da meta.

## Avaliação regional do desempenho dos alunos

As **Tabelas 3.2, 3.3 e 3.4** mostram os resultados detalhados para o Brasil, regiões e unidades da federação, para o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e para o 3º ano do Ensino Médio.

**Tabela 3.2** Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação, para o Brasil e regiões

	5º Ano do Ensino Fundamental									
	Língua Portuguesa					Matemática				
			Intervalo de confiança		Meta 2011			Intervalo de confiança		Meta 2011
	Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior		Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior	
Brasil	36,2	40,0	39,8	40,2	42,2	32,4	36,3	36,0	36,5	35,4
Norte	24,5	30,1	29,7	30,5	32,3	18,1	22,7	22,3	23,0	20,7
Nordeste	21,0	29,2	28,8	29,7	31,4	16,0	23,5	23,1	24,0	23,8
Sudeste	45,4	50,3	50,0	50,6	52,2	43,0	48,0	47,7	48,4	45,0
Sul	45,8	48,7	48,1	49,2	47,8	43,3	46,2	45,6	46,7	41,4
Centro-Oeste	42,1	47,2	46,8	47,7	44,2	36,1	41,7	41,2	42,2	36,9

1. Dados da Prova Brasil 2011. Inclui todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.
2. Dados do Saeb. Para o Brasil, inclui escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de dez alunos. Para estados e regiões, inclui escolas estaduais, municipais e privadas com mais de dez alunos apenas da área urbana. Esse recorte da amostra do Saeb mantém a metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2011.

Em relação ao 5º ano, apenas as regiões Sul e Centro-Oeste conseguiram superar as metas previstas em Língua Portuguesa. Nas demais regiões, os índices não foram alcançados. Em Matemática, o quadro se mostra mais promissor. Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste superaram as metas parciais. O Nordeste, por sua vez, atingiu a meta. O bom desempenho nessas regiões colaborou para que o percentual nacional verificado em Matemática, de 36,3%, superasse em 0,9 ponto percentual a meta esperada, de 35,4%.

**Tabela 3.3** Percentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação, para o Brasil e regiões

	9º Ano do Ensino Fundamental									
	Língua Portuguesa					Matemática				
			Intervalo de confiança					Intervalo de confiança		
	Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior	Meta 2011	Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior	Meta 2011
Brasil	22,2	27,0	26,7	27,2	32,0	11,7	16,9	16,7	17,2	25,4
Norte	15,7	20,5	20,0	20,9	23,8	6,9	10,1	9,8	10,4	14,8
Nordeste	12,9	19,6	19,3	19,9	23,1	6,2	11,8	11,5	12,0	17,5
Sudeste	27,6	33,8	33,3	34,2	36,6	14,9	21,8	21,4	22,2	29,6
Sul	26,8	30,9	30,5	31,4	35,5	15,6	20,4	20,0	20,8	30,5
Centro-Oeste	22,9	28,6	28,1	29,0	30,9	11,8	17,2	16,8	17,7	23,2

1. Dados da Prova Brasil 2011. Inclui todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.  
 2. Dados do Saeb. Para o Brasil, inclui escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de dez alunos. Para estados e regiões, inclui escolas estaduais, municipais e privadas com mais de dez alunos apenas da área urbana. Esse recorte da amostra do Saeb mantém a metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2011.

No 9º ano, nenhuma região do País conseguiu atingir a meta. Em Língua Portuguesa, a média nacional, de 27% dos alunos com aprendizagem adequada ao ano, se encontra cinco pontos percentuais abaixo da meta para 2011 (32,0%). Em Matemática, o índice nacional ficou em 16,9%, distante 8,5 pontos percentuais da meta parcial (25,4%).

Em Língua Portuguesa, a região Centro-Oeste marcou 28,6% e foi a que mais se aproximou (2,3 pontos percentuais) da meta para 2011 (30,9%). Já a região Sul teve o pior desempenho nessa comparação, ficando a 4,6 pontos percentuais da meta.

Em Matemática, a região Norte foi a que mais se aproximou da meta parcial (4,7 pontos percentuais), e a região Sul foi a que ficou mais distante (10,1 pontos percentuais). →

### Legenda

- Não atingiu  
Porque o limite superior do intervalo de confiança do índice observado está abaixo da meta.
- Atingiu  
Porque a meta está dentro do intervalo de confiança do índice observado.
- Superou  
Porque o limite inferior do intervalo de confiança do índice observado está acima da meta.

**Tabela 3.4** Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação, para o Brasil e regiões

	3º ano do Ensino Médio									
	Língua Portuguesa					Matemática				
			Intervalo de confiança		Meta 2011			Intervalo de confiança		Meta 2011
	Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior		Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior	
Brasil	23,3	29,2	28,4	30,1	31,5	5,2	10,3	9,9	10,7	19,6
Norte	19,9	23,4	16,3	30,4	21,0	2,6	4,6	3,6	5,6	10,5
Nordeste	14,5	20,2	19,5	21,0	24,0	2,7	6,5	6,1	6,9	16,5
Sudeste	29,4	35,9	34,6	37,2	34,7	7,2	13,2	12,4	14,0	25,2
Sul	27,3	34,2	32,8	35,5	37,2	7,5	14,2	13,4	15,1	26,9
Centro-Oeste	23,4	30,0	28,7	31,3	33,7	4,4	10,1	9,4	10,7	24,3

1. Dados do Saeb. Inclui todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de dez alunos.  
2. Dados do Saeb. Para o Brasil, inclui escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de dez alunos. Para estados e regiões, inclui escolas estaduais e privadas com mais de dez alunos apenas da área urbana. Esse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões mantém a metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2011.

### Legenda

- ❑ Não atingiu  
Porque o limite superior do intervalo de confiança do índice observado está abaixo da meta.
- ❑ Atingiu  
Porque a meta está dentro do intervalo de confiança do índice observado.
- ❑ Superou  
Porque o limite inferior do intervalo de confiança do índice observado está acima da meta.

Em relação ao Ensino Médio, apenas Norte e Sudeste cumpriram a meta parcial de 2011 em Língua Portuguesa. O desempenho ruim das demais regiões contribuiu para que o País (29,2%) ficasse a 2,3 pontos percentuais da meta parcial de 2011 (31,5%). A região Nordeste precisaria ter alcançado mais 3,8 pontos percentuais para atingir a meta de 24,0%.

Nenhuma região atingiu a meta em Matemática. A região Norte (4,6%) foi a que esteve mais próxima (5,9 pontos percentuais) de cumpri-la (10,5%). Já a região Centro-Oeste (10,1%) foi a mais distante (14,2 pontos percentuais) da meta (24,3%).

### Análise por unidade da federação

A Tabela 3.5 (p. ao lado) aponta a porcentagem de alunos de cada unidade da federação com desempenho considerado adequado pelo Todos Pela Educação para o 5º ano do Ensino Fundamental. Em Língua Portuguesa, 14 unidades da federação atingiram ou ultrapassaram a meta para 2011. Os destaques ficam por conta de Mato Grosso do Sul, que superou a meta em 8,1 pontos percentuais; Tocantins, em 6,8 pontos; e Santa Catarina, em 6,3 pontos.

Em Matemática, 21 unidades da federação atingiram ou superaram a meta. Os destaques foram Santa Catarina, com 13,6 pontos acima da meta, e Mato Grosso do Sul, com 11,8 pontos. →

**Tabela 3.5** Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação, para o Brasil e regiões

	5º Ano do Ensino Fundamental									
	Língua Portuguesa					Matemática				
			Intervalo de confiança					Intervalo de confiança		
	Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior	Meta 2011	Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior	Meta 2011
Brasil	36,2	40,0	39,8	40,2	42,2	32,4	36,3	36,0	36,5	35,4
Acre	32,7	36,2	35,2	37,2	40,6	24,8	27,9	26,9	28,8	25,4
Alagoas	13,1	21,3	20,2	22,3	27,6	10,2	16,4	15,5	17,4	20,5
Amapá	17,3	21,7	20,9	22,5	31,6	9,6	13,2	12,5	13,9	19,6
Amazonas	27,6	32,8	32,2	33,4	29,5	21,8	26,2	25,7	26,8	24,5
Bahia	20,2	29,4	28,3	30,5	32,0	15,4	24,6	23,4	25,7	24,2
Ceará	32,8	38,7	37,6	39,7	36,8	26,4	31,9	30,9	32,9	24,5
Distrito Federal	51,9	57,9	56,8	59,0	57,0	47,0	53,0	51,9	54,1	52,9
Espírito Santo	40,5	45,1	44,4	45,8	47,3	36,0	41,5	40,8	42,2	39,8
Goiás	42,1	46,9	46,0	47,8	44,0	34,9	40,4	39,5	41,4	35,7
Maranhão	15,5	21,8	21,2	22,5	27,6	10,1	15,1	14,5	15,7	18,2
Mato Grosso	32,4	36,0	35,3	36,7	35,9	26,6	30,8	30,1	31,5	27,2
Mato Grosso do Sul	43,5	48,3	47,6	49,1	40,2	38,5	43,7	42,9	44,4	31,9
Minas Gerais	51,5	55,1	54,6	55,5	54,9	49,7	53,7	53,3	54,1	51,2
Pará	20,3	26,4	25,6	27,1	32,4	13,3	18,0	17,3	18,7	16,1
Paraíba	22,8	29,4	28,3	30,6	31,8	17,6	23,5	22,4	24,6	24,9
Paraná	45,2	49,2	48,5	49,9	48,1	45,2	49,4	48,7	50,1	46,7
Pernambuco	18,8	28,0	26,5	29,5	32,3	15,1	23,0	21,6	24,5	29,4
Piauí	24,1	32,6	31,4	33,7	28,8	18,1	26,1	25,0	27,2	21,4
Rio de Janeiro	40,9	48,7	47,7	49,7	49,1	38,2	45,0	43,9	46,0	40,1
Rio Grande do Norte	20,2	28,7	27,3	30,1	24,9	14,4	21,8	20,6	23,0	19,2
Rio Grande do Sul	42,5	44,4	43,1	45,7	48,1	37,8	39,1	37,9	40,2	38,1
Rondônia	31,0	36,0	35,1	36,9	36,0	26,0	30,3	29,4	31,1	23,8
Roraima	27,0	32,2	31,0	33,5	35,0	19,0	24,3	23,1	25,5	26,5
Santa Catarina	50,5	52,9	52,3	53,6	46,7	47,0	49,9	49,2	50,6	36,3
São Paulo	44,1	49,1	48,6	49,6	52,4	41,7	47,0	46,5	47,5	43,9
Sergipe	17,0	27,3	26,1	28,5	33,2	12,9	23,4	22,2	24,6	24,0
Tocantins	33,4	36,6	35,7	37,5	29,8	28,2	31,2	30,3	32,0	23,8

1. Dados da Prova Brasil 2011. Inclui todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.

2. Dados do Saeb. Para o Brasil, inclui escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de dez alunos. Para estados e regiões, inclui escolas estaduais, municipais e privadas com mais de dez alunos apenas da área urbana. Esse recorte da amostra do Saeb mantém a metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2011.

A **Tabela 3.6** (p. 38) refere-se à porcentagem de alunos do 9º ano que se encontram acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação. Por ela, observa-se que apenas cinco unidades da federação, em Língua Portuguesa, e uma,

**Legenda**

Ver legenda da Tabela 3.4  
(p. 36).

em Matemática, conseguiram superar as metas intermediárias estabelecidas pelo movimento. Em Língua Portuguesa, Amazonas e Ceará foram os estados que mais superaram as metas, ambos em 2,9 pontos percentuais. Em Matemática, Tocantins superou a meta parcial em 1,6 ponto percentual.

**Tabela 3.6** Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação, para o Brasil e regiões

	9º ano do Ensino Fundamental									
	Língua Portuguesa					Matemática				
			Intervalo de confiança		Meta 2011			Intervalo de confiança		Meta 2011
	Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior		Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior	
Brasil	22,2	27,0	26,7	27,2	32,0	11,7	16,9	16,7	17,2	25,4
Acre	17,8	21,2	20,2	22,2	27,2	8,1	10,8	10,0	11,5	13,2
Alagoas	8,0	13,4	12,7	14,1	18,1	3,6	8,2	7,6	8,9	14,8
Amapá	12,8	17,0	16,1	17,9	24,0	3,6	6,0	5,5	6,6	10,6
Amazonas	16,4	20,3	19,9	20,8	17,5	7,6	10,5	10,2	10,9	13,4
Bahia	12,6	19,6	19,0	20,3	26,1	5,6	11,4	10,8	12,0	18,0
Ceará	17,5	24,4	23,5	25,2	21,5	9,2	14,5	13,8	15,3	18,0
Distrito Federal	27,0	36,2	35,2	37,2	42,0	15,8	24,4	23,4	25,4	39,2
Espírito Santo	25,5	31,9	31,1	32,6	33,3	15,7	22,5	21,8	23,3	29,5
Goiás	21,9	27,3	26,4	28,1	29,3	10,5	16,0	15,1	16,8	19,8
Maranhão	11,0	16,1	15,6	16,7	20,8	4,4	8,2	7,7	8,7	13,6
Mato Grosso	19,1	23,4	22,8	24,0	23,1	8,9	12,8	12,3	13,3	15,4
Mato Grosso do Sul	26,6	30,4	29,8	31,1	33,9	15,0	18,4	17,8	19,0	23,7
Minas Gerais	33,0	37,5	37,1	38,0	36,6	21,9	27,1	26,7	27,6	33,7
Pará	13,4	19,4	18,4	20,3	25,3	4,9	8,6	7,9	9,4	13,7
Paraíba	12,5	18,8	17,9	19,8	21,9	5,4	10,6	9,8	11,3	15,6
Paraná	25,3	29,6	29,1	30,1	29,5	13,8	18,8	18,3	19,4	28,5
Pernambuco	11,9	18,3	17,5	19,2	22,1	5,7	11,2	10,4	11,9	17,8
Piauí	14,7	23,2	22,2	24,3	25,2	8,9	17,7	16,6	18,7	21,7
Rio de Janeiro	25,1	33,8	32,6	34,9	36,4	13,6	23,4	22,3	24,6	27,4
Rio Grande do Norte	13,0	21,1	20,1	22,2	23,5	6,4	13,4	12,5	14,3	17,7
Rio Grande do Sul	28,2	31,8	30,9	32,8	39,0	17,2	21,4	20,6	22,2	32,9
Rondônia	19,8	24,5	23,7	25,3	31,5	10,5	13,5	12,9	14,2	25,8
Roraima	15,3	18,6	17,5	19,8	28,2	6,8	9,5	8,6	10,5	18,3
Santa Catarina	27,8	32,2	31,5	32,8	39,6	16,8	21,8	21,1	22,5	29,9
São Paulo	26,1	32,4	31,8	33,0	37,0	12,4	19,3	18,6	19,9	28,0
Sergipe	12,6	20,2	19,2	21,1	30,0	7,1	13,7	12,8	14,6	23,5
Tocantins	19,5	22,8	22,0	23,5	21,9	10,6	13,0	12,4	13,5	11,3

1. Dados da Prova Brasil 2011. Inclui todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.
2. Dados do Saeb. Para o Brasil, inclui escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de dez alunos. Para estados e regiões, inclui escolas estaduais, municipais e privadas com mais de dez alunos apenas da área urbana. Esse recorte da amostra do Saeb mantém a metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2011.



A **Tabela 3.7** lista o desempenho dos alunos do 3º ano do Ensino Médio. Em língua portuguesa, 12 unidades da federação atingiram ou superaram a meta em 2011 e 15 ficaram abaixo da meta. Amazonas e Rio de Janeiro superaram a meta em 8,1 e 5,6 pontos percentuais, respectivamente.

**Tabela 3.7** Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação, para o Brasil e regiões

	3º ano do Ensino Médio									
	Língua Portuguesa					Matemática				
			Intervalo de confiança		Meta 2011			Intervalo de confiança		Meta 2011
	Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior		Pública <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>	Inferior	Superior	
Brasil	23,3	29,2	28,4	30,1	31,5	5,2	10,3	9,9	10,7	19,6
Acre	16,3	19,2	16,7	21,7	26,1	2,2	3,0	2,1	4,0	12,4
Alagoas	8,8	15,4	13,7	17,2	23,8	1,4	4,9	4,1	5,8	16,7
Amapá	15,3	20,0	17,3	22,7	28,6	1,9	3,9	2,8	4,9	8,7
Amazonas	16,6	20,3	18,6	22,0	12,2	2,8	4,3	3,5	5,0	7,7
Bahia	17,2	21,6	19,5	23,7	23,1	2,8	5,3	4,3	6,3	13,7
Ceará	17,0	24,0	22,2	25,7	28,9	2,9	9,0	8,0	10,1	21,5
Distrito Federal	30,3	40,3	38,5	42,1	48,5	7,9	15,8	14,5	17,0	33,9
Espírito Santo	23,2	29,4	27,5	31,2	34,6	7,6	14,1	12,8	15,4	22,0
Goiás	20,8	26,3	24,0	28,7	26,2	3,0	8,4	7,1	9,6	22,8
Maranhão	11,8	15,3	13,6	16,9	16,7	1,6	3,3	2,6	4,1	10,8
Mato Grosso	18,4	24,4	22,0	26,7	30,2	2,6	7,4	6,3	8,4	17,0
Mato Grosso do Sul	32,3	37,6	35,2	39,9	38,5	8,2	12,7	11,3	14,1	25,2
Minas Gerais	29,7	35,6	34,1	37,0	37,0	9,7	15,4	14,3	16,4	29,8
Pará	23,0	26,1	12,0	40,3	22,3	2,3	4,5	2,5	6,5	9,8
Paraíba	14,1	21,5	19,7	23,3	20,4	2,3	6,8	5,9	7,8	16,3
Paraná	24,2	31,9	29,6	34,2	34,5	6,6	14,2	12,8	15,7	25,8
Pernambuco	13,8	20,1	18,0	22,1	25,1	3,5	7,7	6,6	8,8	15,4
Piauí	11,1	18,8	17,2	20,3	25,2	2,9	8,5	7,5	9,5	23,9
Rio de Janeiro	28,9	38,1	36,0	40,2	32,5	8,9	16,6	15,0	18,1	20,4
Rio Grande do Norte	12,2	18,2	16,5	20,0	23,5	2,2	5,9	5,0	6,8	14,5
Rio Grande do Sul	30,4	36,3	34,0	38,5	42,2	8,4	14,1	12,6	15,5	29,5
Rondônia	20,5	24,2	21,1	27,3	29,2	4,5	6,7	4,9	8,4	17,6
Roraima	15,2	20,2	17,5	22,8	27,8	2,2	4,7	3,4	6,0	13,0
Santa Catarina	28,7	35,5	33,1	37,9	34,6	7,8	14,5	13,0	16,1	25,0
São Paulo	29,8	35,9	33,9	38,0	34,4	5,7	11,4	10,1	12,7	24,8
Sergipe	13,8	20,4	18,4	22,3	30,0	2,8	6,2	5,2	7,2	22,2
Tocantins	16,7	20,2	18,2	22,2	21,3	2,5	5,2	4,3	6,2	14,0

1. Dados do Saeb. Inclui todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de dez alunos.
2. Dados do Saeb. Para o Brasil, inclui escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de dez alunos. Para estados e regiões, inclui escolas estaduais e privadas com mais de dez alunos apenas da área urbana. Esse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões mantém a metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2011.

Em Matemática, o cenário revela uma crise. Nenhuma unidade da federação atingiu a meta parcial de 2011. O desempenho menos pior foi do Amazonas, que ficou a 3,5 pontos percentuais da meta. O destaque negativo fica por conta do Distrito Federal, 18,1 pontos percentuais abaixo da meta.

## Divulgação dos resultados

A divulgação por escola dos resultados das avaliações de sistema provoca nos meios de comunicação uma corrida em busca da publicação de rankings das instituições. Listas com base nas notas do Ideb e do Enem são pobres de informação para quem, de fato, está preocupado com a melhoria da Educação.

Os resultados precisam ser analisados também à luz dos fatores associados, como o nível socioeconômico dos alunos ou as práticas internas de gestão da escola. E precisam ser traduzidos em termos pedagógicos e divulgados para as escolas, para que impactem na melhoria da aprendizagem.

Estudo dos pesquisadores José Francisco Soares e Maria Teresa Gonzaga Alves, do Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), demonstra uma alta correlação entre o nível socioeconômico dos alunos das escolas de Educação Básica brasileiras e o resultado das instituições nas avaliações. O estudo, realizado com apoio do Instituto Unibanco, permite concluir que, para medir o real desempenho de uma escola, é preciso retirar dele o que é devido a características sociodemográficas dos alunos e da própria escola.

Além disso, ideal seria que o resultado não fosse apresentado apenas por meio de uma única nota, mas que trouxesse também a distribuição dos alunos conforme os níveis de proficiência nas disciplinas avaliadas. Tais níveis, se descritos na forma de sentenças pedagógicas, indicariam a gestores e professores a real situação daquele grupo de alunos em termos de habilidades e competências consolidadas e a consolidar.

## A Meta 3 e o Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação (PNE), atualmente em tramitação no Congresso Nacional, possui 10 diretrizes e 20 metas para cumprir, que congregam os principais desafios a ser enfrentados para a melhoria efetiva da Educação no País. En-

tre essas metas, algumas dialogam diretamente com a Meta 3 do Todos Pela Educação, como é o caso da meta 7 do PNE, que coloca como prioridade garantir a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

O Plano também estabelece mecanismos para alcançar os objetivos propostos. Por exemplo, ao definir que no 5º ano de execução do PNE, pelo menos 70% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado, e 50%, pelo menos, o nível desejável, o Plano sugere algumas estratégias, como a autoavaliação das escolas, a introdução de tecnologias educacionais, apoio técnico e financeiro para a melhoria da gestão escolar, políticas de combate à violência e promoção da cultura de paz nas escolas, além de aprimoramento dos instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental e Médio, entre outras. ♦

# Meta 4

Todo aluno com o Ensino Médio  
concluído até os 19 anos

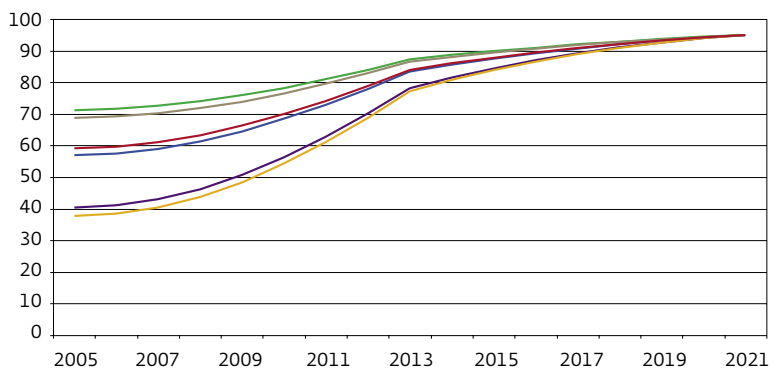
*Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de  
16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental,  
e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão  
ter completado o Ensino Médio*

O cumprimento da Meta 4 do Todos Pela Educação, relacionada à conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em prazos adequados, depende, em grande parte, da melhoria dos índices de acesso à escola (Meta 1), de que a alfabetização ocorra no momento certo (Meta 2), que os alunos aprendam aquilo a que têm direito (Meta 3), e que a passagem dos estudantes pelos anos sucessivos ocorra sem atrasos. Por isso, problemas como as altas taxas de repetência, a evasão escolar e a distorção idade-série precisam ser enfrentados pelos sistemas públicos de ensino. Assim, quanto mais o País evoluir nas três primeiras Metas, mais próximo estará de alcançar a Meta 4.

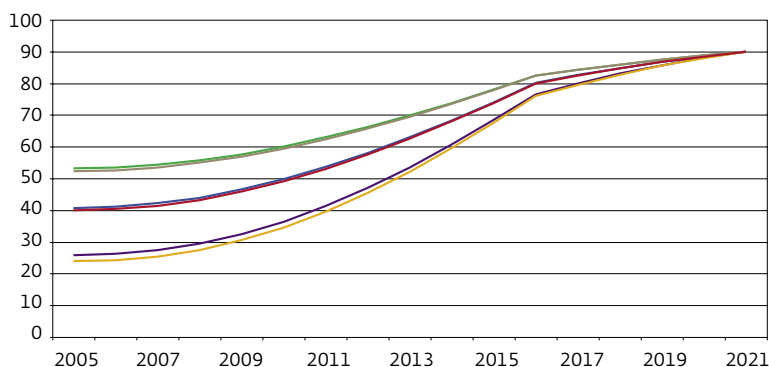
Por ocasião do lançamento do Todos Pela Educação, a comissão técnica do movimento elaborou as projeções para a Meta 4, que podem ser conferidas nos gráficos abaixo.

**Gráficos 4.1** Projeções das metas de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos, e das metas de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos, até 2021, para o Brasil e regiões

Taxa de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos (em %)



Taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos (em %)



**Legenda**

- Brasil
- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

Fonte: Todos Pela Educação.

A análise dos gráficos revela a magnitude do desafio proposto pela Meta 4. Nota-se que as curvas de melhora nas taxas de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos e do Ensino Fundamental aos 16 anos são mais intensas nos anos iniciais, sendo que ambas sofrem uma inflexão: a dos concluintes do nível fundamental em 2013, e a dos concluintes do nível médio em 2016. Esses pontos representam, respectivamente, a conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio por aqueles alunos que ingressaram no sistema educacional em 2006, ano da fundação do movimento<sup>1</sup>.

### Legenda

- Não atingiu  
Porque o limite superior do intervalo de confiança do índice observado está abaixo da meta.
- Atingiu  
Porque a meta está dentro do intervalo de confiança do índice observado.
- Superou  
Porque o limite inferior do intervalo de confiança do índice observado está acima da meta.

## Resultados

A **Tabela 4.1** (abaixo) foi elaborada com base nos dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2011 e divulgada em 2012.

**Tabela 4.1** Taxa de conclusão do Ensino Fundamental, aos 16 anos, e do Ensino Médio, aos 19 anos, e as metas do Todos Pela Educação (em %)

	Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Observado em 2011	Meta de 2011	Intervalo de Confiança		Observado em 2011	Meta de 2011	Intervalo de Confiança	
			Inferior	Superior			Inferior	Superior
Brasil	64,9	72,9	63,6	66,2	51,1	53,6	49,7	52,5
Norte	52,7	62,8	49,5	56,0	35,1	41,3	32,1	38,1
Nordeste	53,6	61,1	51,4	55,8	41,4	39,5	39,1	43,7
Sudeste	74,1	80,9	71,8	76,4	59,1	62,9	56,6	61,6
Sul	69,9	79,6	67,0	72,8	55,8	62,3	52,2	59,4
Centro-Oeste	74,3	74,1	70,6	78,0	58,4	53,0	54,2	62,5

Fonte: IBGE – Pnad 2011.

Os dados apresentados acima indicam a porcentagem de alunos que concluíram em 2011 o Ensino Fundamental aos 16 anos e dos que finalizaram a Educação Básica, ou seja, o 3º ano do Ensino Médio, aos 19 anos. Na tabela, a primeira coluna indica o valor aferido pela Pnad 2011; a segunda traz a meta

1. Para compreender melhor os critérios adotados pela equipe técnica do Todos Pela Educação, veja a nota sobre a formulação das metas do movimento em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1221/nota-tecnica-das-metas-do-todos-pela-educacao-sintetica/>>.

estabelecida pelo movimento; as duas seguintes mostram o intervalo de confiança. Isso se torna necessário, como dito para a Meta 1, porque a Pnad analisa sempre uma amostra da população, não o universo total dos estudantes. É importante destacar também que as metas estabelecidas pelo movimento para a conclusão das duas etapas contemplam uma tolerância de um ano, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) considera que, em um determinado ano escolar  $k$ , para o qual seria correspondente a idade adequada  $i$ , um aluno apresenta atraso escolar se tiver idade  $i + 2$  ou mais. Considera-se que o aluno com idade  $i + 1$  está no ano escolar correto, pois, em algum momento do ano calendário em que está cursando o ano escolar  $k$ , ele teve a idade apropriada. Assim, um aluno pode ter 6 ou 7 anos de idade no 1º ano do Ensino Fundamental. E só será considerado atrasado caso tenha 8 anos de idade ou mais.

De acordo com os valores observados, apenas a região Centro-Oeste conseguiu alcançar a Meta 4 para 2011 em relação aos concluintes do Ensino Fundamental, mas dentro do intervalo de confiança. As demais regiões do País permaneceram abaixo das suas respectivas metas e fora do intervalo de confiança. O pior desempenho apresenta-se na região Norte, na qual apenas 52,7% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental conseguiram completá-lo aos 16 anos.

Em relação ao Ensino Médio, as metas de conclusão foram cumpridas, dentro do intervalo de confiança, apenas pela região Nordeste e superada pela região Centro-Oeste, enquanto as demais apresentaram taxas abaixo da meta e fora do intervalo de confiança. Em termos nacionais, a taxa de concluintes na idade correta ficou 8 pontos percentuais abaixo da meta estabelecida para 2011 em relação ao Ensino Fundamental, e 2,5 pontos percentuais abaixo da meta pretendida para o Ensino Médio.

O cenário em 2012, relativo a 2011, apresenta uma piora nas taxas de conclusão em relação ao relatório anterior, que trazia dados observados em 2009; ou seja, naquele ano, a média nacional atingiu as metas nas duas etapas, chegando, no Ensino Médio, a superar o intervalo de confiança.

## Análise por unidades da federação

A **Tabela 4.2** (abaixo) traz o detalhamento, por unidade da federação, das taxas de conclusão relativas ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, além das metas para 2011 e os respectivos intervalos de confiança.

**Tabela 4.2** Taxa de conclusão do Ensino Fundamental, aos 16 anos, e do Ensino Médio, aos 19 anos, e as metas do Todos Pela Educação, por unidade da federação (em %)

	Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Observado em 2011	Meta de 2011	Intervalo de Confiança		Observado em 2011	Meta de 2011	Intervalo de Confiança	
			Inferior	Superior			Inferior	Superior
Brasil	64,9	72,9	63,6	66,2	51,1	53,6	49,7	52,5
Acre	53,8	65,7	41,6	65,9	37,1	43,8	28,0	46,3
Alagoas	38,9	52,4	29,0	48,9	33,7	32,0	25,8	41,6
Amapá	57,4	71,8	44,5	70,3	52,5	49,7	39,3	65,6
Amazonas	50,4	63,2	42,1	58,7	33,0	45,4	25,7	40,4
Bahia	50,8	60,7	47,0	54,6	36,4	37,3	32,0	40,8
Ceará	63,6	69,3	59,1	68,1	55,8	44,5	50,2	61,4
Distrito Federal	81,1	75,6	73,6	88,5	66,5	61,6	58,4	74,5
Espírito Santo	66,1	75,3	57,4	74,8	55,6	57,7	47,3	63,8
Goiás	72,2	74,4	66,0	78,3	55,3	52,7	48,7	61,9
Maranhão	57,9	59,7	50,7	65,1	35,0	37,8	29,3	40,7
Mato Grosso do Sul	61,1	73,5	51,2	70,9	51,4	49,8	41,6	61,1
Mato Grosso	83,0	73,1	75,8	90,2	63,6	48,3	53,8	73,3
Minas Gerais	71,6	76,9	66,8	76,4	49,0	55,4	44,4	53,6
Pará	46,7	57,7	42,0	51,4	29,6	34,7	25,5	33,7
Paraíba	51,5	54,6	41,8	61,2	36,8	34,3	28,7	44,9
Paraná	71,8	78,4	67,5	76,2	54,3	65,2	48,4	60,1
Pernambuco	55,2	60,2	49,5	60,8	41,5	41,9	35,7	47,3
Piauí	45,7	57,9	35,9	55,5	35,8	34,6	24,9	46,7
Rio de Janeiro	63,1	75,0	58,0	68,1	50,3	58,6	44,9	55,7
Rio Grande do Norte	53,3	66,0	44,6	62,0	57,6	48,7	47,1	68,1
Rio Grande do Sul	65,9	77,6	61,5	70,2	48,7	58,2	43,8	53,6
Rondônia	65,5	66,9	57,1	73,9	46,5	49,3	35,5	57,5
Roraima	71,7	73,4	60,2	83,2	60,0	53,7	47,4	72,6
Santa Catarina	73,1	84,6	66,0	80,3	69,8	64,2	60,5	79,1
São Paulo	81,0	85,7	77,7	84,2	67,6	68,6	64,0	71,3
Sergipe	46,1	57,8	36,7	55,4	37,0	39,9	25,9	48,1
Tocantins	65,3	70,7	55,3	75,3	44,8	46,0	36,3	53,2

Fonte: IBGE – Pnad 2011.



Em termos nacionais, o Brasil não atingiu em 2011 os patamares intermediários estabelecidos em 2006 pelo movimento Todos Pela Educação para o cumprimento da Meta 4.

Em relação ao Ensino Fundamental, nove unidades da federação conseguiram atingir a meta, todas dentro do intervalo de confiança. O Mato Grosso superou a meta, com a marca de 83%; a menor taxa de conclusão na idade correta acontece em Alagoas, onde apenas 38,9% dos alunos completaram o 9º ano aos 16 anos. As demais 17 unidades ficaram abaixo da meta.

No Ensino Médio, Santa Catarina foi o estado que apresentou a mais elevada taxa de conclusão na idade correta (69,8%), enquanto o Pará ocupa a posição mais baixa (29,6%).

### Legenda

- Não atingiu  
Porque o limite superior do intervalo de confiança do índice observado está abaixo da meta.
- Atingiu  
Porque a meta está dentro do intervalo de confiança do índice observado.
- Superou  
Porque o limite inferior do intervalo de confiança do índice observado está acima da meta.

## O problema da distorção idade-série

Comparando-se as taxas de conclusão na idade correta dos dois níveis de ensino, observa-se uma diferença significativa nas médias, que decaem vigorosamente ao final do Ensino Médio. Isto se dá porque é nesse nível de ensino que se encontram as maiores taxas de evasão escolar, ou seja, de alunos que desistem de estudar<sup>2</sup>. Além disso, é no Ensino Médio que se torna mais agudo o problema da distorção idade-série, já que as repetências acumuladas ao longo da vida estudantil implicam atraso na conclusão do ciclo da Educação Básica.

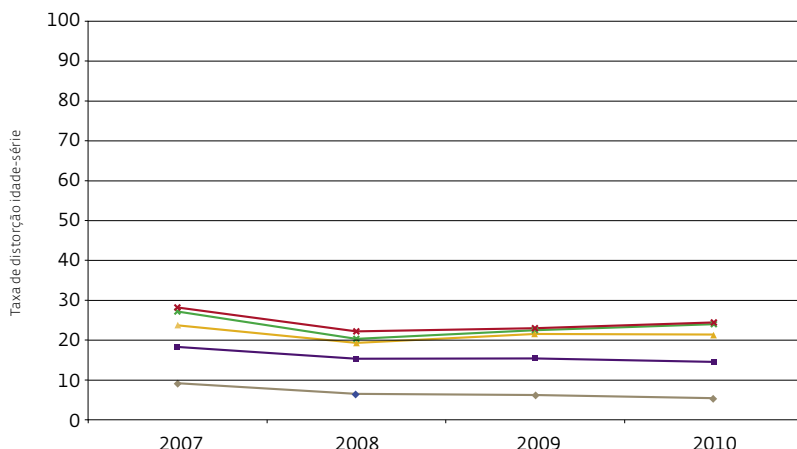
Os **Gráficos 4.2, 4.3 e 4.4** (pp. 48 e 49) apresentam as taxas de distorção idade-série para os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, para os quatro anos da segunda etapa do Ensino Fundamental, e para os três ou quatro anos referentes ao Ensino Médio (algumas modalidades de Ensino Médio contam com quatro anos). Observa-se que a taxa de distorção cresce à medida que aumenta o número de anos estudados. Ao fim do Ensino Médio, por exemplo, entre 30% e 50% dos alunos encontram-se defasados. →

2. Marcelo Neri, presidente do Ipea, coordenou, em 2009, com apoio do movimento Todos Pela Educação, o estudo *Motivos da Evasão Escolar*, no qual analisa esse fenômeno no Ensino Médio. Disponível para leitura em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/tpemotivos/>>.

**Gráfico 4.2** Taxas de distorção idade-série dos anos iniciais do Ensino Fundamental (em %) – 2007 a 2010

**Legenda**

- ◆ 1º ano
- 2º ano
- ▲ 3º ano
- ✕ 4º ano
- ✕ 5º ano

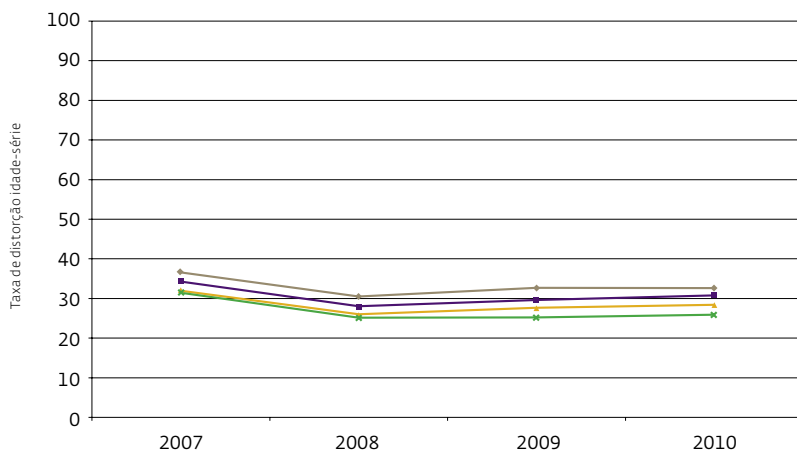


Fonte: MEC/Inep/Deed.

**Gráfico 4.3** Taxas de distorção idade-série dos anos finais do Ensino Fundamental (em %) – 2007 a 2010

**Legenda**

- ◆ 6º ano
- 7º ano
- ▲ 8º ano
- ✕ 9º ano

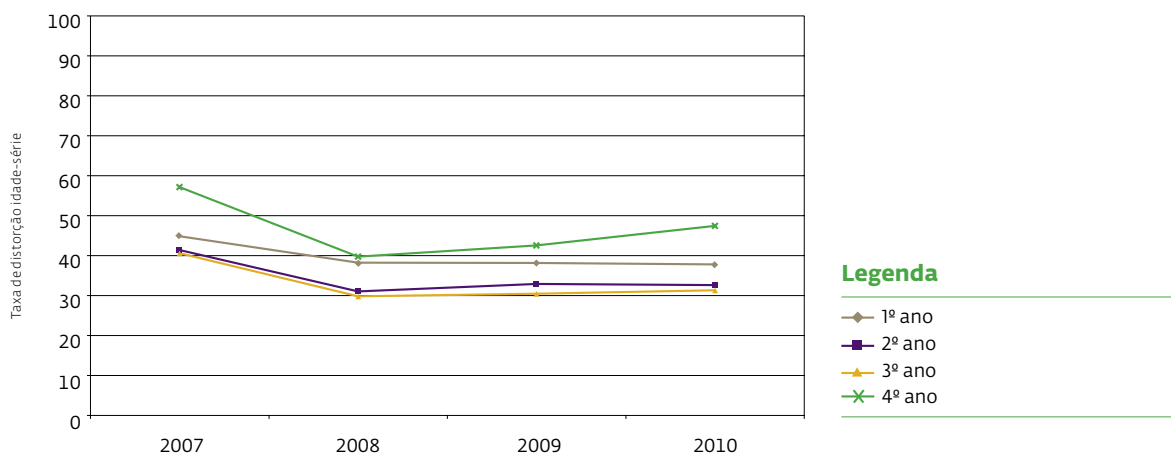


Fonte: MEC/Inep/Deed.

Diversos estudos vêm evidenciando o efeito perverso de sucessivas repetências na motivação do aluno; quanto mais defasado ele se encontra, menor será sua chance de concluir os estudos. Segundo estimativas publicadas no relatório *De Olho nas Metas 2011* pelo professor Tufi Machado Soares<sup>3</sup>, da

3. A análise de Tufi Machado Soares está disponível para leitura em: <[http://www.todos.pelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/de\\_olho\\_nas\\_metas\\_2011\\_tpe.pdf](http://www.todos.pelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/de_olho_nas_metas_2011_tpe.pdf)>.

**Gráfico 4.4** Taxas de distorção idade-série dos anos do Ensino Médio (em %) – 2007 a 2010



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), a evolução dos dados aponta para uma taxa de conclusão de 76,8% para o Ensino Fundamental e de 65,1% para o Ensino Médio em 2020. Esses índices, se confirmados, ficarão bem abaixo das metas pretendidas pelo movimento, de 95% para o Fundamental e de 90% para o Médio. Para evitar o fracasso antevisto na conquista da Meta 4, será necessário repensar as políticas de fluxo dos alunos dentro do sistema educacional, de modo que entrem na escola na idade correta, as repetências diminuam, e sejam criados programas de aceleração e avaliação contínua para que os que se encontram defasados recuperem o atraso. Dessa forma, o cumprimento da Meta 4 não ficaria comprometido. ♦

# Meta 5

Investimento em Educação  
ampliado e bem gerido

*Até 2010, mantendo-se até 2022, o investimento público em Educação Básica deverá ser de 5% ou mais do PIB*

Educação não é despesa; é investimento. E esse investimento, além de ser compatível com a necessidade do País para alcançar novos patamares educacionais, precisa ser bem gerido. É imperativo que os recursos, de fato, cheguem até a escola, valorizando o professor, provendo a instituição com condições adequadas de funcionamento e todos os demais insumos tão necessários para que o aluno efetivamente aprenda. O Brasil ainda investe pouco em Educação Básica, considerando-se o valor por aluno/ano, como veremos a seguir. E parte desses recursos muitas vezes não chega até a escola. Por isso, a Meta 5 do movimento Todos Pela Educação preconiza ambas as ações: o aumento do valor do investimento público e uma gestão de qualidade desses recursos.

Ao longo de 2012, durante a tramitação no Congresso Nacional do novo Plano Nacional da Educação, o baixo valor investido na Educação provocou intensas discussões sobre o percentual ideal do Produto Interno Bruto (PIB) a ser destinado ao setor nos próximos dez anos. O debate mobilizou políticos e educadores em torno da questão. É consenso a necessidade de se aumentar o volume de verbas para a Educação brasileira, não só pela dívida histórica que o País tem com sua população nessa área, mas também devido ao grande déficit qualitativo que se apresenta nos resultados, no que diz respeito à aprendizagem escolar, das diversas avaliações de sistema hoje disponíveis. Esses dois aspectos não poderão ser integralmente enfrentados com o atual nível de investimento, que corresponde a 4,3% do PIB na Educação Básica. Entretanto, além da elevação dos valores investidos, é preciso melhorar a qualidade do gasto e aumentar o controle social sobre o dinheiro público da Educação.

A **Tabela 5.1** (p. 52) apresenta a evolução histórica do investimento direto dos poderes públicos em Educação no Brasil, separado por nível de ensino. A série teve início em 2000, e foi construída com base em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). →

**Tabela 5.1** Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação por nível de ensino em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) – Brasil, 2000 a 2010

Ano	Todos os níveis de ensino	Níveis de Ensino					
		Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Básica	Educação Superior
			De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais			
2000	3,9	0,3	1,3	1,1	0,5	3,2	0,7
2001	4,0	0,3	1,3	1,1	0,6	3,3	0,7
2002	4,1	0,3	1,5	1,1	0,4	3,3	0,8
2003	3,9	0,3	1,3	1,0	0,5	3,2	0,7
2004	3,9	0,3	1,3	1,1	0,5	3,2	0,7
2005	3,9	0,3	1,4	1,1	0,4	3,2	0,7
2006	4,3	0,3	1,4	1,3	0,6	3,6	0,7
2007	4,5	0,4	1,5	1,4	0,6	3,8	0,7
2008	4,7	0,4	1,5	1,5	0,7	4,0	0,7
2009	5,0	0,4	1,6	1,6	0,7	4,2	0,7
2010	5,1	0,4	1,6	1,5	0,8	4,3	0,8
2011	5,3*	–	–	–	–	–	–

\* Valor divulgado em nota do Ministério da Educação. Acesse: <<http://portal.mec.gov.br>> e digite na busca: investimentos em relação ao PIB crescem a cada ano.

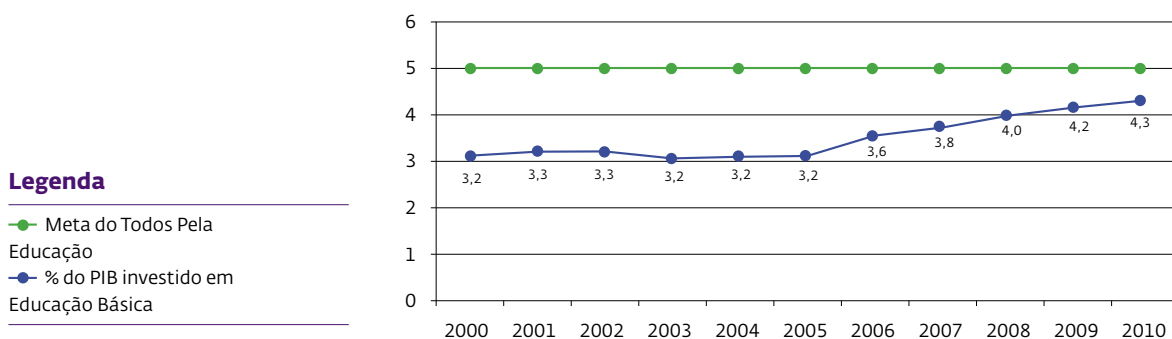
#### Notas explicativas:

1. Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
2. Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
3. Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada);
4. A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (exceto cursos sequenciais) e cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*);
5. Os dados se referem aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios;
6. Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa Escola;
7. Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizado como fonte de informações um trabalho técnico, realizado pelo Inep, diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
8. A partir de 2006, utilizou-se como fontes de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
9. Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos;
10. Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Os dados da **Tabela 5.1** (p. 52) revelam que o investimento público em Educação vem, em linhas gerais, aumentando de forma consistente desde 2000, ano em que o País destinou 3,9% do seu PIB à área. Ao longo de uma década, esse percentual vem crescendo progressivamente e chegou, em 2010, ao patamar de 5,1%, para todos os níveis de ensino – incluindo a Educação Superior. Quando considerada apenas a Educação Básica, o investimento em 2010 representou 4,3% do PIB, valor abaixo da Meta 5 do Todos Pela Educação, que era de 5% ou mais a partir de 2010, assim se mantendo até 2022. Em dezembro de 2012 o MEC divulgou a estimativa da proporção do PIB que a área recebeu em 2011: 5,3% para todos os níveis de ensino. Nessa época, ainda não era possível saber qual o valor destinado à Educação Básica.

Como é possível constatar na **Tabela 5.1**, a entrada em vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de seu sucessor, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), provocou a elevação do investimento público nacional a partir de 2006, já que a União passou a complementar o valor mínimo estipulado por aluno quando as receitas próprias da unidade da federação não fossem suficientes para atingi-lo. Outro fator que explica a elevação dos investimentos públicos na área, a partir dessa data, foi a aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo financiamento das ações muitas vezes é complementar aos recursos alocados pelo Fundeb. A evolução histórica do investimento público, que pode ser vista no **Gráfico 5.1** (p. 54), revela que a distância entre o percentual do PIB investido e a meta do Todos Pela Educação vem diminuindo, mas ainda se encontra em níveis abaixo do necessário para suprir as necessidades de financiamento do setor. →

**Gráfico 5.1** Percentual do PIB investido em Educação Básica e a meta do Todos Pela Educação

Fonte: MEC/Inep/DEED. Elaboração Todos Pela Educação.

O aumento do volume total de recursos públicos destinados à Educação tem como um dos efeitos positivos a diminuição da distância entre o investimento por aluno da Educação Superior em relação ao por aluno da Educação Básica, sem que essa diminuição tenha significado menos recursos para o ensino universitário. Historicamente, o nível de investimento público na Educação Superior tem oscilado entre 0,7% e 0,8% do PIB ao longo da década; já a Educação Básica saltou, no mesmo período, de 3,2% para 4,3% do PIB. Ou seja, a diminuição da distância se deu pela injeção de novos recursos, não por sua redistribuição.

A **Tabela 5.2** (p. 55), a seguir, mostra o valor dessa diferença. Em 2000, o investimento por aluno na Educação Superior era 11,1 vezes maior do que aquele praticado por aluno na Educação Básica; em 2010, essa razão caiu para menos da metade, 5,0.

Como os valores da **Tabela 5.2** estão em reais, corrigidos para o ano de 2010, é possível fazer algumas comparações. Por exemplo: em uma década, enquanto o investimento público na Educação Básica elevou-se em 133,5%, saltando de R\$ 1.533,00 por aluno/ano para R\$ 3.580,00, no mesmo período a elevação do investimento anual por aluno no Nível Superior foi de apenas 6%, passando de R\$ 16.948,00 para R\$ 17.972,00.

Pela **Tabela 5.3** (p. 56) é possível verificar a diminuição da diferença de investimento entre a Educação Básica e a Educação Superior. Em 2000, início da série histórica, 81,6% dos recursos eram dirigidos à Educação Básica, enquanto 18,4% ficavam com as instituições federais de Educação Superior. A partir de 2006, o investimento na Educação Básica se eleva e a diferença em relação à Educação Superior se estabiliza. →



**Tabela 5.2** Estimativa do investimento público direto em Educação em R\$ por estudante, por nível de ensino, com valores corrigidos para 2010 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e a proporção do investimento público por estudante da Educação Superior sobre o investimento público por estudante da Educação Básica – Brasil, 2000 a 2010

Ano	Investimento público direto por estudante (R\$1)							
	Todos os níveis de ensino	Níveis de Ensino						Proporção da Educação Superior sobre a Educação Básica (Estudante)
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior	
				De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais			
2000	1.842	1.533	1.753	1.508	1.539	1.462	16.948	11,1
2001	1.907	1.590	1.583	1.491	1.677	1.664	16.750	10,5
2002	1.902	1.575	1.491	1.741	1.616	1.171	15.879	10,1
2003	1.905	1.600	1.716	1.686	1.602	1.344	13.913	8,7
2004	2.016	1.710	1.828	1.810	1.830	1.251	14.085	8,2
2005	2.143	1.815	1.731	2.025	1.929	1.266	14.324	7,9
2006	2.495	2.167	1.873	2.230	2.449	1.732	14.446	6,7
2007	2.886	2.531	2.286	2.660	2.771	2.029	15.313	6,1
2008	3.309	2.908	2.438	3.050	3.254	2.344	16.309	5,6
2009	3.581	3.148	2.411	3.393	3.539	2.474	16.503	5,2
2010	4.087	3.580	2.942	3.859	3.905	2.960	17.972	5,0

**Notas explicativas:**

1. Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
2. Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
3. Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada);
4. A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (exceto cursos sequenciais) e cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*);
5. Os dados se referem aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios;
6. Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa Escola;
7. Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizado como fonte de informações um trabalho técnico, realizado pelo Inep, diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
8. A partir de 2006, utilizou-se como fontes de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
9. Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos;
10. Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fonte: MEC/Inep/DEED.

**Tabela 5.3** Estimativa da proporção relativa do investimento público direto em Educação, por nível de ensino – Brasil, 2000 a 2010

Ano	Níveis de ensino					
	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Básica	Educação Superior
		De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais			
2000	8,6	33,3	26,6	13,0	81,6	18,4
2001	8,0	31,0	27,8	14,8	81,6	18,4
2002	7,6	35,5	27,3	10,6	80,9	19,1
2003	9,0	33,7	26,7	12,5	81,9	18,1
2004	9,0	33,7	28,4	11,7	82,8	17,2
2005	8,5	34,8	28,1	11,2	82,5	17,5
2006	7,7	32,6	31,0	13,2	84,5	15,5
2007	8,2	32,9	30,5	13,6	85,3	14,7
2008	7,8	32,5	31,1	13,9	85,2	14,8
2009	7,2	33,0	31,5	13,4	85,1	14,9
2010	7,8	32,0	29,9	14,9	84,5	15,5

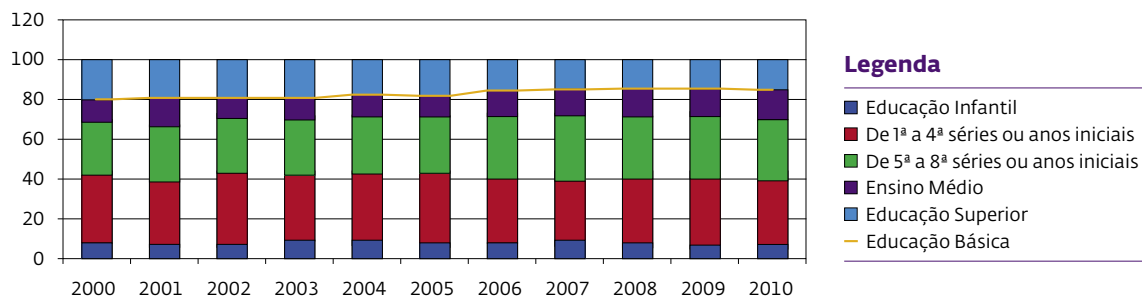
**Notas explicativas:**

1. Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
2. Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
3. Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada);
4. A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (exceto cursos sequenciais) e cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*);
5. Os dados se referem aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios;
6. Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa Escola;
7. Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizado como fonte de informações um trabalho técnico, realizado pelo Inep, diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
8. A partir de 2006, utilizou-se como fontes de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
9. Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos;
10. Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fonte: MEC/Inep/DEED.

O **Gráfico 5.2** (p. ao lado) permite observar a distribuição do investimento público entre a Educação Básica e a Educação Superior, desde o início do século 21. →

**Gráfico 5.2** Estimativa da proporção relativa do investimento público direto na Educação Básica e no Ensino Superior



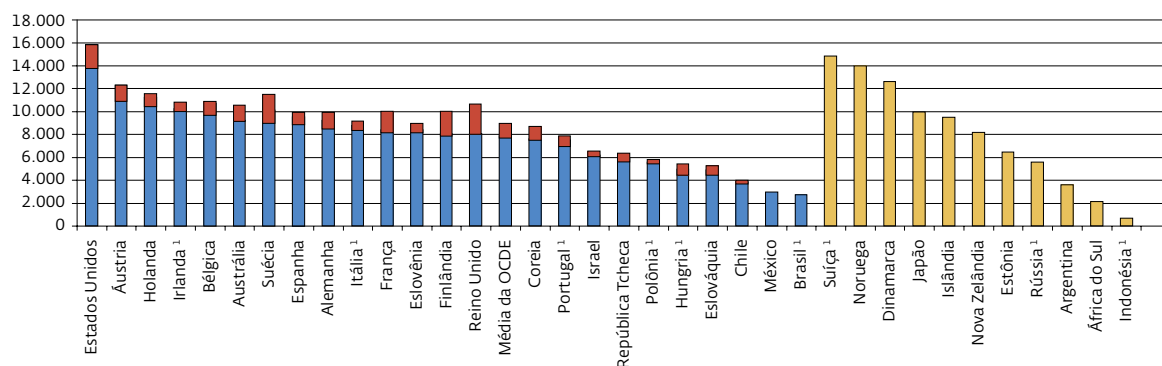
Fonte: MEC/Inep/DEED. Elaboração Todos Pela Educação.

## Cenário mundial

Os gráficos e tabelas apresentados nas próximas páginas, permitem que sejam comparados os investimentos em Educação entre diversos países, calculados em dólares convertidos pela paridade do poder de compra.

**Gráfico 5.3** Gastos anuais por estudante, do Ensino Fundamental ao Ensino Superior – 2009

Em dólares convertidos pela paridade do poder de compra



1. Somente instituições públicas.

Fonte: *Education at a Glance 2012* - OCDE.

### Legenda

- Total
- Serviços auxiliares, como transporte, refeições, alojamento, fornecidos pelas instituições de pesquisa e desenvolvimento
- Serviços centrais

O **Gráfico 5.3** – elaborado com base em dados do relatório *Education at a Glance 2012*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — traz uma comparação mundial dos valores investidos por aluno, do Ensino Fundamental ao Superior, em 35 países. No que toca a alguns países, o gráfico traz apenas a informação agregada (total de investimento por aluno/ano, em cor amarela); relativamente a outros, o investimento em Educação foi dividido entre investimentos centrais (salários de professores, materiais didáticos, infraestrutura escolar etc., em azul) e investimentos complementares (merenda, transporte escolar e investimento em pesquisa e desenvolvimento, em vermelho).

São membros permanentes da OCDE 34 países, a maioria com alto desenvolvimento socioeconômico, embora nem todos estejam nesse patamar, como México ou Chile. O Brasil participa como convidado em vários estudos da Organização, da mesma forma que Rússia, China, Indonésia e África do Sul, entre outros países emergentes.

Os Estados Unidos são os primeiros colocados em investimento por aluno, alcançando uma média de US\$ 15.812 ao ano. Outros 11 países aplicam quantias acima de US\$ 10.000 *per capita* em seus sistemas de ensino (ver **Tabela 5.4**, p. ao lado). O Brasil, como pode ser observado, ocupa a antepenúltima posição, situando-se abaixo dos outros países latino-americanos do estudo (Chile, Argentina e México), com um investimento menor que a metade do que aplica hoje a Polônia, por exemplo, e a sexta parte do que aplica o país líder nesse quesito. →

**Tabela 5.4** Gastos anuais por estudante, do Ensino Fundamental ao Superior, por serviços, em dólares convertidos pela paridade do poder de compra – 2009

Países	Serviços centrais	Serviços auxiliares, como transporte, refeições, alojamento, fornecidos pelas instituições de pesquisa e desenvolvimento	Total
Suíça <sup>1</sup>	–	–	14.976,81
Estados Unidos	12.926,01	1.996,75	14.922,76
Noruega	–	–	13.284,82
Áustria	10.457,68	1.393,89	11.851,57
Dinamarca	–	–	11.787,86
Suécia	8.773,37	2.388,19	11.161,56
Holanda	9.605,79	1.097,72	10.703,51
Bélgica	9.386,59	1.202,03	10.588,62
Irlanda	9.348,38	733,76	10.082,14
Reino Unido	7.395,29	2.656,08	10.051,37
Islândia	–	–	9.873,15
Japão	–	–	9.673,02
França	7.788,00	1.774,13	9.562,13
Espanha	8.336,01	1.162,53	9.498,54
Finlândia	7.645,63	1.817,44	9.463,07
Itália <sup>1</sup>	8.045,00	1.104,44	9.149,44
Alemanha	7.848,85	1.266,29	9.115,14
Austrália	7.922,60	1.133,50	9.056,09
Eslovênia	8.018,34	700,47	8.718,81
Média da OCDE	7.238,25	1.115,86	8.354,11
Coreia	6.332,64	1.101,81	7.434,46
Nova Zelândia	–	–	7.218,38
Portugal <sup>1</sup>	6.130,42	874,41	7.004,82
Israel	6.386,88	497,83	6.884,70
Estônia	–	–	5.982,31
República Tcheca	5.242,85	651,99	5.894,84
Hungria <sup>1</sup>	4.310,58	824,89	5.135,47
Polônia <sup>1</sup>	4.926,41	208,46	5.134,87
Rússia	–	–	4.878,43
Eslováquia	3.680,67	765,58	4.446,25
Chile	3.319,00	202,00	3.521,00
Argentina <sup>1</sup>	–	–	3.204,00
México	2.652,76	110,71	2.763,47
Brasil <sup>1</sup>	2.395,37	20,73	2.416,10
China <sup>1</sup>	–	–	1.593,14

Fonte: *Education at a Glance 2012* – OCDE.

1. Apenas instituições públicas

Mesmo com denominação diferente da usada no Brasil, as estatísticas da OCDE permitem que se faça a desagregação do investimento de acordo com a etapa de ensino. A chamada *Primary Education* no estudo da Organização equivale aos anos iniciais do Ensino Fundamental em nosso País; a *Secondary Education* traz os valores correspondentes aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio; enquanto o investimento na *Tertiary Education* equivale à nossa Educação Superior.

Ao observarmos o investimento por nível (**Tabela 5.5**, p. ao lado), o Brasil encontra-se, novamente, entre os últimos colocados na Educação Básica (Fundamental e Médio), assumindo uma posição intermediária apenas na Educação Superior, graças, principalmente, ao orçamento destinado às universidades federais e estaduais. Considerando apenas o investimento nos anos iniciais, o Brasil supera o México, invertendo a posição em relação ao relatório publicado em 2011, e aproxima-se do valor investido por aluno pela vizinha Argentina –, sem deixar, porém, de pertencer ao bloco dos países com menor investimento na Educação Básica.

Já na Educação Superior, a média de investimento brasileiro é de US\$ 11.740,73, aproximando-se da dos países da OCDE, conforme se observa nos **Gráficos 5.4** (p. 62). Tal investimento na Educação Superior é primordial para que o País possa não só formar recursos humanos qualificados para o mundo do trabalho, como também financiar projetos de pesquisa e inovação, geralmente desenvolvidos por pesquisadores e instituições vinculadas às universidades públicas brasileiras.

O que precisa prioritariamente crescer acima dos parâmetros atuais, mas sem prejuízo para a Educação Superior, é o investimento na Educação Básica. →

**Tabela 5.5** Gastos anuais por estudantes por instituições educacionais, por nível de Educação, em dólares convertidos pela paridade de poder de compra – 2009

Países	Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental e Médio	Anos finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Luxemburgo	16.493,97	19.324,09	19.201,80	19.443,41	–
Noruega	11.833,32	13.882,88	12.505,12	14.982,80	19.268,87
Dinamarca <sup>1</sup>	11.166,19	11.036,23	11.078,19	10.996,39	18.556,06
Estados Unidos	11.108,82	12.550,24	12.247,46	12.872,57	29.200,65
Suíça <sup>2</sup>	10.597,04	15.644,94	14.067,50	17.012,66	21.577,20
Islândia	10.098,53	8.644,26	9.777,52	7.933,96	9.938,54
Áustria	10.080,15	12.588,60	12.442,36	12.736,54	14.257,40
Suécia	9.381,50	10.050,03	9.641,55	10.375,27	19.960,96
Reino Unido	9.088,48	10.013,04	–	–	16.337,95
Itália <sup>2</sup>	8.669,21	9.111,63	9.164,67	9.075,76	9.561,53
Bélgica	8.341,06	10.774,80	–	–	15.443,07
Austrália	8.327,66	10.136,81	10.272,98	9.915,92	16.074,18
Irlanda <sup>2</sup>	8.219,42	11.831,47	11.068,92	12.731,01	16.420,05
Holanda	7.916,96	11.793,29	11.707,84	11.880,37	17.849,34
Japão <sup>1</sup>	7.729,08	9.255,59	8.985,18	9.526,57	15.957,31
Espanha	7.445,72	10.110,60	9.483,69	11.265,12	13.613,84
Finlândia	7.367,72	8.946,55	11.338,22	7.738,61	16.568,78
Nova Zelândia	6.812,13	7.960,00	7.304,23	8.670,23	10.619,25
Coreia	6.657,94	9.398,57	7.535,51	11.300,16	9.513,21
Alemanha	6.619,12	9.284,73	8.130,36	11.286,53	15.711,07
França	6.373,15	10.696,02	9.111,41	12.809,37	14.641,83
Portugal <sup>2</sup>	5.761,88	8.709,42	8.448,11	9.015,07	10.480,63
Estônia	5.493,48	6.518,61	6.224,54	6.755,51	6.372,86
Polônia <sup>2</sup>	5.302,48	5.025,59	4.870,98	5.159,27	7.776,13
Israel	5.201,87	5.842,23	–	–	11.214,40
Eslováquia <sup>1</sup>	5.099,38	4.657,56	4.747,40	4.577,95	6.758,05
Hungria <sup>2</sup>	4.467,08	4.514,42	4.874,34	4.180,53	8.517,97
República Tcheca	4.196,46	6.602,04	6.972,94	6.293,47	8.236,75
Chile	2.981,41	2.891,98	2.892,59	2.891,69	6.862,64
Argentina <sup>2</sup>	2.756,57	3.931,61	3.726,84	4.307,09	4.578,98
Brasil <sup>2</sup>	2.405,16	2.235,39	2.523,42	1.762,87	11.740,73
México	2.185,39	2.536,41	2.014,12	3.533,78	8.020,29
África do Sul	1.536,37	1.872,07	–	–	3.616,17
Eslovênia	–	8.670,48	9.386,08	7.408,68	9.311,40
Canadá <sup>1,2</sup>	–	8.996,62	–	–	20.931,97
Rússia <sup>2</sup>	–	4.325,41	–	–	7.748,54
Indonésia <sup>1</sup>	–	369,15	365,61	374,26	972,27
Arábia Saudita	–	–	–	–	16.297,00

Fonte: *Education at a Glance 2012* – OCDE.

1. Ano de referência 2008.

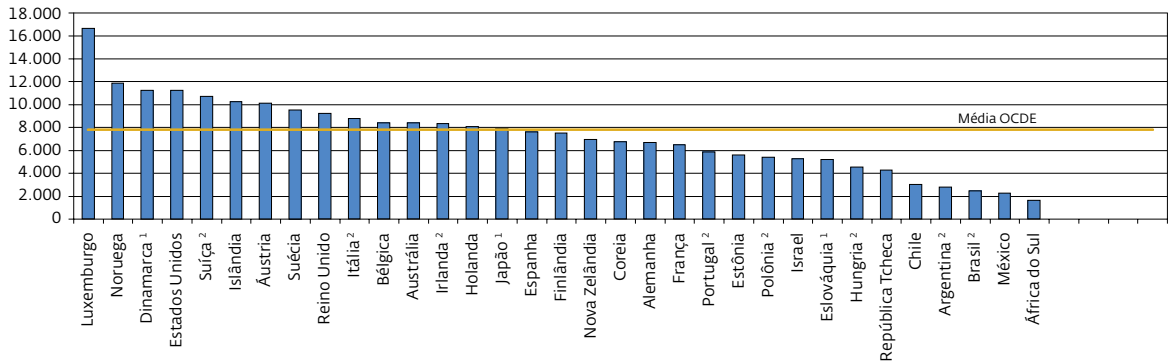
2. Instituições públicas apenas (Canadá, apenas Ensino Superior; Itália, exceto Ensino Superior).

3. Ano de referência 2010.

### Gráficos 5.4 Gastos anuais por estudante, do Ensino Fundamental ao Ensino Superior – 2009

#### Anos iniciais do Ensino Fundamental

Em dólares convertidos pela paridade do poder de compra

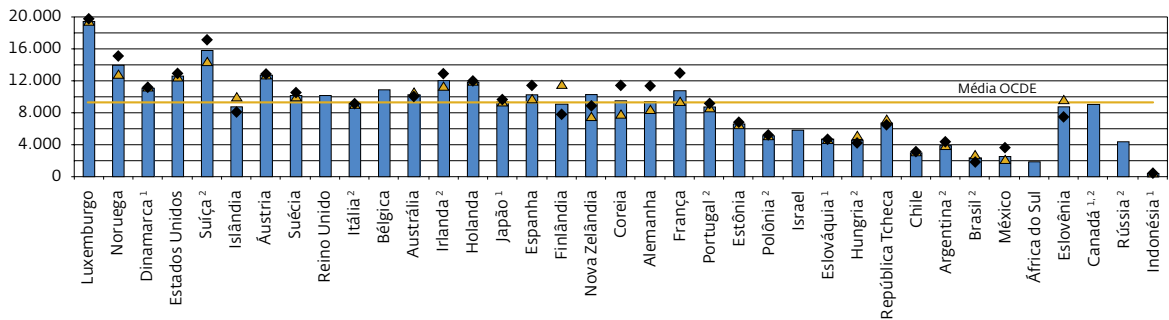


#### Legenda

- Total
- Anos finais do Ensino Superior
- Ensino Médio

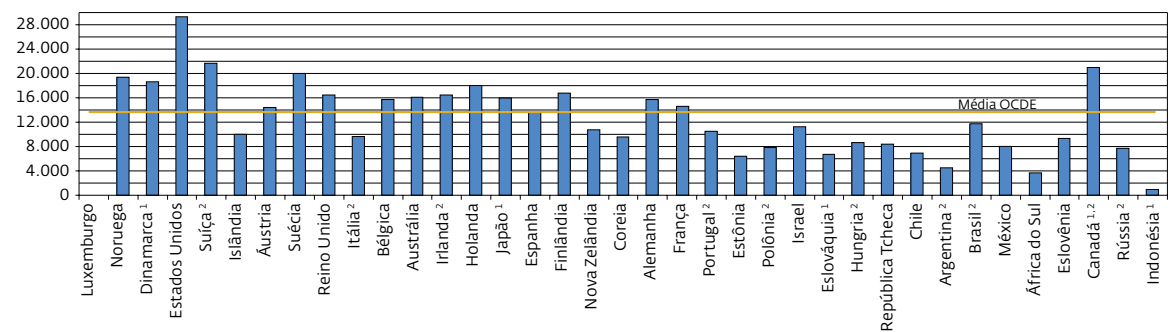
#### Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

Em dólares convertidos pela paridade do poder de compra



#### Educação Superior

Em dólares convertidos pela paridade do poder de compra



1. Alguns níveis de Educação foram agrupados em parte dos países.

2. Somente instituições públicas (para o Canadá, apenas no Ensino Superior – *Tertiary Education*; para a Itália, exceto no Ensino Superior).

Países estão ordenados em ordem decrescente de gasto por estudante de instituições de serviços centrais

Fonte: *Education at a Glance 2012* – OCDE.



Conforme é possível observar nos quadros e gráficos aqui apresentados, para o País atingir metas adequadas de financiamento da Educação até o ano do Bicentenário da Independência será necessário ampliar significativamente, ao longo desta década, o investimento na Educação Básica, para que esta, aos poucos, atinja valores próximos aos que o País pratica na Educação Superior. O Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso poderá ser, a partir do início de sua vigência, um roteiro de navegação confiável, indicando tanto as metas quanto as respectivas estratégias para que, dez anos depois, o cenário educacional seja mais compatível com o destaque internacional que o Brasil obteve no início deste século 21, especialmente no campo econômico. ♦

# Artigos

Nas próximas páginas, textos escritos por especialistas em Educação apresentam dados e debatem em profundidade temas considerados fundamentais para o cumprimento das metas e das bandeiras do **Todos Pela Educação**

**1** Acesso e qualidade na Educação Infantil

**2** Alfabetização matemática: entre a retórica e a ação

**3** Controle social da Educação e democracia participativa

**4** Faltam professores e professores faltam: o que fazer?

**5** Frequência escolar entre 15 e 17 anos: fluxo e motivação

**6** Fracasso escolar e desigualdade no Ensino Fundamental

# Acesso e qualidade na Educação Infantil

É essencial aprimorar as estatísticas de acesso à etapa inicial da Educação Básica, de modo a fundamentar, com mais precisão, políticas públicas que equilibrem o desafio da expansão e da qualidade da oferta

MARIA MALTA CAMPOS, YARA ESPOSITO E  
NELSON GIMENES

Segundo a legislação vigente, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, inclui a Creche, para crianças de 0 a 3 anos, e a Pré-Escola, para crianças de 4 e 5 anos.

A obrigatoriedade escolar foi recentemente estendida para a faixa etária de 4 a 17 anos, abrangendo a idade prevista para a Pré-Escola. O movimento Todos Pela Educação propõe, na sua Meta 1, que, em 2022, pelo menos 98% das crianças e jovens de 4 a 17 anos estejam matriculados e frequentando a escola, o que supõe a universalização da Pré-Escola. O projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE), enviado pelo governo ao Congresso Nacional, adota as metas de universalizar o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos até 2016, portanto, seis anos antes do previsto pelo Todos Pela Educação; define também uma meta de atendimento para a Creche de 50% até esse mesmo ano, e uma meta intermediária de 30% para o quinto ano de vigência do plano (as metas do Todos Pela Educação não incluem a Creche).

A principal responsabilidade pela oferta de Educação Infantil recai sobre os municípios. Embora a Creche não seja obrigatória para as famílias, a demanda por vagas para crianças menores de 4 anos e por tempo integral tem crescido nos grandes centros, e representa um desafio para a maioria das prefeituras. Assim, a realidade vivida por inúmeros municípios indica que é muito difícil planejar a expansão do acesso e a melhoria da qualidade da Pré-Escola sem também levar em conta metas de acesso e qualidade para a Creche. (Campos *et al.*, 2012)

Neste texto, serão analisados brevemente os dados de cobertura da Educação Infantil no País e sua evolução recente, incluindo tanto a Pré-Escola quanto a Creche. Com base nesses dados, procuraremos apontar quais são os principais desafios para se alcançar as metas de atendimento, com qualidade, previstas pelo Todos Pela Educação e pelo projeto do PNE em tramitação no Congresso Nacional.

## As matrículas em Educação Infantil no País

A primeira dificuldade encontrada na análise dos dados sobre a cobertura da Educação Infantil é a disparidade entre o número de matrículas em Creche e Pré-Escola registrado pelo Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o número de crianças que frequentam as diversas modalidades de Educação Infantil, segundo os

### Maria Malta Campos

---

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é pesquisadora sênior da Fundação Carlos Chagas (FCC), professora do Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e presidente da ONG Ação Educativa.

### Yara Lúcia Esposito

---

Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora sênior do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC).

### Nelson Gimenes

---

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador da Fundação Carlos Chagas (FCC) e membro do Comitê Editorial da revista *Estudos em Avaliação Educacional*. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em avaliação educacional e formação de professores.

dados do IBGE (Pnads e Censos). Como já analisaram Rosenberg e Artes (2012) e Kappel (2008), o IBGE vem apresentando números consideravelmente superiores aos do Inep. A **Tabela 1** (abaixo) reproduz as diferenças encontradas por Kappel entre as duas fontes de dados relativas ao ano de 2006.

**Tabela 1** Diferenças entre o número de crianças de 0 a 6 anos frequentando a escola, segundo o IBGE e o Inep – 2006

Faixa etária	A	B	C	%
	Pnad - IBGE	Censo Escolar Inep	Diferenças	C/A
0-3 anos	1.741.755	1.194.150	547.605	31,4
4-6 anos	7.140.642	6.375.439	765.203	10,7
Total	8.882.397	7.569.589	1.312.808	14,8

Fonte: Kappel, 2008, p. 9.

Essas diferenças revelam que, mesmo após uma década da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e já na vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), se registrava uma considerável subnotificação de matrículas nos dados colhidos pelo Censo Escolar, mais marcante na faixa correspondente à Creche, porém ainda significativa no que se refere às crianças entre 4 e 6 anos de idade. A **Tabela 2** (abaixo) mostra que continuaram a ser registradas disparidades significativas em relação ao ano de 2010, especialmente no que tange à Creche, que contabilizou uma porcentagem de discrepância ainda mais alta do que em 2006.

**Tabela 2** Diferenças entre o número de crianças de 0 a 6 anos frequentando a escola, segundo o IBGE e o Inep – 2010

Faixa etária	A	B	C	%
	Pnad - IBGE	Censo Escolar Inep	Diferenças	C/A
0-3 anos	2.575.948	1.535.068	1.040.880	40,4
4-6 anos	7.393.401	6.644.617	748.784	10,1
Total	9.969.349	8.179.685	1.789.664	18,0

Fonte: Microdados do Censo Escolar – Inep, 2010 e IBGE, 2010.

Diversas explicações foram propostas para essas disparidades: a fonte de dados do Inep são as escolas, e a do IBGE, os domicílios. A existência de estabelecimentos não credenciados ou que não preenchem os formulários do Censo Esco-

lar corresponderia a uma parte das diferenças. Além disso, os meses de referência para os cortes de grupos etários não coincidem. O fato de a discrepância ser consideravelmente maior na faixa etária correspondente à Creche pode também indicar que os informantes do Inep e do IBGE ainda não têm clareza sobre a identidade e a definição legal de Creche. Ou, ainda, pode sinalizar que – sobretudo no caso do Inep – essas fontes não deixam suficientemente claro qual é o critério adotado para a sistematização dos dados. As análises mais cuidadosas sobre tais problemas reconhecem que seria necessário estudar melhor esse fenômeno, para esclarecer os motivos de diferenças tão significativas<sup>1</sup>.

Para examinar melhor essas discrepâncias é importante considerar as diferenças entre regiões. Como se pode observar nas tabelas a seguir, as diferenças são maiores na Creche, em comparação com a Pré-Escola, e no Norte e Nordeste, quando comparados às demais regiões. Esses dados reforçam a hipótese da subnotificação de matrículas no Censo Escolar, embora não fique claro qual motivo levaria as prefeituras a não registrar matrículas em estabelecimentos públicos, o que resulta na sua não contabilização para efeito da distribuição dos recursos do Fundeb<sup>2</sup>.

**Tabela 3** Crianças de 0 a 5 anos frequentando a escola – Brasil e regiões, 2010

	Fonte de dados	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Creche	Censo - Inep, 2010	2.069.599	86.083	460.669	1.026.977	356.757	139.113
	Censo - IBGE, 2010	2.221.953	129.052	527.372	1.028.375	397.017	140.137
	Diferenças	152.354	42.969	66.703	1.398	40.260	1.024
	%	7,4%	49,9%	14,5%	0,1%	11,3%	0,7%
Pré-Escola	Censo - Inep, 2010	4.707.892	452.050	1.582.478	1.864.206	507.209	301.949
	Censo - IBGE, 2010	5.125.603	464.453	1.680.439	2.098.162	536.729	345.820
	Diferenças	417.711	12.403	97.961	233.956	29.520	43.871
	%	8,9%	2,7%	6,2%	12,5%	5,8%	14,5%
Educação Infantil	Censo - Inep, 2010	6.777.491	538.133	2.043.147	2.891.183	863.966	441.062
	Censo - IBGE, 2010	7.347.556	7.347.556	7.347.556	7.347.556	7.347.556	7.347.556
	Diferenças	570.065	57.434	191.347	224.608	72.030	45.439
	%	8,4%	10,7%	9,4%	7,8%	8,3%	10,3%

Fonte: Microdados do Censo Escolar – Inep, 2010 e IBGE, 2010.

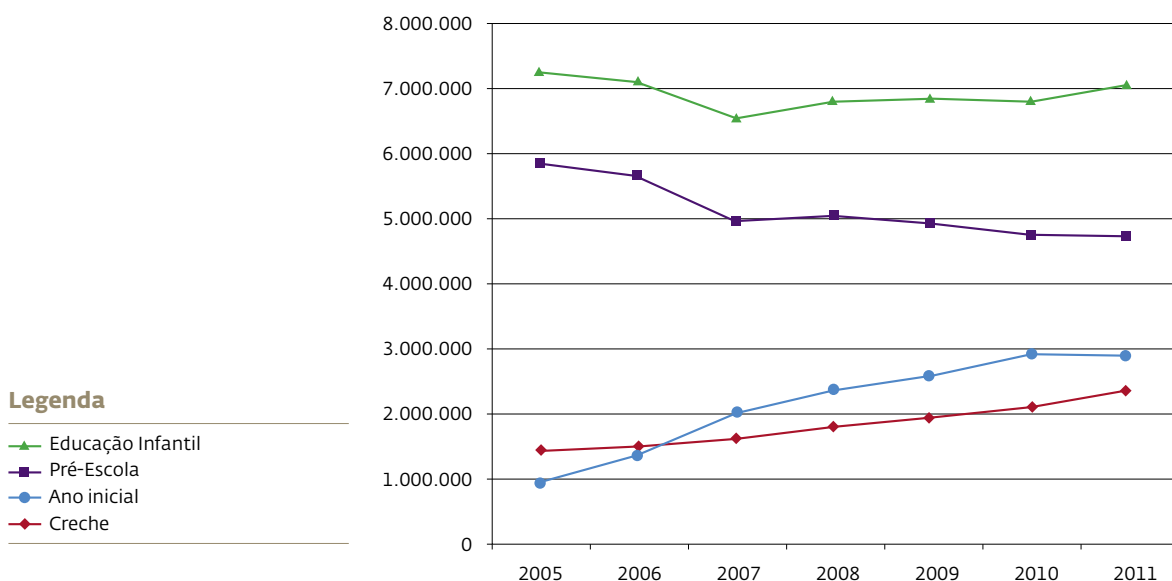
1. Ver Rosemberg, 2012 e Kappel, 2008.

2. Os recursos do Fundeb são distribuídos entre cada estado e seus municípios com base nas matrículas registradas pelo Inep no ano anterior, em cada etapa e modalidade educacional.

Na região Norte, por exemplo, metade das crianças contabilizadas pelo IBGE como frequentando Creche não consta dos dados do Censo Escolar do Inep. Considerando a Educação Infantil no País, mais de meio milhão de crianças que constam do Censo do IBGE realizado em 2010 estão ausentes das estatísticas do Inep relativas ao mesmo ano.

Levando-se em conta essas imprecisões constatadas nos dados, ainda assim é possível ressaltar que houve uma evolução na cobertura da Educação Infantil no País durante a última década, tanto na Creche como na Pré-Escola, e, no caso das crianças com idade mais próxima a 6 anos, também no início do Ensino Fundamental. O **Gráfico 1** (abaixo) mostra a evolução, segundo o Inep, do número de matrículas entre os anos de 2005 e 2011.

**Gráfico 1** Evolução das matrículas na Educação Infantil e no ano inicial do Ensino Fundamental – Brasil, 2005 a 2011



Fonte: Sinopses do Censo Escolar – Inep, 2005-2011.

A partir de 2007, observa-se o efeito da antecipação do ingresso no Ensino Fundamental para as crianças antes matriculadas na Pré-Escola. Também a partir desse ano verifica-se uma aceleração no aumento de matrículas na Creche, talvez pelo efeito da introdução do Fundeb, que passou a financiar esse segmento da Educação Infantil.



Porém, no caso da faixa etária de 0 a 3 anos, é preciso considerar as diferenças de cobertura por idade, pois as idades mais próximas do nascimento representam uma proporção muito pequena do total correspondente à Creche, como se verá a seguir.

A **Tabela 4** (abaixo) mostra a variação do número de matrículas por idade em 2010 conforme as duas fontes, IBGE e Inep. Não só a distribuição por idade revela grandes disparidades, como também a diferença entre os números fornecidos pelas duas fontes de dados é mais significativa no que se refere às crianças mais novas e, surpreendentemente, maior para a rede pública, nas idades de 0 a 4 anos.

**Tabela 4** Diferenças entre o número de crianças de 0 a 6 anos frequentando a escola, por dependência administrativa da escola, segundo o IBGE e o Inep – 2010

Idade	Censo Escolar Inep 2010		IBGE 2010		Diferença		% diferença/IBGE	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
0	4.287	2.581	89.643	33.040	85.356	30.459	95,2	92,2
1	118.567	61.442	239.550	113.166	120.983	51.724	50,5	45,7
2	269.819	172.344	463.029	273.042	193.210	100.698	41,7	36,9
3	539.879	366.149	876.082	488.396	336.203	122.247	38,4	25,0
4	1.102.964	498.762	1.500.612	584.652	397.648	85.890	26,5	14,7
5	1.802.442	521.720	1.961.012	600.708	158.570	78.988	8,1	13,1
6	2.199.468	519.261	2.199.397	547.020	-71	27.759	0,0	5,1
<b>Total</b>	<b>6.037.426</b>	<b>2.142.259</b>	<b>7.329.326</b>	<b>2.640.024</b>	<b>1.291.900</b>	<b>497.765</b>	<b>17,6</b>	<b>18,9</b>

Fonte: Microdados do Censo Escolar – Inep, 2010 e IBGE, 2010.

Levando-se em conta essas discrepâncias entre os dados do Inep e do IBGE, os cálculos das taxas de cobertura baseados em uma ou outra fonte também resultam em porcentagens de atendimento diversas. Nos intervalos de tempo entre os Censos decenais do IBGE, um recurso utilizado para calcular as taxas de cobertura da Educação Infantil por idade é comparar as projeções de população por idade, realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), obtidas no DataSUS, com as matrículas registradas, por idade, no Censo Escolar do Inep, conforme mostra a **Tabela 5** (p. 72). →

**Tabela 5** Crianças de 0 a 5 anos de idade, segundo a etapa de ensino que frequentam – Brasil, 2010

Etapa / Idade	< 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Creche	6.345	177.920	426.607	791.043	611.689	45.959
Pré-Escola	99	957	12.854	108.786	968.163	2.222.449
1º ano	37	85	90	446	2.308	17.101
1ª série /2º ano	21	71	130	317	909	2.554
Demais séries EF	49	118	139	233	510	870
Outras etapas	317	858	2.343	5.203	18.147	35.229
Total	6.868	180.009	442.163	906.028	1.601.726	2.324.162
População	2.713.244	2.694.909	2.726.958	2.790.782	2.870.266	2.931.988
% na escola	0,25%	6,68%	16,21%	32,47%	55,80%	79,27%

Fonte: Microdados do Censo Escolar, Inep, 2010 e Datasus, 2010.

As matrículas em Creche concentram-se nas idades de 2 e 3 anos, o que é importante para o desenho das políticas de expansão da Educação Infantil. Este fato pode tanto indicar diferenças na demanda por atendimento conforme as idades, como também refletir a menor oferta de vagas para bebês até 2 anos, ou, provavelmente, uma combinação entre os dois fatores. Outro dado preocupante são as crianças que constam como matriculadas em etapas não adequadas à sua idade, fenômeno que será comentado na segunda parte deste artigo. De qualquer forma, as porcentagens de cobertura relativas às idades correspondentes à Creche indicam que a realidade ainda se encontra bem distante das metas previstas no PNE de 2001 e também no projeto de PNE em discussão no Congresso Nacional.

## **Desafios colocados pelas metas de atendimento do Todos Pela Educação e do Plano Nacional de Educação**

Com base nesses dados, procuraremos apontar quais são os principais desafios para se alcançar as metas de atendimento, com qualidade, previstas pelo Todos Pela Educação e pelo projeto de PNE em tramitação no Congresso.

Como visto, o primeiro desafio que as decisões sobre metas de expansão do atendimento em Educação Infantil enfrentam é a melhoria da qualidade dos dados de cobertura por idade e por modalidade de atendimento, que fundamentam as opções de política educacional por parte de municípios, estados e governo federal. As imprecisões são de tal

monta que, em casos específicos, podem levar a diagnósticos e soluções equivocadas. No trabalho citado de Kappel (2008) encontram-se recomendações importantes para se obter maior precisão nos dados estatísticos sobre a situação atual da cobertura nessa primeira etapa da Educação Básica no País.

De forma geral, tanto os números do Inep quanto os do IBGE mostram que as taxas de matrícula por idade estão muito mais próximas de 100% na idade correspondente à Pré-Escola do que na faixa anterior.

**A. Para a Pré-Escola, restaria discutir três aspectos fundamentais, comentados a seguir:**

**1. Quem são as crianças que ainda estão excluídas da Pré-Escola e como atendê-las?**

A **Tabela 6** mostra como o acesso à Pré-Escola se diferencia quando se levam em conta diferentes características da população infantil. Os que mais se beneficiariam dessa etapa da Educação são justamente os grupos excluídos.

<b>Tabela 6</b> Taxas de escolarização de crianças de 4 e 5 anos por características da população – Brasil, 2009			
Característica da população	Taxa de escolarização	Característica da população	Taxa de escolarização
Negras	73,6%	Branças	76,4%
Área rural	63,5%	Área urbana	77,4%
Região Nordeste	81,4%	Região Sul	59,5%
20% mais pobres	67,8%	20% mais ricas	92,0%

Fonte: Todos Pela Educação, *Anuário Brasileiro da Educação Básica*, 2012.

Esses dados, compilados pelo Todos Pela Educação, mostram que as maiores desigualdades se encontram entre crianças de regiões do País com diversos níveis de desenvolvimento econômico e social; as que vivem na zona rural; e crianças de famílias com desiguais níveis de renda. A diferença por raça/etnia já foi maior em anos anteriores. Por consequência, os esforços para atingir a universalização da Pré-Escola devem se valer de estratégias – tanto educacionais quanto próprias de outras áreas sociais – que permi-

tam alcançar esses grupos excluídos. Se deixadas à mercê das condições hoje presentes, provavelmente as crianças com esse perfil continuarão a encontrar obstáculos no acesso à Educação.

**2) Qual a proporção das crianças “fora do lugar”, como denominou Fúlvia Rosemberg (2012), aquelas com idade de 4 ou 5 anos matriculadas em etapas diferentes da Pré-Escola (seja na Creche, nas chamadas classes de alfabetização, seja no Ensino Fundamental), e as crianças com 6 anos ou mais, ainda retidas na Educação Infantil, que precisariam ter o percurso educacional corrigido?**

As crianças (e os adolescentes e jovens) fora do lugar constituem um fenômeno que persiste no País, ano após ano, em todas as etapas da Educação Básica. No caso da Educação Infantil, podem ser crianças maiores de 4 anos que ainda se encontram matriculadas em Creche, ou aquelas ainda na faixa da Pré-Escola matriculadas precocemente no Ensino Fundamental. Segundo cálculos de Rosemberg (2012, p. 66), a partir dos dados do Censo do IBGE, 34% das crianças de 4 anos e 29% das de 5 anos não estavam frequentando a etapa educacional adequada à idade em 2010.

Além dessas, surpreendentemente, o IBGE continua a registrar um número considerável de crianças em “classes de alfabetização”. Essa modalidade de atendimento, não prevista na legislação brasileira, ainda apresenta um número nada desprezível de matrículas, segundo o Censo de 2010: 1.354.014 crianças de 4 a 6 anos e 1.160.286 de 7 a 9 anos<sup>3</sup> (Rosemberg, 2012, p. 63).

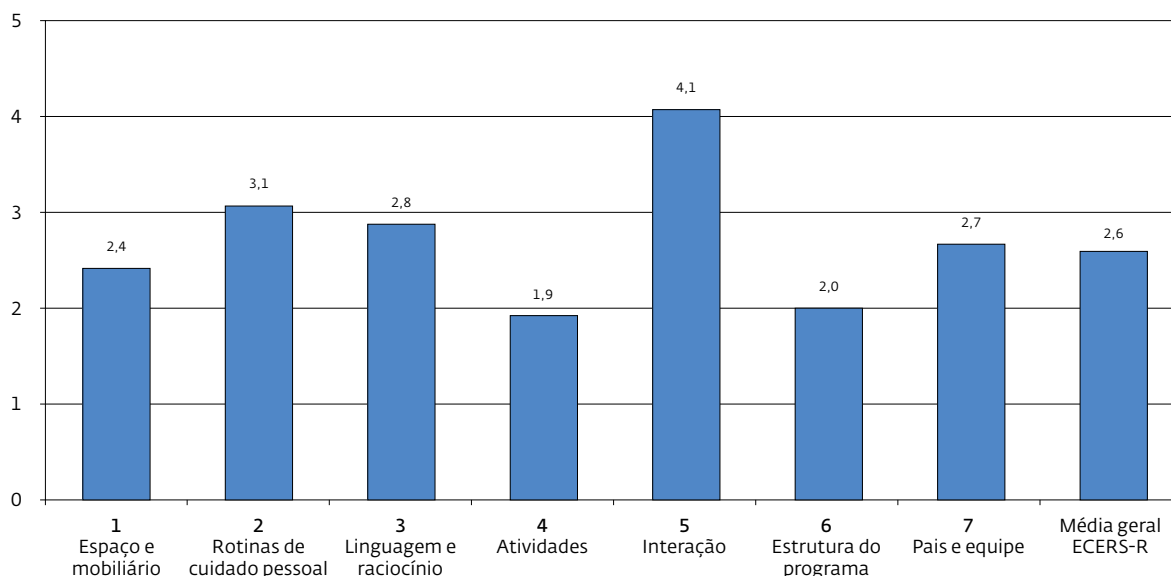
Assim, embora a legislação não admita reprovação na Educação Infantil, outros mecanismos atuam no sentido de impedir um início de escolaridade adequado por idade para todas as crianças, mesmo em etapa anterior ao Ensino Fundamental. Esse é um aspecto para o qual as políticas educacionais devem estar atentas, a fim de providenciar medidas de regulação, supervisão e orientação aos sistemas que evitem a incidência de processos precoces de retenção, atraso e exclusão escolar.

3. Este dado não consta dos últimos Censos Escolares. “Classe de alfabetização” é uma das alternativas apresentadas aos informantes do IBGE quando estes respondem com um “sim” à pergunta sobre se determinada pessoa do domicílio está estudando.

### 3) Quais as medidas mais urgentes para garantir um nível básico de qualidade para todas as crianças de 4 e 5 anos matriculadas em Pré-Escola, paralelamente à universalização do acesso previsto em lei?

Uma pesquisa sobre qualidade da Educação Infantil realizada em seis capitais brasileiras utilizou uma escala de observação de ambientes para obter medidas de qualidade sobre as 138 salas de Pré-Escola da amostra investigada (Campos *et al.*, 2010). Essa escala, denominada ECERS-R (Harms, Clifford e Cryer, 1998), é utilizada internacionalmente e avalia sete dimensões de qualidade dos ambientes onde as crianças permanecem diariamente segundo uma pontuação de 1 a 7 (**Gráfico 2**).

**Gráfico 2** Pontuações na Escala ECERS-R – 138 turmas de Pré-Escola públicas, privadas e conveniadas de seis capitais brasileiras – 2009



Fonte: Campos et al. *Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa*. FCC/MEC/BID, 2010<sup>4</sup>.

As pontuações obtidas, como se pode verificar no gráfico, foram muito baixas. Com exceção das dimensões *Rotinas de cuidado pessoal* e *Interação*, as médias dos escores situam-se no nível considerado inadequado (abaixo de 3 pontos).

4. A pontuação original das escalas é de 1 a 7, conforme consta dos Gráficos 2 e 3. A pontuação foi transformada para uma escala de 1 a 10.

Outras pesquisas, realizadas em menor escala, confirmam a baixa qualidade das condições de oferta de Educação Pré-Escolar no País, e indicam que é preciso dedicar muita atenção para que os esforços relativos à universalização da Pré-Escola não prejudiquem ou adiem as melhorias urgentes necessárias para alcançar níveis de qualidade adequados nessa etapa (Campos, Füllgraf e Wiggers, 2006).

Um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) destaca como a adoção da obrigatoriedade da Pré-Escola no México teve como um dos efeitos o aumento do número de alunos por sala, recurso utilizado para acolher mais crianças com a mesma infraestrutura (Yoshikawa *et al.*, 2007).

Além disso, a busca de maior equidade na Educação deve considerar que, na maioria dos casos, são justamente as instituições de pior qualidade as que recebem as crianças que mais se beneficiariam de Pré-Escolas de boa qualidade.

Como parte dos esforços para melhorar a qualidade das Pré-Escolas, além de aspectos como formação de professores, infraestrutura adequada, disponibilidade de brinquedos e materiais pedagógicos, seria necessário retomar algumas questões ligadas ao currículo, especialmente na área de letramento e alfabetização. O Ministério da Educação (MEC) já desenvolveu alguns documentos orientadores, após a antecipação do ingresso das crianças no Ensino Fundamental, mas seria preciso traduzir essas recomendações gerais em orientações metodológicas que levassem a uma transição mais equilibrada e produtiva para as crianças, na passagem da primeira para a segunda etapa da Educação Básica.

## **B. No que se refere à Creche, a questão mais urgente que os municípios têm enfrentado é a demanda crescente por vagas para crianças menores de 4 anos.**

Embora não seja obrigatória para a família, a Creche foi definida na Constituição Federal de 1988 como sendo parte do direito da criança à Educação e também como um direito social dos filhos de trabalhadores homens e mulheres.

É preciso lembrar que as pesquisas internacionais que têm sido citadas como trazendo evidências do impacto da Pré-Escola na escolaridade futura das crianças incluem a idade de 3 anos, pois, nos países desenvolvidos, a faixa definida para a Pré-Escola costuma ser a de 3 a 5 anos. Mas ou-

tras pesquisas que também examinaram o impacto da Creche em crianças menores de 2 anos e meio/3 anos verificaram que uma Creche de boa qualidade pode ser muito benéfica para estimular o desenvolvimento infantil, especialmente no caso das crianças mais pobres (Barnett e Boocock, 1998).

De qualquer maneira, é provável que a demanda por Creche continue crescendo, ganhando espaço na mídia e constituindo uma questão politicamente sensível no cenário das administrações públicas. Por outro lado, as prefeituras encontram dificuldades em financiar esse atendimento garantindo padrões mínimos de qualidade. Os valores repassados pelo Fundeb são reconhecidamente insuficientes para isso, e a maioria dos municípios brasileiros não conta com recursos próprios adicionais para complementar o financiamento da expansão e da manutenção das redes de Creche. O governo federal, por meio de programas como Proinfância e Brasil Carinhoso, tem procurado suprir parte dessas necessidades, mas ainda é cedo para avaliar o impacto dessas iniciativas na realidade dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros.

Esse cenário sugere que será muito difícil alcançar as metas de cobertura para o País previstas pelo PNE. Por outro lado, a demanda não atendida gera uma pressão contrária à necessidade urgente de introduzir melhorias de qualidade no atendimento em Creche.

Neste contexto, seria necessário examinar de perto três aspectos:

### **1. Quem são as crianças com menor probabilidade de ter acesso à Creche?**

Contrariamente ao que se costuma imaginar, são justamente as crianças mais pobres, moradoras de regiões subdesenvolvidas, aquelas com menor acesso à Creche. Como muitas vezes o critério de matrícula no atendimento público e conveniado é definido conferindo prioridade às crianças mais necessitadas, supõe-se que os dados poderiam acompanhar essa tendência. No entanto, nas regiões, municípios e bairros mais pobres, onde muitas vezes a população negra está mais presente, a oferta de vagas em Creche é nula ou muito pequena. Este fato reflete-se nas estatísticas apresentadas na **Tabela 7** (p. 78). →

**Tabela 7** Taxas de frequência de crianças de 0 a 3 anos por características da população – Brasil, 2009

Característica da população	Taxa de escolarização	Característica da população	Taxa de escolarização
Negras	16,7%	Branças	20,2%
Área rural	8,9%	Área urbana	20,5%
Região Norte	8,3%	Região Sul	24,2%
20% mais pobres	12,2%	20% + ricas	36,3%

Fonte: Todos Pela Educação, *Anuário Brasileiro da Educação Básica*, 2012.

Segundo esses dados, para o segmento superior de renda, a meta do PNE de chegar a 30% de cobertura na Creche até 2016 já foi atendida. Para as crianças moradoras em região menos desenvolvida ou na área rural, de baixa renda, esse objetivo ainda se encontra muito distante da realidade.

Ao lado da preocupação com a expansão do atendimento em Creche, a discussão sobre a natureza da demanda e suas diferenças conforme as diversas características regionais, tanto econômicas quanto sociais e culturais, precisa ser aprofundada. Sabe-se pouco a respeito dos fatores que levam uma demanda potencial (crianças entre 0 e 3 anos de idade moradoras de determinada área) a se tornar manifesta, com as famílias procurando ativamente vagas próximas a seus locais de moradia ou trabalho.

## **2. Onde se encontram, nessa faixa etária, as crianças fora do lugar?**

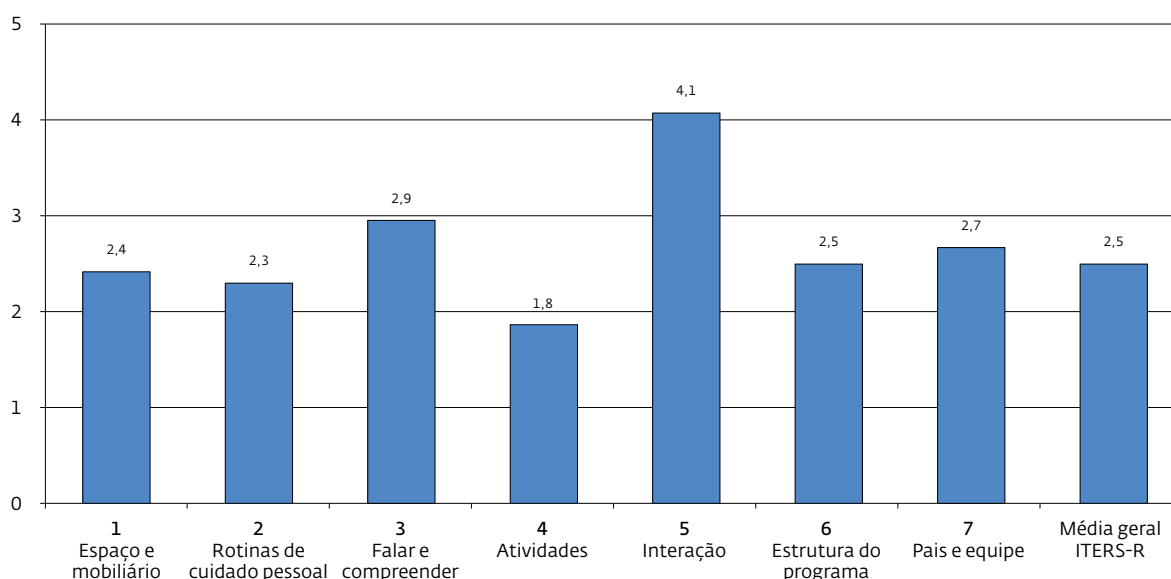
No caso da faixa de 0 a 3 anos, seria mais adequado perguntar: em que lugar se encontram as crianças de 0 a 3 anos que o IBGE contabiliza como frequentando algum tipo de instituição? Pois, como visto, a quantidade de crianças declaradas como atendidas nas estatísticas do IBGE supera muito a registrada pelo Censo Escolar do Inep. Parece que a falta de clareza da população em geral e também de instituições e órgãos municipais – informantes respectivamente do IBGE e do Inep – sobre a natureza da Creche enquanto instituição educacional seria um dos fatores que leva a essa grande imprecisão dos dados.



### 3. Qual o nível de qualidade das Creches existentes?

A mesma pesquisa sobre qualidade da Educação Infantil antes citada (Campos *et al.* 2010) obteve medidas de qualidade de 91 turmas de Creche, utilizando uma escala de observação de ambientes semelhantes, a ITERS-R (Harms, Clifford e Cryer, 2003). Os resultados estão sintetizados no **Gráfico 3**.

**Gráfico 3** Pontuações na Escala ITERS-R – 91 turmas de Creches públicas, privadas e conveniadas de 6 capitais brasileiras – 2009



Fonte: Campos *et al.* *Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa*. FCC/MEC/BID, 2010.

Também em relação à amostra de Creches, os resultados da aplicação da escala de avaliação de ambientes ITERS-R são preocupantes. Com exceção de *Interação*, todas as demais dimensões foram classificadas como inadequadas. Note-se que quando a pontuação está próxima de 1, significa que não foi encontrado, em relação àquele item, nenhum material, trabalho das crianças, atividade observada pelo professor ou arranjo do ambiente.

### Comentários finais

Este artigo procurou evidenciar as dificuldades existentes nas principais fontes de estatísticas sobre Educação – Inep e

IBGE – quando se procura avaliar as condições presentes do atendimento em Creches e Pré-Escolas no Brasil. Um diagnóstico mais preciso sobre o que já foi alcançado é fundamental para que se possa planejar os próximos passos em direção às metas definidas para o futuro.

Reconhecendo as significativas discrepâncias entre as informações disponíveis sobre a cobertura da Educação Infantil no País, o texto examinou alguns dos principais desafios que as políticas educacionais enfrentam hoje em relação à primeira etapa da Educação Básica, que inclui Creches e Pré-Escolas. Entre eles está o de garantir um patamar básico de qualidade na oferta da Educação Infantil para que a expansão de vagas não ocorra em detrimento da qualidade, numa fase do desenvolvimento infantil em que a criança ainda é bastante vulnerável.

Restam muitos outros aspectos a comentar sobre o assunto. Esperamos que alguns dos pontos aqui problematizados possam ser mais bem explorados em futuro próximo, tanto no campo das pesquisas quanto no âmbito da organização da coleta e divulgação de dados estatísticos sobre a realidade da Educação Infantil no País. ♦

## Referências bibliográficas

- BARNETT, W. S.; BOOCOCK, S. S. (Orgs.) *Early care and education for children in poverty*. Program, and Long-Term Results. Nova York: State University of New York Press, 1998.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Microdados do Censo Populacional*, 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais “Anísio Teixeira” – Inep. *Censo Escolar 2005/2011*.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” – Inep. *Microdados do Censo Escolar 2010*. Brasília, 2010.
- \_\_\_\_\_. Sistema Único de Saúde – SUS; Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. *Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A): população e desenvolvimento*. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” – Inep. *Anuário Brasileiro da Educação Básica*, Brasília, 2012.

- CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.
- CAMPOS *et al.* *Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa*. FCC/MEC/BID, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Gestão da Educação Infantil no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Fundação Victor Civita, 2012.
- HARMS, T.; CLIFFORD, R. M.; CRYER, D. *Early childhood environment rating scale*. Edição revisada. Nova York: Teachers College Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. ; CRYER, D.; CLIFFORD, R. M. *Infant-toddler environment rating scale*. Edição revisada. Nova York: Teachers College Press, 2003.
- KAPPEL, Maria Dolores B. A. Educação infantil e grupo populacional de 0 a 6 anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 18, n.1/2, jan./dez. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Educação Infantil nas estatísticas do Censo Escolar do Inep*. Rio de Janeiro, 2008.
- ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmem S. *et al.* (Coord.) *Oferta e demanda de educação infantil no campo*. Porto Alegre: Evangraf/MEC/UFRGS, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa em andamento*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2012.
- YOSHIKAWA, Hirokazu *et al.* *Early childhood education in México*. Expansion, quality improvement, and curricular reform. Florença: Unicef Innocenti Research Centre, 2007 (Innocenti Working Paper n. 2007-03).

# Alfabetização matemática: entre a retórica e a ação

Clareza curricular e valorização da didática nos processos de formação de professores são as chaves para recuperar – ou mesmo fazer nascer – em nossos educadores e alunos a satisfação pelo domínio da disciplina

KATIA STOCCO SMOLE

Raro será encontrar uma ação social, política ou científica que possa ser executada sem envolver algum conhecimento ou habilidade de pensamento matemático. Saber matemática é um ponto essencial tanto para o exercício da cidadania quanto para o desenvolvimento de conquistas científicas e tecnológicas de uma sociedade.

A despeito dessa importância, a aprendizagem matemática dos alunos brasileiros deixa muito a desejar. Os resultados desfavoráveis são comprovados intuitivamente pelas impressões de pais, professores e alunos e, de modo explícito, pelos dados coletados por meio dos sistemas de avaliação em larga escala, como a Prova Brasil e a Prova ABC.

Para ficarmos apenas nos resultados apresentados pelos alunos de 3º ano do Ensino Fundamental na Prova ABC, temos que 57,2% das crianças não conseguem resolver questões simples, como problemas envolvendo adição e subtração, aprendizagens mínimas esperadas para essa fase escolar.

Os mais otimistas identificam um avanço sinalizado nos últimos anos por uma ligeira melhora nos resultados dos anos iniciais, expressa nos dados da Prova Brasil. Mas a evolução está longe de poder ser comemorada, porque é bastante tímida e não garante a democratização do acesso ao saber matemático.

Sob pressão dos dados e de parte da sociedade civil, distintas instâncias governamentais têm buscado propostas para minimizar os problemas relativos ao ensino da matemática na escola. Para ficar na iniciativa mais recente, o governo federal lançou, em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic).

A meta é garantir o direito à aprendizagem de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais brasileiras, por meio de uma alfabetização em língua portuguesa e em matemática que ocorra até o 3º ano do Ensino Fundamental.

O pacto se traduz em um conjunto de ações coordenadas que perpassam a formação continuada de educadores dos anos iniciais da Educação Básica, a ampliação do acesso aos materiais didáticos para educadores e alunos, e a avaliação permanente dos alunos para promover intervenções mais efetivas e constantes, visando que as aprendizagens de fato aconteçam.

As intenções são as melhores possíveis e a intervenção, necessária. Mas não podemos esquecer que o problema do ensino de matemática não está isolado de outros fatores que

interferem na qualidade da Educação ofertada no Brasil. A crônica formação insuficiente dos educadores, a ausência de elementos básicos – como a condição física da sala de aula, a ausência de clareza das aprendizagens esperadas em cada fase escolar e até os modismos de termos que nós, educadores, adotamos de vez em quando – são ameaças reais aos resultados de qualquer iniciativa. Vamos analisar mais de perto alguns desses fatores. Começemos pelo último.

## Mudar nomes não resolve o problema

De tempos em tempos, surgem na Educação novos termos. Não há problema em buscar novidades. O risco está em adotarmos novos nomes para coisas antigas, ou pior, passar a usar expressões e termos sem de fato sabermos o que queremos dizer.

Este pode ser o caso da expressão “alfabetização matemática”, que tem sido utilizada de formas distintas, por pesquisadores diversos, com significados ainda não muito definidos.

A ideia de alfabetização matemática passou a ser usada por educadores nos últimos 15 anos. No entanto, foi a partir da entrada do Brasil no Pisa (sigla em inglês para Programa de Avaliação Internacional de Estudantes), e das atuais análises dos livros escolares pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) brasileiro, que a expressão ganhou fama.

Em linhas gerais, dizer que uma pessoa precisa ser alfabetizada matematicamente, de acordo com as orientações do Pisa de 2003, é assumir que ela, em sua escolaridade básica, adquira determinadas capacidades individuais para analisar, raciocinar e comunicar eficazmente *em* e *com* matemática quando resolve problemas em uma variedade de domínios e situações.

Nesse sentido, um bom nível de desempenho nessas capacidades mostraria que a pessoa está matematicamente alfabetizada, ou seja, evidenciaria a capacidade de identificar e de entender o papel que a matemática tem no mundo, fazer juízos bem fundamentados e utilizar conhecimentos matemáticos nos momentos em que se façam necessários para sua vida pessoal. De acordo com essa visão, o cidadão matematicamente alfabetizado passa a ser mais crítico, construtivo, comprometido e reflexivo, seja lá o que isso verdadeiramente signifique.

De acordo com Montoro (2011) e Danyluk (1993), o termo alfabetização matemática pode ser entendido como o

compromisso de tornar o aluno um leitor e um escritor de textos matemáticos, bem como desenvolver sua capacidade de analisar, julgar, argumentar e comunicar ideias efetivamente por meio da linguagem matemática.

Por essa óptica, a ação de alfabetizar em matemática considera que os alunos em fase inicial de escolarização devam conhecer a linguagem por meio dos símbolos, das representações gráficas e de termos específicos que compõem cada eixo organizador da matemática escolar<sup>1</sup>.

Em outros estudos a respeito do que seja alfabetização matemática, há diferentes elementos delineados, como a importância do conteúdo matemático, que deve ser apropriado pelo aluno e será utilizado na resolução de problemas.

De fato, sabemos que o conhecimento matemático fundado em ideias, estruturas e conceitos relativos a números, operações, medidas, geometria e noções de estatística foi desenvolvido ao longo de milênios por meio de modelagem de problemas e de padrões observados, e como forma de organizar os fenômenos do mundo natural, social e mental. Mas não bastam as informações. É importante que elas sejam compreendidas e utilizadas.

Exposto assim, pode parecer claro o sentido de alfabetização matemática, mas não é. Muito menos que ela ocorra até o 3º ano, porque o processo de alfabetização matemática não se restringe aos primeiros anos de escolaridade básica, mas estende-se por todo o Ensino Fundamental.

Os alunos iniciam sua compreensão das noções, conceitos e procedimentos de matemática tendo como base as aprendizagens esperadas para os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental. Mas esse processo será ampliado e continuado por toda a escolaridade, especialmente no que diz respeito à entrada da linguagem algébrica a partir do 7º ano, muito especialmente até o 9º ano.

1. De acordo com Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, *Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática*. Brasília: MEC/SEF, 1997, são eixos organizadores da matemática na escola básica: Números e Operações, Grandezas e Medidas, Espaço e Forma e Tratamento da Informação.

## Clareza de onde se deseja chegar

Mais do que trocar o nome de matemática para alfabetização matemática, há outro ponto essencial: quais são as aprendizagens esperadas dos alunos nessa disciplina até o 3º ano do Ensino Fundamental?

A maior evidência da falta de clareza dos alvos de aprendizagem em cada um dos anos de escolaridade está expressa no guia elaborado para orientar os professores na hora da escolha de livros didáticos destinados a alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. Basta um resvalar de olhos pelos programas de cada obra para ter noção da diversidade de focos ali apresentada. Para ficar apenas no exemplo de números e operações, os temas vão de contagem a números romanos, passando por noções de fração, dobro, triplo, números pares, ímpares e algoritmos convencionais. O que o aluno aprenderá vai depender da obra escolhida e do bom-senso do educador.

Não se trata aqui de crítica ao guia, nem mesmo às obras, mas, sim, à falta de clareza de focos sobre o que de fato é relevante que os alunos aprendam de matemática nos três primeiros anos da Educação básica. Sem focos estabelecidos, tudo parece ser igualmente prioritário e cada autor conta com sua experiência, convicção, bom-senso e decisão pessoal. O mesmo ocorre com o educador que ensina matemática nessa fase escolar, ainda que utilize um livro que, na escolha, apareceu no guia e cujo título contém a expressão “alfabetização matemática”.

Uma ação importante para tentar organizar a seara do currículo é a definição dos chamados direitos de aprendizagem (as expectativas de aprendizagem), trabalho que vem sendo realizado pelo Ministério da Educação e cujo documento relativo aos anos iniciais do Ensino Fundamental foi publicado no final de 2012.

Mas é importante refletir a respeito de como esses direitos vêm sendo definidos. Um risco preocupante é que se priorize um dos campos do conhecimento matemático, como números e operações, o que impediria uma visão mais ampla a respeito da própria matemática, da ciência e do mundo, que ocorre somente quando se incluem entre os focos do ensino e da aprendizagem outros campos, tais como geometria, medidas e noções básicas de estatística.

Outro risco é o de que os direitos de aprendizagem sejam definidos apenas em torno de procedimentos e técnicas facilmente observáveis, em detrimento da capacidade de



observação, generalização, abstração e construção de modos de aplicação matemáticos. Não podemos perder de vista que a formação intelectual, o conhecimento útil e sua aplicação constituem parte relevante da aprendizagem. Adicionalmente, como afirma Fehr (2011), para a efetiva cidadania, os alunos precisam conquistar na escola uma boa dose de compreensão do idioma, do simbolismo e da forma de utilizar a matemática na explicação científica.

Imaginemos, por fim, um cenário ideal no qual os direitos de aprendizagem se definam, sejam adequados e consensuais. Teríamos, então, segurança e garantia de resultados melhores? Difícil afirmar com segurança. Sabemos que é uma condição necessária, mas não suficiente. Isso porque há um elemento essencial neste processo: o educador.

## O educador e sua formação

A despeito de tudo o que se possa afirmar sobre a presença da matemática na vida e no cotidiano das pessoas, um aspecto é inegável: aprendemos matemática na escola, com uma aula bem estruturada, diversidade de discussões e reflexões propiciadas com e entre os alunos, mediada por um educador que saiba matemática e que saiba ensinar matemática.

Cabe ao professor planejar formas de explorar noções e conceitos matemáticos, problematizando e conduzindo processos para que os alunos sejam colocados em situação de confrontar diferentes pontos de vista, explicitar o que é difícil, justificar como se chegou a uma solução, avaliar o processo vivido e valorizar a análise de erros, entre tantas outras ações. Tudo isso exige formação e preparo do educador.

Falar da formação do educador soa tão repetitivo! Dizer que quem ensina precisa saber o que e como ensinar para que os alunos aprendam, *idem*. Mencionar que os planos de formação docente deixam muito a desejar é velha canção aos ouvidos. Denunciar as condições de trabalho do educador no País, então, nem se fala.

Romper esse ciclo vicioso de má formação e mau ensino parece ser algo para o qual não temos um caminho construído. Estamos no campo de iniciativas isoladas.

Mas há indícios de formas de superação. Uma delas, sem dúvida, é estabelecer metas de ensino e aprendizagem a serem alcançadas pelos educadores. Outra é rever focos, tempos e modos da formação inicial do educador dos anos iniciais, especialmente nos cursos de Pedagogia. Não se for-

ma ninguém para o ensino efetivo da matemática com uma grade que costuma ter apenas um ou dois semestres de aula de metodologia desta disciplina (na prática, três ou quatro meses). Quem ensina precisa conhecer conteúdo e forma. Se na escola básica o aluno da Pedagogia não teve oportunidade de aprender matemática, romper o ciclo do fracasso nessa disciplina exige da universidade um mínimo de auxílio para superar algumas lacunas.

É importante, ainda, aproximar o educador em formação de práticas reais, conforme se faz em outras carreiras, como Medicina, Engenharia ou Direito, nas quais estágio ou residência são exigências reais e mínimas para o exercício profissional.

Acreditamos que os educadores têm demasiadas horas de formação em recursos didáticos, por vezes se preocupam com a utilização de recursos tecnológicos, porém, têm falta de formação em conhecimento matemático, o que impede a plena compreensão de como os alunos aprendem e de por que uma forma de ensinar é mais adequada que outra.

A formação continuada dos já graduados precisa levar em conta a precariedade da formação inicial. Mais do que selecionar um grupo de pessoas ou universidades levando aos educadores informações atuais, ou um conjunto de novos procedimentos de ensino, é importante fincar pé na escola como cenário de formação. É urgente, ainda, que as formações financiadas pelo governo não tenham apenas foco metodológico, mas articulem perfeitamente conteúdo e forma. É preciso ensinar matemática para quem vai ensinar matemática. Só quem aprende e sabe pode ajudar o outro a aprender e a saber.

O caminho é longo ainda, e não se encontra em apenas um fator. É enredado em aspectos tão diversos e distintos quanto a diversidade e a extensão do Brasil e de sua gente. Mas não há mais tempo para digressões, acusações ou iniciativas para fornecer respostas simplistas. É mais do que hora de colocarmos em prática um plano efetivo que faça recuperar – ou mesmo nascer – em nossos educadores e alunos a satisfação pelo domínio das ferramentas matemáticas e a autoestima por abordar e resolver problemas com elas. Sem isso, qualquer preocupação com alfabetização matemática pode não passar de retórica. ♦

## Referências bibliográficas

- DANYLUK, Ocsana S. *Alfabetização Matemática: O cotidiano da vida escolar*. Caxias do Sul. Educs, 1993.
- FEHR, Howard F. Hacia la alfabetización matemática. In *Cuadernos de Investigación y Formación em Educación Matemática*, Costa Rica, 2011. Ano 6, n. 7, p. 57-70.
- MONTORO, Bruna M. *A procura por uma concepção de alfabetização matemática em documentos que orientam o ensino e a aprendizagem da matemática no primeiro ano da escola básica*. Monografia de conclusão de curso apresentado à Unifran em março de 2011.

# Controle social da Educação e democracia participativa

Não basta analisar apenas os aspectos legais da aplicação dos recursos. É preciso avaliar também se as políticas públicas estão produzindo os resultados esperados e se a comunidade está satisfeita com os serviços prestados

MARISA SERRANO

*“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”*

*Eduardo Galeano*

A Constituição de 1988, ao definir nossa República Federativa como Estado democrático de direito, inaugurou a era da democracia participativa. Assim, por exigência constitucional, a participação popular se realiza de forma indireta, elegendo representantes, e direta, por meio de plebiscitos, referendos, iniciativa popular de leis e presença nos mais diversos conselhos de acompanhamento da implementação de políticas públicas.

No tocante à Educação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), e, posteriormente, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), deu grande ênfase ao controle social. Inegavelmente, com a instalação dos conselhos gestores dessas entidades, ocorreram maior mobilização e discussão por parte da sociedade, que vislumbrou em tais espaços oportunidade ímpar para também influenciar a aplicação correta do gasto público, verificando sua conformidade com a legislação, e, assim, possibilitando o combate à corrupção e ao desperdício.

## **Os conselhos do Fundeb funcionam?**

É chegada a hora de avaliar se os propósitos que animaram a criação dos conselhos foram alcançados ou se esses mecanismos se burocratizaram, criando apenas uma aparência de controle social. Com base na minha vivência como educadora, e, agora, também conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, percebo duas tendências opostas: de um lado, experiências exitosas de controle social, nas quais os conselheiros se capacitaram e conseguiram cumprir o papel que deles se esperava; de outro, muitos municípios, cujo Executivo se tornou hegemônico, terminaram por transformar os conselhos em meros apêndices da administração pública e gerando uma participação enganosa, legitimadora de políticas educacionais pouco transparentes.

Na tentativa de combater a segunda tendência, organizei, em 2011, um encontro com os presidentes dos conselhos do Fundeb, com as presenças ilustres, dentre outros, do mi-

## **Marisa Serrano**

Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul. Foi senadora e deputada federal pelo mesmo estado, vereadora em Campo Grande e secretária de Educação. É formada em pedagogia e letras e é autora de livros didáticos de língua portuguesa. Foi professora, supervisora e diretora escolar.

nistro José Jorge, do Tribunal de Contas da União (TCU), e do professor Mozart Neves Ramos, do movimento Todos Pela Educação. O conteúdo do evento foi fortemente marcado pelo apelo em defesa da autonomia dos conselhos e de seu não aparelhamento por parte do Executivo.

O conselho do Fundeb tem atribuições relevantes garantidas pela Lei nº 11.494/2007, como instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas.

É incumbência também do conselho acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, conforme prevê a lei.

Na condição de conselheira do Tribunal de Contas, quando determino inspeção nas contas dos municípios, tenho o cuidado de destacar um servidor cuja incumbência é dialogar com os conselheiros do Fundeb, no intuito de verificar se exercem plenamente as competências garantidas por lei. Infelizmente, a constatação que se faz é que muitos assinam as atas das reuniões sem o devido conhecimento do que foi deliberado.

## Qualidade do gasto em Educação

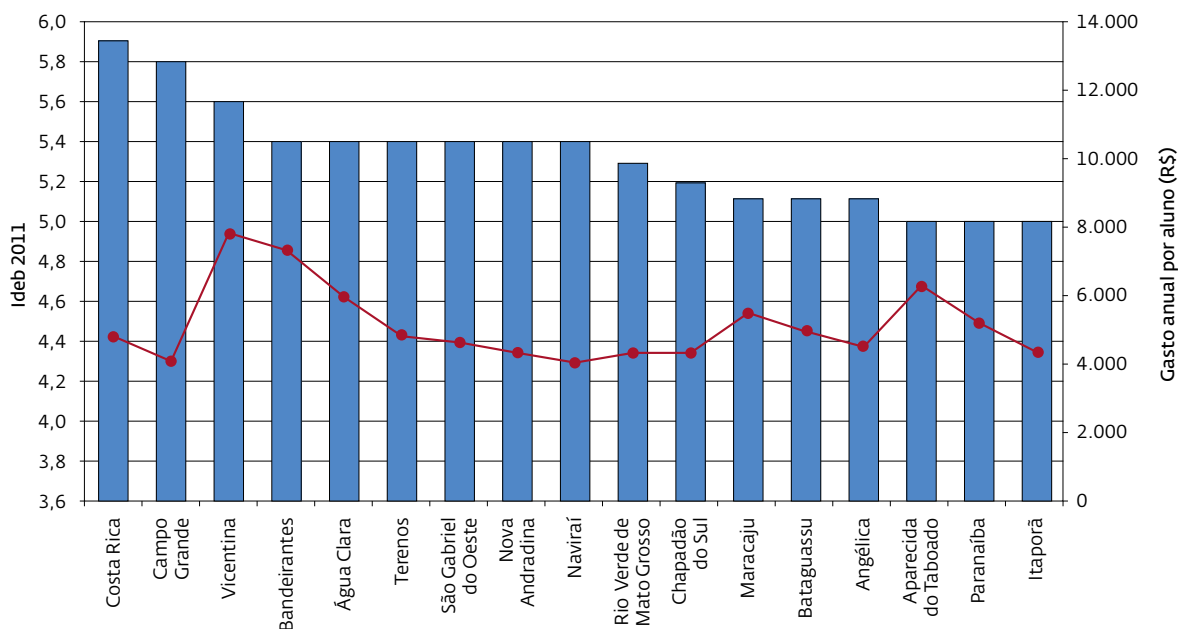
Outro aspecto do controle social é o acompanhamento da qualidade da aplicação dos recursos. O controle não pode ser reduzido apenas à análise da legalidade. É crucial que as dimensões da eficiência, eficácia e efetividade sejam verificadas. Assim, é importante avaliar se as políticas públicas estão produzindo os resultados esperados, a um preço compatível, e se a comunidade está satisfeita com os serviços que lhe são prestados.

Alguns Tribunais de Contas estão estudando maneiras de medir a qualidade do gasto, mas para isso é preciso que sejam criados indicadores que apontem a boa ou a má aplicação dos recursos.

Em Mato Grosso do Sul, ainda de forma embrionária e informal, está sendo criado um núcleo estratégico para a Educação junto ao Tribunal de Contas (TCE-MS), visando à coleta e à sistematização de dados que sirvam de base para o julgamento das contas públicas.

Nos **Gráficos 1 e 2** vê-se uma pequena amostra do trabalho já realizado pelo núcleo estratégico de Educação do TCE-MS. →

**Gráfico 1** Ranking do gasto anual por aluno dos 17 municípios mais bem colocados do Mato Grosso do Sul de acordo com o índice do Ideb 2011 — anos iniciais

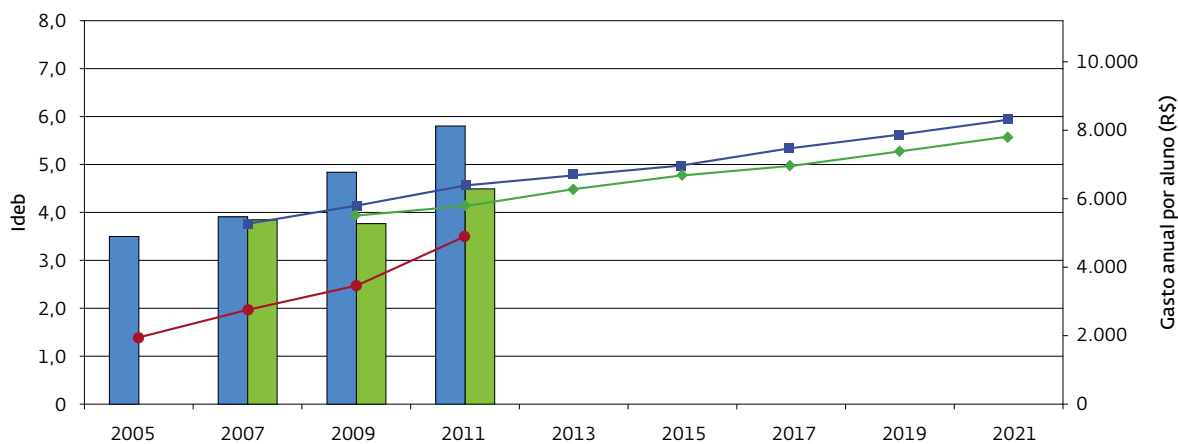


Fonte: TCE-MS.

**Legenda**

- Ideb – anos iniciais e ranking dos resultados
- Gasto anual por aluno e ranking dos resultados

**Gráfico 2** Evolução do Ideb (índices e metas) do município de Costa Rica, o mais bem colocado do Mato Grosso do Sul



Fonte: TCE-MS.

**Legenda**

- Ideb – anos iniciais
- Ideb – anos finais
- Meta – anos iniciais
- Meta – anos finais
- Gasto anual por aluno

O núcleo estratégico também tem o papel de instrumentalizar os servidores do tribunal para que, quando realizarem inspeções de monitoramento, eles tenham condições de avaliar a relação entre o gasto e a qualidade do ensino.

Outra tarefa do núcleo estratégico será detectar as boas práticas educacionais, criando um banco de dados disponível para todas as secretarias de Educação. No planejamento para 2013, consta a realização de um curso de capacitação para os novos secretários de Educação e conselheiros do Fundeb.

Os Tribunais de Contas podem auxiliar os conselhos do Fundeb na avaliação do tratamento dispensado aos professores no que diz respeito ao plano de carreira, ao piso salarial e ao  $\frac{1}{3}$  da carga horária necessário para o planejamento, além de verificar a existência da formação continuada, do concurso público e de outros elementos que configuram a efetividade do gasto público.

Com certeza, o núcleo estratégico do TCE-MS contribuirá de forma expressiva para que o conselho do Fundeb tenha instrumentos adequados a fim de fiscalizar a qualidade da merenda e do transporte escolar e acompanhar o gasto com os insumos agregados à aprendizagem.

Esses levantamentos possibilitarão a visibilidade das boas práticas na área da Educação e, por consequência, auxiliarão os municípios que se mostrarem ineficazes em relação aos gastos dos recursos do Fundeb a corrigir essa distorção.

## **A importância da atuação em rede**

O grande desafio para todos os que atuam na fiscalização da aplicação dos recursos públicos – como os Tribunais de Contas, a Corregedoria-Geral da União, o Ministério Público e o Judiciário – é conseguir atuar em rede, compartilhando dados e trocando informações.

Quando a fiscalização é feita sem um mínimo de articulação, obviamente respeitando as peculiaridades de cada instituição, ela se fragiliza e abre espaços para a ineficiência. Faltam mais diálogo e capacidade de superar o corporativismo que bloqueia a soma de esforços.

Finalizando, resalto mais uma vez o papel insubstituível do Conselho do Fundeb. A verdade é que seus membros estão no cotidiano das escolas e das secretarias. A proximidade física e o comprometimento ético e emocional com a Educação possibilitam que seu olhar seja aguçado tanto



para detectar desvios quanto para incentivar gestões educacionais efetivas.

Nada promove mais resultado que o fato de o próprio cidadão fiscalizar o poder, cobrando agilidade e construindo a ideia de pertencimento à comunidade escolar. ♦

# Faltam professores e professores faltam: o que fazer?

Dez propostas desafiadoras que, se bem articuladas, podem colaborar para combater o preocupante déficit de professores no Brasil

LUIS CARLOS DE MENEZES

Professor do Instituto de Física e de Pós-Graduação na Universidade de São Paulo, obteve MSc nos EUA e PhD na Alemanha, onde lecionou. No Ministério da Educação, contribuiu para o Saeb, o Enem e os PCN. Publicou livros de física e de Educação, textos didáticos e poemas. É conselheiro da Capes e consultor da Unesco e estudioso de uma Educação para a sociedade pós-industrial.

Visito escolas públicas semanalmente, assim como escolas privadas e confessionais. São oportunidades para aprender, mais do que para ensinar, como vivência real de que nenhum educador pode prescindir. Além de permitir avaliar nossa Educação e diagnosticar seus problemas, o convívio nas escolas revela as questões sociais, culturais e econômicas que as atingem por meio de seus alunos e professores, ou por sua interface com a comunidade e o Estado. O que motiva este artigo são todos esses aspectos, que impactam duramente a escola, mas não se resolvem nela.

Mesmo em escolas sob condições muito adversas, aprendo lições de compreensão humana, participação solidária e engajamento social, e quando me solicitam algo, em geral não procuram sabedoria pedagógica, mas orientação institucional, mediação de conflitos ou encaminhamento de demandas, o que tenho feito no limite de minhas possibilidades. Com frequência, no entanto, as escolas públicas trazem algumas questões estruturais que transcendem meu alcance imediato. Por isso, farei uso desse generoso espaço oferecido pelo movimento Todos Pela Educação para apontar suas razões e sinalizar um possível rumo para resolvê-las.

Há muito tempo, um desafio para a direção de escolas públicas é garantir professores em cada sala de aula que atendam a todas as disciplinas, compareçam com regularidade à escola e façam seu trabalho. Essa condição básica para que a escola simplesmente funcione muitas vezes é difícil de conseguir, pois faltam professores em geral, especialmente os de certas disciplinas, e, entre os disponíveis nas redes escolares, há os muito faltosos e os despreparados para suas funções, mas nem por isso substituíveis.

Estima-se em 300 mil os cargos não preenchidos em escolas públicas<sup>1</sup>, e inúmeros estudantes completam a Educação Básica mal tendo visto professores de química e de outras disciplinas, enquanto licenciados nessas especialidades se dedicam a outras ocupações. As alfabetizadoras com formação superior têm salários menores do que os de ocupações que prescindem de escolarização; professores de disciplinas completam seu orçamento tendo 800 alunos em diferentes redes, mas, “em compensação”, faltam semanas na escola pública sem pôr em risco seu cargo. Por outro lado, todos foram diplomados sem ter tido a oportunidade de reger, sob

1. Ver, por exemplo, <<http://oglobo.globo.com/educacao/deficit-de-professores-nas-redes-estaduais-municipais-de-300-mil-3529875>>.

supervisão, uma única classe. Não é preciso dizer mais para compreender as vagas não preenchidas e as aulas malconduzidas ou inexistentes por conta de faltas não justificadas.

Quem avalia e condena o desempenho das redes públicas comumente ignora ou omite esse drama, pelo qual nem gestores nem professores podem ser diretamente responsabilizados, já que estão entre suas principais vítimas. Trata-se de um aparente beco sem saída, que dificulta, ou impede, a aprendizagem de dezenas de milhões de brasileiros, e que, para ser superado, precisa que se identifiquem e se enfrentem suas causas, que são múltiplas, porque os diagnósticos pontuais e as proposições parciais já se revelaram insuficientes ou ineficazes, como mostrarei a seguir.

Se a falta de professores se resumisse aos números na formação, aparentemente bastaria abrir mais cursos, ou seja, oferecer mais vagas, e dar maior acesso a elas. Isso já está sendo feito de muitas formas, em programas de formação a distância, como os oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil; mais vagas em faculdades privadas, financiadas pelos programas Prouni ou Fies, e pela ampliação da Educação Superior pública, como no programa Reuni. Enfrenta-se assim o aspecto numérico do problema, mas há indicações de que faltam foco ou medidas complementares, pois muitas vagas em licenciaturas de universidades públicas estavam e continuam ociosas, enquanto boa parte dos ingressantes admite, já na entrada, não pretender a docência, ou abandona os cursos em pouco tempo. Além disso, em boa parte desses cursos é menosprezada a vivência profissional prática.

Para o aperfeiçoamento da qualidade e para a formação continuada em serviço, há uma variedade de programas oficiais, em âmbito federal e estadual, que são eficazes quando respondem diretamente ao que acontece na escola onde seus participantes ensinam. Isso supre, em parte, uma falha grave da formação inicial, que é o divórcio com a efetiva prática docente, problema que também se reproduz nos novos cursos de formação inicial, como já mencionado. Uma iniciativa correta para minimizar isso é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que está propiciando vivência escolar a futuros professores, mas que precisa ser aperfeiçoado mantendo-se nas escolas professores formadores, como sinalizarei, em recomendações, mais adiante.

Se o problema da profissão fosse tratável meramente sob a perspectiva de mercado, poderíamos lembrar que em escolas privadas não há classes sem professores, os salários são

regulados por oferta e demanda, e só permanece no posto quem trabalha. Poderia ser então considerada a substituição do ensino público por escolas privadas subsidiadas, como nas *escuelas concertadas* da Espanha, ou como no SUS da nossa saúde pública. Por descrédito com o ensino público, parece mesmo aumentar a busca por escolas pagas que cobram até quinhentos reais por mês, mesmo que de qualidade não comprovada<sup>2</sup>. Mas essa migração para o ensino privado ocorreria se o ensino público dispusesse desse valor mensal por aluno? E que escola privada aceitaria alunos subsidiados pela metade disso, que é quanto se investe hoje nas públicas? As escolas de elite, por sua vez, têm professores com boa formação em todas as disciplinas, mas selecionam na entrada e custam dez vezes o que se aplica nas escolas públicas. Ou seja, soluções de mercado são para quem pode, não medidas de Estado para os problemas de toda a população escolar.

Ainda sob a óptica da remuneração, resolveria o problema se fosse possível dobrar de imediato o piso salarial nacional sem mudar nenhuma outra variável? Governadores e prefeitos hoje em dívida com o piso atual, pouco acima de 1 mil reais, não teriam como pagar o dobro do que já não pagam. E, se o problema orçamentário fosse contornado com uma difícil reforma tributária, um reajuste homogêneo sem reformulação da carreira levaria o tempo de toda uma geração de professores para interferir na qualidade do ensino, sem considerar que o desenvolvimento econômico continuará atraindo profissionais com ensino superior, como os professores, para ocupações mais bem pagas que esse novo piso. Em outras palavras, isso teria a direção certa, mas abrangência e ritmo impróprios.

São muitos os exemplos de medidas parciais, como essas aqui expostas, cuja eficácia é discutível ou insuficiente. Seria preciso propor ações articuladas que enfrentassem todas as dimensões do problema, o que já estaria feito se fosse fácil. Mas, para não me omitir, sem pretender ignorar os obstáculos que se interpõem a essas ações, arrisco-me a apresentar esse conjunto amplo de iniciativas. Por conta de entraves políticos, estatutários, legais e financeiros, sua adoção dependeria de um esforço conjugado da federação com os estados, do Ministério da Educação e das secretarias de Educação com as corporações de ofício e os sindicatos, do

2. Ver, por exemplo, <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/1187555-escola-que-cobra-mensalidade-de-ate-r-500-e-a-que-mais-cresce-em-sp.shtml>>.

Conselho Nacional de Educação e conselhos estaduais com as universidades e as faculdades.

E, para reforçar o sentido simbólico desse conjunto de medidas, cuja implementação seria um feito político com poucos antecedentes, escolho enumerá-las na forma de um **decálogo**, em que cada recomendação é seguida de breve justificativa.

- 1. Aproximar a formação inicial de professores da vida escolar, preparando docentes em exercício com reconhecido bom desempenho para se tornarem formadores nas escolas.**

Os centros formadores não respondem pela qualificação de escolas e professores que abrigam seus estágios.

- 2. Fazer formação inicial prática nas escolas, promovendo a regência de turmas pelos formandos, supervisionada pelos professores formadores.**

Os licenciados e pedagogos são diplomados sem nunca terem conduzido, sob supervisão, uma única turma de alunos.

- 3. Conjuguar crescente remuneração com reformulação na estrutura da carreira de professores em termos de suas funções e desempenho nelas, como a de coordenadores e formadores.**

A carreira do professor é literalmente “ficar mais velho”, pois, exceto mínimos percentuais dados por cursos e títulos, só se promove por tempo de serviço.

- 4. Oferecer formação continuada conduzida nas escolas, para mudar práticas, melhorar o desempenho e, assim, apoiar a promoção funcional de professores.**

Capacitação realizada fora da escola pode ser mera extensão cultural usualmente alheia às dificuldades reais, à mudança nas práticas, e que, além disso, pouco contribui para o progresso funcional.

- 5. Valorizar e fomentar a escolha da carreira docente remunerando futuros professores ao longo de sua formação por sua atuação junto às escolas.**

Não se remunera estágios nem se espera que sejam efetivo exercício profissional, com contribuição aos trabalhos da escola onde se estagia.

- 6. Criar centros de formação de professores em instituições de Ensino Superior onde se reuniriam docentes de faculdades de Educação e demais unidades acadêmicas.**

Formar professores por mera justaposição de disciplinas e unidades resulta em um mosaico sem caráter próprio, que não consegue sequer compor projetos educativos para os cursos de formação.

- 7. Incluir itens relacionados à formação de professores entre os critérios de avaliação dos docentes universitários e das unidades acadêmicas.**

Os docentes e suas instituições são desestimulados a atuar nas licenciaturas, pois as avaliações que decidem o avanço profissional e o financiamento subestimam ou ignoram as atividades didáticas, valorizando apenas as publicações e as atividades administrativas.

- 8. Utilizar amplamente e de forma sistêmica as novas tecnologias de informação e comunicação na formação inicial de professores.**

O descompasso no preparo técnico dos professores também decorre da falta de vivência, em sua formação inicial, com dispositivos e redes de informação.

- 9. Garantir efetiva vivência escolar em todas as modalidades de formação inicial a distância de professores, e dar ênfase à formação continuada dos professores já em serviço.**

A vantagem da acessibilidade na formação a distância é gravemente comprometida se não houver participação dos formandos em atividades escolares reais.

**10. Estabelecer novo pacto federativo de atribuição de responsabilidades e de partilha de custos da Educação Básica, para garantir a implementação das recomendações que a antecedem.**

Falta compromisso efetivo entre estados e municípios, que são responsáveis pela Educação Básica, e a federação, que detém parte expressiva dos recursos e responde pelas leis e suas regulamentações.

Os eixos que orientaram essas recomendações para a Educação Básica são a valorização da escolha profissional, a garantia de formação prática, a remuneração fundada em carreira, o reforço contínuo no trabalho e a provisão de recursos como política de Estado. Se fossem implementadas, não faltariam professores bem preparados em escolas públicas, e os gestores escolares não precisariam se preocupar com o básico, que é não deixar turmas de alunos sem acompanhamento. Não resolveriam todos os problemas da nossa Educação, mas dariam condições para começar a resolvê-los, efetivando em seguida reformas curriculares da formação básica e profissional, essenciais para que o País amplie e consolide seu recente progresso social, econômico e político.

Algumas das iniciativas sugeridas estão sendo discutidas em diferentes âmbitos, ou parcialmente encaminhadas de forma fragmentada e provisória, como posso ilustrar com algumas de que tomo parte, mas é ostensiva a ausência da indispensável ação articulada. Em um Conselho para a Educação Básica da Capes/MEC, tenho apoiado editais que aproximem centros formadores e escolas básicas, e apresentei proposta voltada à formação inicial na escola, mas isso é só um ensaio, e seria importante que o Conselho Nacional de Educação estabelecesse o exercício supervisionado da docência como condição para sua diplomação. Também, há décadas, dedico-me à formação inicial de professores na universidade e à continuada em escolas, mas são decisões pessoais que não são consideradas na avaliação acadêmica.



Muitas das medidas propostas em meu **decálogo** poderão ter a concordância formal de muitos, que se oporão a outras por razões particulares, ou até a concordância de quase todos os que não têm poder de decisão. Elas colidem com tradições e interesses nos planos econômico, acadêmico e corporativo, que só seriam superados com uma mobilização consistente de setores de opinião capazes de influir nos de decisão. Pode-se reconhecer, no entanto, que a relativa complexidade do conjunto de medidas dificulta sua proposição como bandeira de luta. ♦

# Frequência escolar entre 15 e 17 anos: fluxo e motivação

A frequência escolar bruta diminuiu nessa faixa etária, em grande parte, devido à melhoria de fluxo. Por outro lado, não é a falta de vagas, mas a falta de interesse dos jovens pela Educação o principal motivo alegado por aqueles que ainda estão fora da escola

MARCELO NERI E

LUIS FELIPE BATISTA DE OLIVEIRA

**A**nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) referente ao ano de 2011 trouxe diversos avanços em áreas relativamente estagnadas, como cobertura de esgoto e analfabetismo. A principal preocupação revelada nos debates diz respeito à redução da frequência escolar entre a população jovem. Esse movimento é particularmente útil ao Todos Pela Educação dada a Meta 1, de universalização do ensino na faixa entre 4 e 17 anos, e da Meta 4, de conclusão do Ensino Médio até os 19 anos.

Este artigo<sup>1</sup> discute a queda da frequência escolar bruta entre os jovens de 15 a 17 anos, a natureza das mudanças, sua permanência e suas causas objetivas e subjetivas. Está organizado em três partes. Na primeira parte, a principal, trabalhamos com dados da Pnad na tentativa de entender o que houve com a frequência bruta dos estudantes na faixa etária de interesse e seus determinantes objetivos. Na segunda, usamos a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) para testar a robustez das tendências observadas, sua continuidade até 2012 e o aumento da frequência em cursos profissionalizantes como agente de mudanças. Por fim, na terceira parte, lançamos dados do *Suplemento Especial* da Pnad sobre Educação relativos às motivações para a frequência escolar, de forma a compreender aspectos subjetivos inerentes à evasão na faixa de 15 a 17 anos. Nossas principais conclusões são relatadas brevemente na última seção do documento.

## **Causas objetivas da queda da frequência escolar bruta**

O processo de universalização do acesso às escolas entre as crianças de 7 a 14 anos no Brasil segue uma trajetória que já dura décadas, subindo de 97,1% para 98,5% entre 2004 e 2011. Esse avanço também é encontrado entre os alunos de 15 a 17 anos, passando de 81,8% em 2004 para 83,7% em 2011, mas com um retrocesso de 1,5 ponto percentual a partir de 2009, quando a referida trajetória atingia 85,2%.

### **Marcelo Neri**

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

### **Luis Felipe Batista de Oliveira**

Pesquisador da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Possui graduação e mestrado em Economia pela Universidade de Brasília. Realiza estudos sobre Educação, políticas públicas, desigualdade e pobreza.

1. A taxa de atendimento, assim como os demais números apresentados neste texto, leva em consideração a idade dos jovens em anos completos em 30 de setembro, data de referência da Pnad. O Todos Pela Educação considera, no cálculo da Meta 1, a idade em anos completos em 30 de junho. Esta diferença metodológica justifica eventuais diferenças entre as taxas de atendimentos apresentadas no texto e as divulgadas pelo TPE.

Note-se que, concomitante à queda na frequência bruta<sup>2</sup> entre os maiores de 15 anos, é cada vez maior o número de estudantes na etapa correta de ensino, cuja proporção subiu de 50,9% para 51,6% entre 2009 e 2011. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, o percentual de alunos que ainda frequentava o Ensino Fundamental era de 34,6% em 2004, tendo sido reduzido para 31,9% em 2009, e para 29,4% em 2011.

Tal melhoria no fluxo é percebida, com nitidez, nos indicadores de distorção idade-série, sobretudo no Ensino Médio. Como esperado, essa etapa tem uma distorção mais alta, por incluir alunos que estão no sistema educacional há mais tempo. A média de anos fora da idade correta para o ano cursado se reduziu de 2,84 anos em 2004 para 2,21 anos em 2009, caindo para 1,96 ano em 2011. Assim, houve grande redução no percentual de distorção no Ensino Médio, passando de 42,1% em 2004 para 32,9% em 2009, e 29,8% em 2011. Destaca-se, em particular, a queda entre 2009 e 2011.

Esses dados comprovam que o Ensino Fundamental possui um efeito de seleção para a etapa seguinte. Isso se dá de tal forma que – dada a pouca evolução dos indicadores de distorção no Ensino Fundamental –, diante de um Ensino Médio com currículo extenso e sem aparente aplicação prática, as sucessivas quedas nos prêmios salariais para trabalhadores mais qualificados, e o mercado de trabalho aquecido, sobram menos estímulos para cursar a etapa seguinte, ou existem incentivos para adiar os estudos.

Assim, as melhorias recentes do Ensino Médio acabam sendo auferidas pelos que ainda permanecem interessados: os jovens de 15 a 17, na idade correta e com retornos claros, no horizonte da vida, quanto aos ganhos propiciados pela continuação do investimento na ampliação de suas dotações de capital humano. Esse público representa pouco mais da metade da população nessa faixa etária – e vem crescendo. Por outro lado, ainda representa muito menos do que seria socialmente desejável.

Diante do que se viu até o momento, a queda de 1,5 ponto percentual na frequência escolar bruta entre alunos de 15 a 17 anos pode ser explicada tanto por melhorias no fluxo quanto por outros fatores sempre levantados, como mercado de tra-

2. Taxa de frequência escolar bruta é a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta a escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária. Taxa de frequência escolar líquida é a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária matriculadas na série adequada, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

balho. O percentual de jovens com Ensino Médio completo cresceu entre os alunos adiantados, de 15 e 17 anos. Este último público atualmente representa cerca de 3,6% dos indivíduos dessa faixa, sendo 2,5% não estudantes. Por simplesmente estarem adiantados, acabam sendo responsáveis por uma parte da diminuição da frequência bruta entre os jovens nessa faixa etária. Isso porque, se descontados aqueles que já possuem o diploma de Ensino Médio completo, a taxa de frequência bruta diminuiria 0,5 ponto percentual entre 2009 e 2011. Isso é três vezes menor do que a redução do indicador que incorpora os que já concluíram o Ensino Médio.

Em suma, entre os jovens estudantes de 15 a 17 anos ainda permanece um processo de troca e melhoria no tipo de curso frequentado. Como desejado, há uma diminuição de 2,5 pontos percentuais daqueles que estão no Ensino Fundamental, um acréscimo de quase 2,0 pontos percentuais dos que cursam o Ensino Médio, e até mesmo uma elevação daqueles matriculados em algum curso superior. Todos esses fatores corroboram a melhoria do fluxo comentada<sup>3</sup>.

Por isso, decompor a queda da taxa de frequência bruta em seus possíveis determinantes é essencial. Essa frequência entre os jovens de 15 a 17 anos caiu 1,46 ponto percentual. Porém, 1,19 ponto percentual pode ser atribuído à pura melhoria de fluxo – ou seja, por jovens de 15 a 17 anos que completaram o Ensino Médio e aguardam o próximo passo. Isso explica mais de 80% da queda de frequência bruta. A menor parte é explicada por aqueles que desistiram de completar os estudos, responsáveis por 0,27 ponto percentual – ou apenas 18,5% da queda da frequência nessa idade.

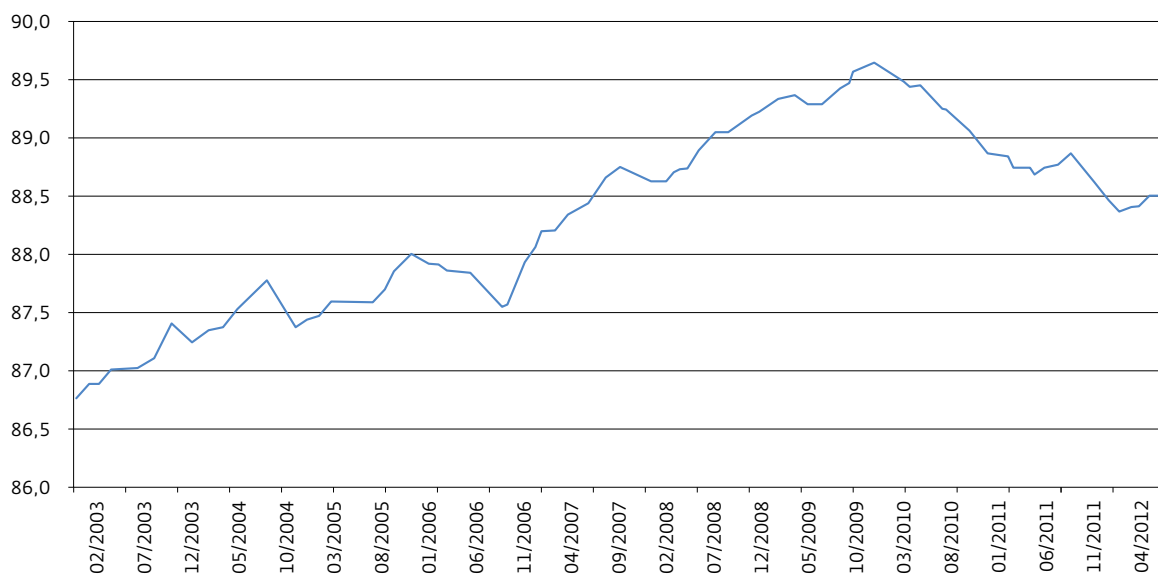
A maior parte dos alunos de 15 a 17 anos não completou o Ensino Médio. Entretanto, as recentes melhorias de fluxo já apresentadas engrossaram as estatísticas de alunos adiantados. Tal grupo, embora cada vez maior, representa apenas 3,6% dos jovens nessa faixa etária. Mesmo assim, esse percentual é capaz de explicar a maior parte da recente queda da frequência bruta nessa faixa etária.

3. Ampliando essa observação para as questões que envolvem o mercado de trabalho e a possibilidade de se ausentar da escola, as boas notícias são várias. Aumentou o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que se dedicam exclusivamente aos estudos, passando de 57,3% para 60,4%. Concomitantemente, houve redução dos que estudam e procuram emprego, dos que estudam e trabalham, dos que apenas trabalham. Já entre aqueles que não trabalham nem estudam, houve um aumento de 1,6 ponto percentual entre aqueles que, além disso, sequer procuram emprego.

## Monitoramento por meio da Pesquisa Mensal do Emprego

A Pesquisa Mensal do Emprego (PME), embora raramente seja usada para tratar de assuntos educacionais, possui características similares às da Pnad para a faixa acima de 10 anos de idade. A desvantagem é a sua cobertura, restrita às seis principais áreas metropolitanas brasileiras; sua vantagem, maior atualidade da informação. Ela permitiu antecipar, nos idos de 2009, por exemplo, o aumento da frequência escolar entre 15 e 17 anos observada de 2007 a 2009, que só seria constatada pela Pnad lançada em setembro de 2010. A redução da defasagem média, de um ano e meio na Pnad para um mês no caso da PME, é fundamental para o monitoramento de políticas públicas. No caso do episódio relatado, houve a criação do Benefício Variável Jovem para os favorecidos pelo Bolsa Família de 16 e 17 anos.

**Gráfico 1** Frequência Escolar Bruta de 15 a 17 anos – média móvel 12 meses



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PME/IBGE.

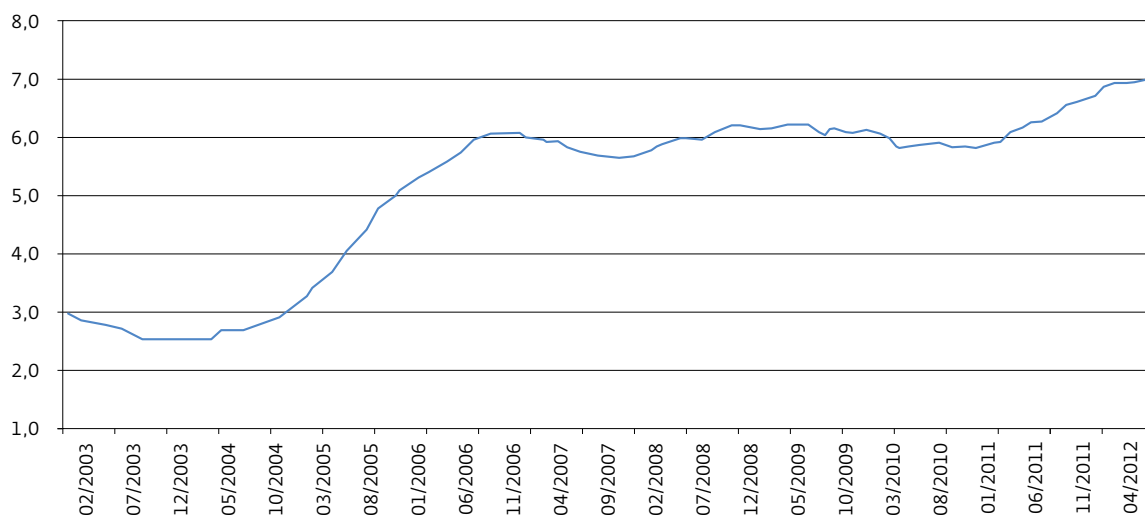
Similarmente, apontamos a seguir dados de frequência escolar bruta para agosto de 2012 – portanto, 12 meses além da última Pnad, lançada em setembro de 2012. A notícia preocupante é que essa frequência não é revertida entre agosto de

2011 e 2012, mas continua sua trajetória de queda, passando de 90,22% para 90,11%. Vale a pena reproduzir a análise aqui feita de forma a examinar os determinantes da continuidade da queda da frequência bruta.

A literatura recente tem apontado a importância do crescimento do fenômeno apelidado “nem nem”, referente ao aumento da frequência de estudantes que não estudam nem trabalham. Outra possibilidade oferecida pela PME é analisar de forma concomitante a Educação regular e a profissional. Os dados mostram um avanço não desprezível na frequência desses cursos, de 2,56% em abril de 2004 para 6,88% em agosto de 2012, correspondendo a um incremento de 169% no período. O salto derradeiro se deu de 2,56% para 5,96%, entre abril de 2004 e 2007<sup>4</sup>.

Depois de um intervalo de estabilidade após 2007, há um avanço já no período mais próximo da comparação entre as duas últimas Pnad. A taxa de frequência em cursos profissionalizantes sai de 5,69% em agosto de 2009 e chega a 7,17% em 2011. Note-se o novo salto em curso na cobertura do ensino profissionalizante – 7,61% em agosto de 2012.

**Gráfico 2** Frequência em Cursos de Educação Profissional de 15 a 17 anos (%) – média móvel 12 meses



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PME/IBGE.

4. Dados disponíveis em: <[www.fgv.br/cps/senai](http://www.fgv.br/cps/senai)> e <[www.fgv.br/cps/proedu](http://www.fgv.br/cps/proedu)>.

Tiramos um par de lições com base no processamento dos dados da PME, a saber:

1. A confirmação das trajetórias apontadas na Pnad, incluindo o incremento da evasão recente e a extrapolação dessa tendência que será apontada na próxima pesquisa, de 2012;
2. O avanço de 169% da frequência em cursos não regulares de natureza profissionalizante entre 2004 e 2012, na faixa etária de interesse, incluindo um novo salto observado entre 2009 e 2011, e entre essa última pesquisa e a próxima, referente a 2012.

### Motivos da evasão

O *Suplemento de Educação* da Pnad 2006 permite enxergar as motivações daqueles que estão fora da escola até os 17 anos de idade, e iluminar o foco e o desenho das políticas com base nas necessidades e percepções de quem toma a decisão de ir, ou não, à escola. Apresentamos evidências objetivas de alguns aspectos subjetivos associados à evasão escolar estudados em projeto nosso, em parceria com o Todos Pela Educação e outras entidades (<[www.fgv.br/cps/tpemotivos](http://www.fgv.br/cps/tpemotivos)> e Neri (2009)). Falamos aqui de perguntas diretas, tais como: Por que o jovem de determinada idade não frequenta a escola? É por que tem que trabalhar para o sustento da família, por que não tem escola acessível, ou simplesmente por que não deseja o tipo de escola que aí está?

Propomos o estudo das causas da evasão analisando três tipos básicos de motivações. O primeiro é a miopia ou o desconhecimento dos gestores da política pública, que restringe a oferta de serviços educacionais. Outro, a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos na Educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida, ou por miopia, ou desconhecimento acerca de seus impactos potenciais. A terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela Educação a longo prazo.

Senão, vejamos: i) Dificuldade de acesso à escola (10,9%); ii) Necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%); iii) Falta intrínseca de interesse (40,3%); iv) Outros motivos (21,7%). A composição das respostas válidas tomadas a valor de face sugere que os três grupos de motivos aventados explicam quase 80% da totalidade das respostas. O que se destaca



são os dois elementos ligados à falta de demanda por Educação, que respondem por 67,4% das motivações apresentadas, contra 10,9% das deficiências de oferta alegadas.

No âmbito da demanda, há que se distinguir a falta de interesse intrínseca, talvez por desconhecimento dos prêmios salariais oferecidos pela Educação, com 40,3% contra 27,1% da necessidade de trabalho e renda. Esta última motivação seria consistente com a operação de restrições de liquidez enfrentada pelos jovens e por suas famílias. Isso sugere a prescrição de políticas de afrouxamento de tal restrição, como oferta de crédito educativo, concessão de bolsas ou de transferências de renda condicionadas. De toda forma, esse tipo de política teria, segundo os dados, um potencial limitado a menos de um terço das pessoas de 15 a 17 anos que estão fora da escola. É preciso, portanto, aumentar a atratividade da escola.

## Conclusões

Este artigo analisou a evolução e as causas da evasão escolar na faixa de 15 a 17 anos usando um conjunto de bases de dados que permitiram chegar às seguintes conclusões:

1. A redução da frequência escolar bruta na faixa de 15 a 17 anos a partir de 2009 não foi observada na frequência líquida, que segue a tendência de alta e, na verdade, a melhora dos fluxos explica a maior parte da queda do conceito bruto. A frequência bruta entre os jovens de 15 a 17 anos caiu 1,46 ponto percentual entre 2009 e 2011, sendo 1,19 ponto percentual atribuído à pura melhoria de fluxo. Isso explica mais de 80% da queda de frequência bruta. A menor parte, 18,5% da queda da frequência nessa idade, é explicada por aqueles que desistiram de completar os estudos.
2. O processamento dos dados da PME confirma as trajetórias apontadas na Pnad, incluindo o incremento da evasão recente e a extrapolação da tendência que será apontada na próxima Pnad, de 2012. Em segundo lugar, o avanço da frequência em cursos não regulares de natureza profissionalizante, de 169% entre 2004 e 2012, na faixa etária de interesse, incluindo um novo salto observado entre 2009 e 2011, e entre esta última Pnad e a próxima, referente a 2012. Ou seja, a queda da frequência bruta veio para ficar, acompanhada por crescimento de

cursos profissionalizantes, pelo menos até 2012, o que sugere a busca de outros caminhos por aqueles elegíveis, pela faixa etária, ao Ensino Médio.

3. O *Suplemento de Educação* da Pnad permite abordar os motivos daqueles que estão fora da escola entre 15 e 17 anos de idade com base em perguntas dirigidas a eles mesmos. O que se destaca nas causas subjetivas são os dois elementos ligados à falta de demanda por Educação, que respondem por 67,4% das motivações apresentadas, contra 10,9% das deficiências de oferta alegadas, sendo o restante por motivos residuais. No âmbito da falta de demanda, há que se distinguir os 27,1% da necessidade de trabalho e renda, que pode ser tratada por políticas de financiamento educacional, bolsas de estudo e Bolsa Família, dos 40,3% associados à falta de interesse intrínseca. Essa é a motivação mais forte da evasão alegada pelos próprios jovens, talvez por desconhecimento dos prêmios oferecidos pela Educação. É preciso, portanto, aumentar a atratividade da escola aos olhos dos jovens de 15 a 17 anos. ♦

## Referência bibliográfica

NERI, M. C. O paradoxo da evasão e as motivações dos sem-escola In: *Educação Básica no Brasil: Construindo o país do futuro*. HENRIQUES, Ricardo *et al.* (Org.). Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009, v.1, p. 25-50.



# Fracasso escolar e desigualdade no Ensino Fundamental

Problema afeta de maneira  
diferente alunos de diferentes  
grupos econômicos, sociais e  
étnico-raciais

PAULA LOUZANO

O sistema educacional brasileiro enfrenta um paradoxo. Embora quase todas as crianças em idade escolar obrigatória estejam matriculadas na escola, menos de dois terços conseguem terminar o Ensino Fundamental devido ao fracasso escolar (Klein e Fontanive, 2009). Como no Brasil as oportunidades educacionais não são igualmente distribuídas, esse fracasso afeta de maneira diferente alunos de diferentes grupos econômicos, sociais e étnico-raciais.

A diferença no acesso à escola entre brancos e negros (pretos e pardos)<sup>1</sup> diminuiu drasticamente nos últimos anos, conforme mostra o **Gráfico 1**. De fato, atualmente, no início do processo de escolarização, brancos e negros têm igual acesso à Educação. O processo de exclusão acontece dentro da escola. Quando os estudantes chegam ao segundo ciclo do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), apenas metade dos alunos negros se encontram na idade adequada ao ano em que estão matriculados. Enquanto 7% dos brancos têm mais de dois anos de atraso escolar, entre os negros esse indicador chega a 14% (Pnad, 2011). Portanto, podemos argumentar que a repetência e a evasão dificultam mais o processo de escolarização de algumas crianças brasileiras do que de outras.

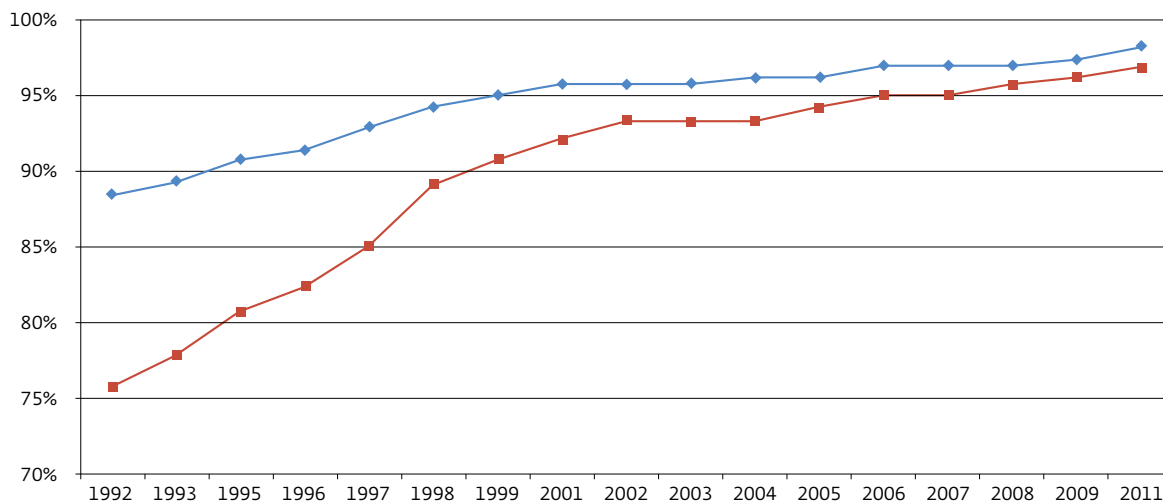
## Paula Louzano

Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Pedagoga, tem doutorado em Política Educacional pela Universidade Harvard e mestrado em Educação Internacional Comparada pela Universidade Stanford. Trabalhou no Escritório Regional da Unesco para América Latina e Caribe, em Santiago, Chile, entre 2001 e 2004, na área de estatísticas educacionais. Tem passagens pela Fundação Lemann, Cenpec, Fundação Víctor Civita e Secretaria Municipal de Educação de Diadema (SP).\*

### Legenda

■ Negros  
◆ Brancos

**Gráfico 1** Porcentagem de crianças que frequentam a escola – Pnad 1992-2011



Fonte: Pnad/IBGE, tabulada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

\*A autora gostaria de agradecer a contribuição de Isabela Furtado, analista de conteúdo técnico do Todos Pela Educação, que processou os dados da Prova Brasil 2011 para este artigo.

1. A classificação utilizada no questionário da Prova Brasil segue o sistema de classificação de cor ou raça adotado pelas pesquisas domiciliares do IBGE, no qual o informante escolhe uma entre cinco opções: branca, preta, parda, amarela ou indígena. Além disso, segundo o IBGE, são negros aqueles que se autodeclararam preto ou pardo.

Este artigo analisa em que medida a probabilidade de fracasso escolar está associada a determinadas características do aluno, em especial sua origem racial, sexo, nível socioeconômico e região onde mora.

## **Fracasso escolar**

Pesquisas sobre fracasso escolar mostram a complexidade desse fenômeno educacional, que envolve baixo rendimento, repetência, abandono e evasão escolar. A literatura brasileira sobre o tema é fortemente marcada por estudos qualitativos que exploram o fracasso escolar em um espaço educativo particular ou o caracterizam com base em estudos de casos vinculados a grupos específicos de crianças (Patto, 1991; Veiga, 1982, Carraher & Schiemann, 1983; Cano *et al.*, 1999; Lolis & Lima, 1997, Carvalho, 2001 e 2004). Esses estudos, marcados pela psicologia e pela sociologia da Educação, mostram que o fracasso escolar está relacionado à organização escolar e às relações existentes dentro da escola, e questionam a ideia de que alguns alunos não são capazes de aprender (i.e., mais pobres, cujos pais são menos escolarizados, negros etc.). Embora essa abordagem possibilite estudos aprofundados do fenômeno tanto em um *locus* específico como em um grupo social, ela não permite generalizações.

Por outro lado, pesquisas quantitativas mostram que a repetência desempenha um papel crítico tanto no abandono quanto na evasão escolar (Harbison e Hanushek, 1992; Gomes-Neto e Hanushek, 1996), e que a diminuição da repetência gerada por meio da adoção de ciclos tende a baixar a evasão (Menezes-Filho *et al.*, 2008). Além disso, outro conjunto de pesquisas mostra a associação entre o fracasso escolar e algumas características dos alunos, entre elas origem social e racial (Leon e Menezes Filho, 2002; Alves *et al.*, 2007; Machado e Gonzaga, 2007).

Em que medida o fracasso escolar – fenômeno largamente debatido em estudos e nas políticas públicas – ainda está presente no nosso sistema educativo? E em que medida a trajetória escolar de crianças negras e brancas se diferencia já no início do processo de escolarização, e se relaciona com características como sexo, região geográfica e origem social? Este artigo buscará responder a essas perguntas.

## Dados

Este estudo utiliza os dados da Prova Brasil 2011, avaliação externa administrada pelo Ministério da Educação, aplicada a alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, com abrangência censitária das escolas públicas (municipais, estaduais e federais) que tenham pelo menos 20 alunos matriculados no ano avaliado. Além das questões do exame de proficiência, os alunos respondem a um questionário socioeconômico com perguntas sobre o histórico familiar e os hábitos escolares e de estudo.

A Prova Brasil 2011 foi aplicada a mais de 4 milhões de estudantes em todo o Brasil, sendo 2.289.842 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, subgrupo escolhido para que se compreendam melhor os fenômenos da repetência e da evasão escolar. A opção explica-se pelo menor viés de seleção presente nesse grupo, em relação aos demais anos avaliados. Entre as idades de 6 a 14 anos, 98,2% dos alunos estão na escola; a evasão tende a ocorrer em idades mais elevadas (após 14 anos de idade). As taxas de rendimento de 2011 indicam que, enquanto 9,8% dos alunos da rede pública de 1º a 5º anos foram reprovados ou abandonaram a escola, o percentual era de 18,2% no caso de alunos de 6º a 9º anos<sup>2</sup>. Portanto, o final do primeiro ciclo do Ensino Fundamental (5º ano) seria o momento mais adequado para compreender como os fenômenos de repetência e evasão se articulam com as características dos alunos.

No questionário socioeconômico, os alunos respondem se já foram reprovados ou se abandonaram a escola alguma vez, perguntas estas que serão utilizadas neste estudo para a construção da variável de interesse<sup>3</sup>. Dos 2.139.553 alunos que responderam a ambas as questões, 1.427.075, ou 66,7%, nunca tinham passado por situação de reprovação ou repetência; 30,3% já haviam sido reprovados; e 7,6% abandonaram a escola durante o ano letivo pelo menos uma vez. Já os alunos que sofreram tanto reprovação quanto abandono correspondem a 4,6% do total. Assim, pode-se dizer que um terço (33,3%) do subgrupo considerado já havia passado pela situação de fracasso escolar.

2. De acordo com dados de taxa de rendimento divulgados pelo Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

3. Os casos de não resposta são uma opção do respondente. Há também casos em que a questão é anulada por causa da duplicidade nas respostas.

A **Tabela 1** mostra como o fracasso escolar afeta os grupos raciais de maneira diferente. Entre os alunos que se declaram pretos no questionário socioeconômico da Prova Brasil, 43% já haviam tido alguma experiência de fracasso escolar, enquanto 27% dos alunos autodeclarados brancos passaram pela mesma situação.

<b>Tabela 1</b> Fracasso escolar segundo a cor/raça declarada pelo aluno		
Cor	Fracasso escolar	
	Frequência	(%)
Branco	181.297	27%
Preto	84.410	43%
Pardo	330.832	34%
<b>Total</b>	<b>712.478</b>	<b>33%</b>
Fonte: Inep/Prova Brasil, 2011.		

Este estudo descreve a probabilidade de fracasso escolar, medida pela repetência e evasão dos alunos do 5º ano, em função da raça/cor, do sexo, da escolaridade dos pais e da região geográfica, utilizando a técnica estatística de regressão logística, que permite que os resultados sejam apresentados em termos de probabilidade, o que possibilita o cálculo da diferença entre os grupos sociais. Seguem os três principais resultados do estudo.

## Resultados

**Ser preto aumenta a probabilidade de fracasso escolar, em todas as regiões e em todos os níveis de escolaridade dos pais.**

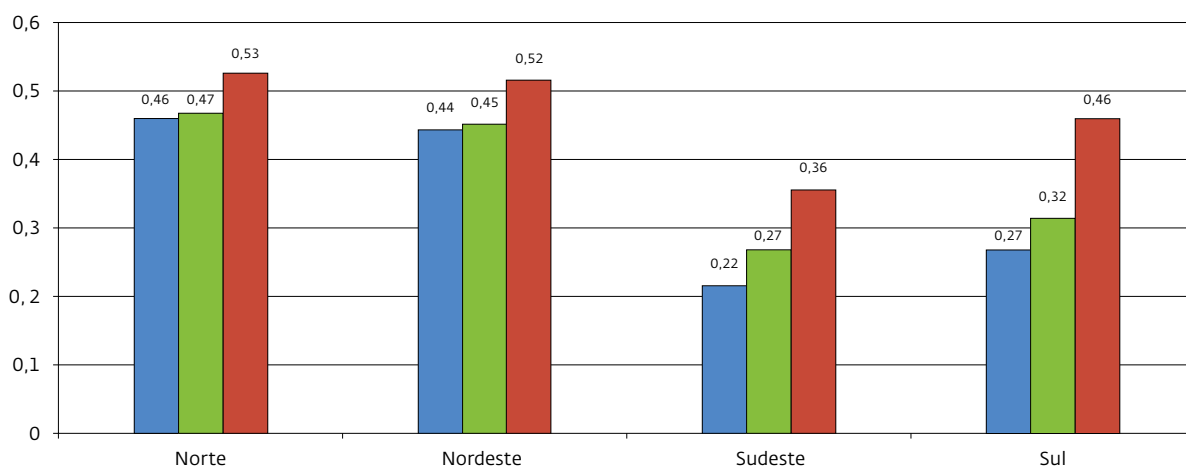
Os estudantes pretos são mais propensos a repetir e a abandonar a escola do que seus colegas pardos e brancos, independentemente das diferenças entre as regiões do País e da Educação dos pais. A diferença na probabilidade de fracassar na escola para brancos e pretos vai de 7 pontos percentuais na região Norte a 19 pontos percentuais na região Sul, ou seja, ser preto no Brasil aumenta a probabilidade de fracasso escolar entre 7 e 19 pontos percentuais, considerando alunos com pais que têm Ensino Fundamental completo. Isso confirma a hipótese de que o fracasso escolar não é mais proe-



minente entre os estudantes pretos só porque a maioria deles vem de famílias menos escolarizadas.

As diferenças raciais tendem a ser menores nas regiões Norte e Nordeste do que nas Sul e Sudeste. O **Gráfico 2** mostra as probabilidades de fracasso escolar de alunos pretos, pardos e brancos por região, mantendo a Educação dos pais constante no nível do Ensino Fundamental completo. No Norte e Nordeste, a probabilidade de um aluno preto repetir ou abandonar a escola é de mais de 50%. No entanto, os alunos brancos dessas regiões também têm uma alta probabilidade de fracassar (46% e 44%, respectivamente). No Sudeste e no Sul, a probabilidade de fracasso escolar tende a ser menor em todos os grupos raciais; no entanto, as diferenças entre os grupos são maiores. Por exemplo, no Sudeste, ser negro aumenta a probabilidade de fracasso escolar em quase 15 pontos percentuais, ao passo que no Nordeste essa diferença é de 8 pontos percentuais.

**Gráfico 2** Probabilidade de fracasso escolar de alunos do 5<sup>a</sup> ano cujos pais têm Ensino Fundamental completo



Fonte: Inep/Prova Brasil, 2011.

A diferença na probabilidade de fracasso escolar entre pardos e brancos é menor que a existente entre pretos e brancos, mostrando que brancos e pardos têm probabilidades semelhantes de sucesso na escola. Essa diferença de trajetórias escolares de pretos e pardos confirma a importância de analisar essas duas categorias raciais separadamente. Ainda que a experiência escolar dos alunos pardos tenda a

#### Legenda

- Branco
- Pardo
- Preto

ser mais parecida com a dos estudantes brancos do que com a de seus colegas pretos, tal diferença (entre pretos e pardos) parece variar nas distintas regiões do País, pois é maior naquelas com menor concentração de negros, como é o caso do Sudeste e do Sul (5%).

**Em todos os grupos raciais, ser do sexo masculino aumenta a probabilidade de fracasso escolar, em todas as regiões e em todos os níveis de escolaridade dos pais.**

Em todos os grupos raciais, os meninos são mais propensos a repetir e a abandonar a escola do que as meninas, em todas as regiões e em todos os níveis de escolaridade dos pais. A **Tabela 2** mostra que, para os alunos cujos pais têm Ensino Fundamental, os meninos têm em média uma probabilidade de 12% maior de fracasso escolar do que as meninas.

**Tabela 2** Probabilidade de fracasso escolar de meninos e meninas cujos pais têm Ensino Fundamental, segundo raça/cor e região geográfica

Região	Cor	Masculino	Feminino	(M-F)
Norte	Branco	52,2%	38,8%	13,5%
	Preto	59,3%	45,8%	13,6%
	Pardo	53,4%	39,9%	13,5%
Nordeste	Branco	50,9%	37,5%	13,4%
	Preto	59,0%	45,5%	13,6%
	Pardo	51,0%	37,6%	13,4%
Sudeste	Branco	26,5%	17,3%	9,2%
	Preto	42,3%	29,8%	12,5%
	Pardo	31,7%	21,2%	10,5%
Sul	Branco	31,7%	21,2%	10,5%
	Preto	52,1%	38,6%	13,5%
	Pardo	37,4%	25,7%	11,7%
Centro-Oeste	Branco	34,9%	23,7%	11,2%
	Preto	46,1%	33,1%	13,0%
	Pardo	37,3%	25,6%	11,7%

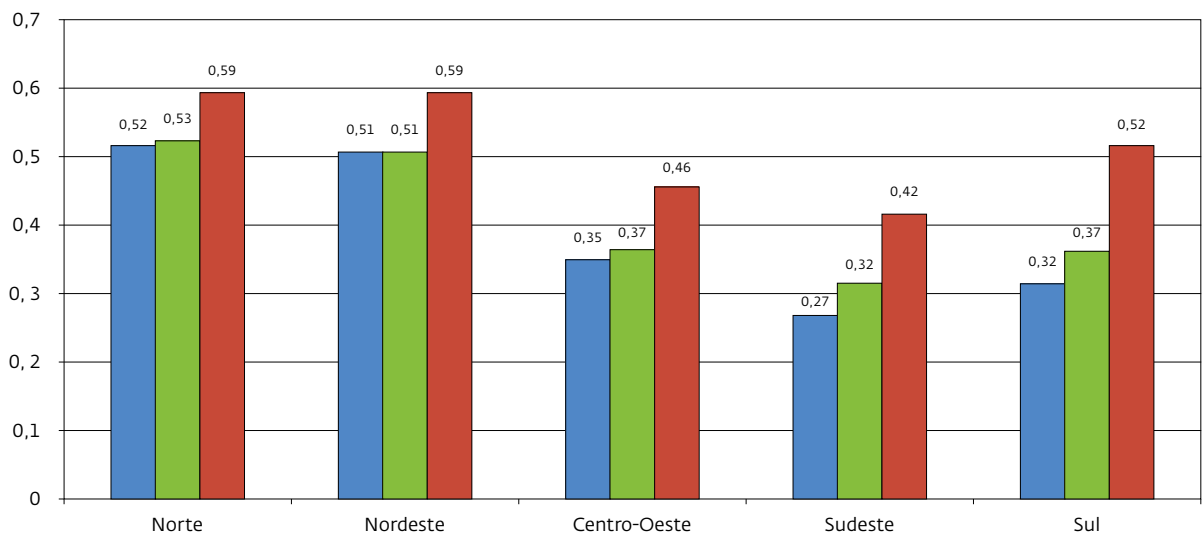
Fonte: Inep/Prova Brasil, 2011.

Em termos absolutos, os meninos pretos representam o grupo mais vulnerável ao fracasso escolar, em todas as regiões e em todos os níveis de escolaridade dos pais. No Sudeste, os pretos têm menor probabilidade de fracasso esco-

lar do que seus colegas pretos no Nordeste. Por exemplo, enquanto no Nordeste um menino preto cujos pais têm Ensino Fundamental completo tem 60% de probabilidade de repetir ou de abandonar a escola, no Sudeste um estudante com as mesmas características tem 42% de probabilidade de fracasso escolar. No entanto, como já foi assinalado, existe maior desigualdade entre pretos e brancos no Sudeste do que no Nordeste.

O **Gráfico 3** mostra as probabilidades de fracasso escolar de meninos pretos, pardos e brancos. O gráfico está organizado de acordo com as disparidades raciais observadas em cada região. A região à esquerda mostra a menor diferença entre brancos e pretos (Norte, 7 pontos percentuais), e a da direita, a maior diferença (Sul, 20 pontos percentuais). Podemos concluir que em regiões com sistemas de ensino mais eficientes, isto é, que apresentam melhores indicadores de sucesso escolar (ou seja, Sudeste e Sul), a desigualdade racial é maior do que em regiões com sistemas de ensino menos eficientes (ou seja, Nordeste, Norte).

**Gráfico 3** Probabilidade de fracasso escolar de meninos cujos pais tenham Ensino Fundamental completo segundo raça e região geográfica



Fonte: Inep/Prova Brasil, 2011.

Esse achado assemelha-se às conclusões do estudo de Campante *et al.* (2004), que analisou o mercado de trabalho no Brasil sob a perspectiva racial. Apesar de os salários médios dos brancos serem muito mais elevados que o dos ne-

#### Legenda

- Branco
- Pardo
- Preto

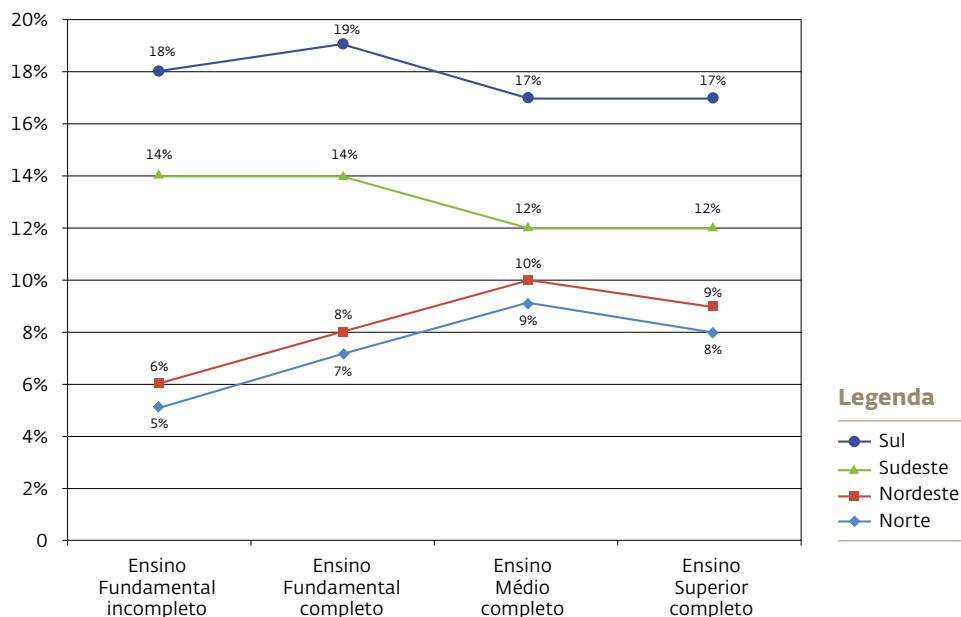
gros em todo o País (independente de diferenças individuais e regionais), esse diferencial salarial contrário aos negros é mais elevado no Sudeste do que no Nordeste. Ou seja, do ponto de vista racial, os salários no Nordeste são mais equitativos que no Sudeste. O mesmo parece acontecer com respeito às oportunidades educativas de negros e brancos.

**A probabilidade de fracasso escolar diminui com o aumento da escolaridade dos pais, em todas as regiões e em todos os grupos raciais. No entanto, em algumas regiões do País as diferenças entre pretos e brancos são maiores quanto maior for a escolaridade dos pais.**

Como já era esperado, a escolaridade dos pais é um forte preditor do sucesso acadêmico dos filhos. Em todos os grupos raciais, os alunos cujos pais têm maior nível de escolaridade são menos propensos a repetir ou a abandonar a escola. No entanto, uma interação entre a raça do aluno e a escolaridade dos pais mostra que, em algumas regiões, particularmente no Norte e no Nordeste, as diferenças raciais tendem a aumentar à medida que aumenta a escolaridade dos pais.

O **Gráfico 4** mostra a diferença nas probabilidades de fracasso escolar de pretos e brancos nas regiões do País de acordo com a escolaridade dos pais. Nas regiões Norte e Nordeste a diferença tende a crescer conforme aumenta a escolaridade dos pais. Já no Sul e Sudeste as diferenças entre brancos e pretos tende a diminuir com o aumento da escolaridade dos pais. Por exemplo, no Norte, as diferenças raciais na probabilidade de fracasso escolar aumentam de 6% para 10% de acordo com o nível de escolaridade dos pais (Fundamental incompleto e Ensino Médio completo, respectivamente). No caso do Sudeste, essa diferença diminui de 14% para 12%. →

**Gráfico 4** Diferença na probabilidade de fracasso escolar de pretos e brancos por região e nível de escolaridade dos pais – ambos os sexos



Fonte: Inep/Prova Brasil, 2011.

## Conclusões

Este estudo sobre o fracasso escolar entre estudantes do Ensino Fundamental no Brasil mostra que, apesar do esforço do País para diminuir a repetência e o abandono, esse fracasso ainda é um problema. Em 2011, um terço dos estudantes do 5º ano já tinha sido reprovado ou havia abandonado a escola pelo menos uma vez. Esse número é alarmante em si mesmo; no entanto, esta pesquisa mostra que, para alguns alunos, o cenário é ainda pior; ser preto diminui ainda mais a probabilidade de sucesso acadêmico. No 5º ano, 43% dos estudantes pretos já foram reprovados ou abandonaram a escola pelo menos uma vez. Além disso, mesmo controlando fatores como sexo, escolaridade dos pais e região geográfica, esses estudantes estão muito aquém de seus colegas pardos e brancos.

Gênero e região de residência também são importantes preditores de sucesso escolar. Meninos pretos no Norte e Nordeste, cujos pais não têm o Ensino Fundamental completo, representam o grupo mais propenso a repetir ou a abandonar a escola; têm 65% de probabilidade de chegar ao

5º ano tendo repetido ou abandonado a escola pelo menos uma vez. Por outro lado, meninas brancas da região Sudeste, cujos pais têm Ensino Médio completo, têm a menor probabilidade de fracasso escolar (10%).

Chama a atenção o fato de que sistemas mais eficientes tendem a ser menos equitativos. Melhorar a qualidade da Educação significa também a melhoria de sua equidade. Esse inquietante achado confirma o que uma série de pesquisas sobre eficácia escolar no Brasil tem encontrado (Soares, 2005; Franco *et al.*, 2007) e deve servir de alerta para os formuladores de políticas públicas.

Para que o País alcance a meta que determina que todo jovem conclua o Ensino Médio até os 19 anos de idade, precisamos enfrentar o tema do fracasso escolar ainda no início da escolarização. O fato de que, para alguns grupos sociais, em geral os mais vulneráveis, esse fenômeno seja mais proeminente é muito preocupante. ♦

## Referências Bibliográficas

- ALVES, F.; ORTIGÃO, I. & FRANCO, C. Origem Social e Risco de Repetência: interação raça-capital econômico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, nº 130, jan./abr. 2007.
- CAMPANTE, F.; CRESPO, A. & LEITE, P. Desigualdade Salarial entre Raças no Mercado de Trabalho Brasileiro: aspectos regionais. *Revista Brasileira de Economia*, v. 58, nº 2, 2004.
- CANO, M.; FERRIANI, M.; & MENDONÇA, M. Repetência e Evasão Escolar de Adolescentes em Ribeirão Preto - SP: uma primeira abordagem. *Revista Eletrônica de Enfermagem* [On-line serial], v. 1, nº 1, out.-dez 1999. Disponível em: <<http://www.fen.ufmg.br/revista>>.
- CARRAHER, T & SCHIEMANN, A. Fracasso Escolar: uma questão social. *Cadernos de Pesquisa*, Sao Paulo (45):3-19, maio 1983.
- CARVALHO, M. Mau Aluno, Boa Aluna? Como as Professoras Avaliam Meninos e Meninas. *Estudos Feministas* 555. Ano 9, 2º semestre, 2001.
- \_\_\_\_\_. Quem são os Meninos que Fracassam na Escola? *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, nº 121, 2004.
- GOMES-NETO, J. & HANUSHEK, E. The causes and effects of grade repetition. In: N. Birdsall & R. Sabot (Eds.), *Opportunity Foregone: Education in Brazil*. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 1996.

- FRANCO, C. *et al.* Qualidade e equidade em Educação: re-considerando o significado de “fatores intra-escolares”. *Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 55, jun. 2007.
- HARBISON R., & HANUSHEK, E. *Educational Performance of the Poor: lessons from rural Brazil*, Washington, DC: World Bank, 1992.
- KLEIN, R. & FONTANIVE, N. Alguns indicadores educacionais de qualidade no Brasil de hoje. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 23, nº 1, jan./jun. 2009, p. 19-28.
- LEON, F. L. L. & MENEZES-FILHO, N. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 32, nº 3, 2002, p. 417-451.
- LOLIS D. & LIMA, J. Evasão e Demanda Escolar nas Favelas e Assentamentos na Região Leste de Londrina. *Revista UEL* [On-line serial], 1997. Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br;c\\_v2n2\\_evasao.htm](http://www.ssrevista.uel.br;c_v2n2_evasao.htm)>.
- MACHADO, D. C. & GONZAGA, G. O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 61, nº 4, out/dez. 2007.
- MENEZES-FILHO, N.; VASCONCELLOS, L.; WERLANG, S. & BIONDI, R. Avaliando o Impacto da Progressão Continuada nas Taxas de Rendimento e Desempenho Escolar do Brasil. *Relatório de Avaliação Econômica*. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2008.
- PATO, M. *A Produção do Fracasso Escolar*, São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- SOARES, J. F. Qualidade e equidade na Educação Básica brasileira: fatos e possibilidades. In: BROCK, C.; Schwartzman, S. (Org.). *Os desafios da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- VEIGA, M. *Determinantes da evasão escolar de alunos de primeira série do segundo grau de escolas estaduais noturnas de Porto Alegre*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 1982.

# Boletins

Monitoramento das Metas do  
**Todos Pela Educação** e indicadores  
socioeconômicos e educacionais  
dos estados e do Distrito Federal



A seguir, apresentamos a situação atual de cada estado brasileiro e do Distrito Federal com relação às Metas do Todos Pela Educação passíveis de acompanhamento no nível das unidades da federação (Metas 1, 3 e 4). Para facilitar a leitura dos quadros, aplicamos cores conforme a legenda ao lado, que apontam a situação dos indicadores em relação às metas parciais de 2011.

A Meta 2 pode ser acompanhada por meio dos resultados da Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização (Prova ABC). Na primeira edição do exame, o tamanho da amostra permitiu a divulgação de dados apenas nos níveis regional e nacional. Em 2012, a amostra cresceu para 54 mil alunos, o que possibilitará divulgarmos o monitoramento da Meta 2 por unidade da federação. Os dados estão sendo processados e serão divulgados em edição extraordinária dedicada ao tema, ainda no primeiro semestre de 2013.

Com relação à Meta 5, não há indicadores parciais que indiquem a porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) aplicada na Educação em cada unidade da federação. Portanto, o Todos Pela Educação acompanha o número nacional calculado pelo Ministério da Educação.

Também são apresentados indicadores socioeconômicos e educacionais que contextualizam as informações sobre as Metas. São eles:

- ◆ **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do 5º e do 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio.** O Ideb total da unidade da federação refere-se às escolas municipais e estaduais urbanas e às escolas privadas urbanas. O número sintetiza informações de fluxo escolar (taxa de aprovação) e de desempenho dos estudantes – nota da Prova Brasil/Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Teoricamente, esse índice varia de 0 a 10, mas, na prática, valores próximos a 0 ou a 10 não são observados. Em 2011, o Ideb das unidades da federação variou de 2,8 a 5,9. Valores próximos a 6,0 são considerados razoáveis, porque compatíveis com o nível de qualidade médio de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2006.
- ◆ **Taxas bruta e líquida de matrículas na Educação Básica.** A taxa bruta corresponde à proporção entre o número de alunos matriculados em relação à população com idade adequada ao segmento; a líquida representa a proporção entre o número de alunos na idade adequada matricula-

## Legenda

- Não atingiu  
Porque o limite superior do intervalo de confiança do índice observado está abaixo da meta.
- Atingiu  
Porque a meta está dentro do intervalo de confiança do índice observado.
- Superou  
Porque o limite inferior do intervalo de confiança do índice observado está acima da meta.

dos no segmento em relação à população nessa mesma faixa etária.

- ◆ **População em idade escolar.** Totais por faixa etária (4 e 5 anos, 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, faixas que correspondem às idades adequadas para Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente).
- ◆ **Taxa de distorção idade-série.** Proporção entre alunos com dois anos ou mais de defasagem em relação ao número total de matriculados no segmento.
- ◆ **Taxa de reprovação.** Proporção entre o número de alunos reprovados e o de matrículas iniciais no segmento.
- ◆ **Taxa de abandono.** Proporção entre o número de alunos que se evadem durante o ano letivo e o de matrículas iniciais no segmento.
- ◆ **Taxa de analfabetismo.** Proporção entre o número de pessoas com 15 anos ou mais consideradas analfabetas e o total da população nessa mesma faixa etária.
- ◆ **Escolaridade média em anos de estudo.** Da população de 25 anos ou mais.
- ◆ **Docentes com curso superior.** Proporção por segmento de ensino.
- ◆ **Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*.** Medida de desigualdade de renda, varia de 0, total igualdade, a 1, situação de máxima desigualdade, e se baseia na relação entre as porcentagens acumuladas da população e do indicador de renda.
- ◆ **Renda média domiciliar *per capita* mensal.** Média do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes com renda domiciliar.
- ◆ **Produto Interno Bruto (PIB).** Soma de todos os bens e serviços finais produzidos na unidade da federação no ano.

## ACRE

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		88,9	86,5	91,2	91,8	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	36,2	35,2	37,2	40,6
			Matemática	27,9	26,9	28,8	25,4
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	21,2	20,2	22,2	27,2
			Matemática	10,8	10,0	11,5	13,2
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	19,2	16,7	21,7	26,1
Matemática	3,0		2,1	4,0	12,4		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		53,8	41,6	65,9	65,7	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		37,1	28,0	46,3	43,8	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,6	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,2		
	EM	3,4		
Matrículas na Educação Básica		260.079	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	64,3	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	48,8		
	EF (bruta)	100,3		
	EF (líquida)	89,1		
	EM (bruta)	67,6		
	EM (líquida)	41,6		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	246.109	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	31.511		
	De 6 a 14 anos	162.505		
	De 15 a 17 anos	52.093		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	28,7	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	29,8		
	EM	36,3		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	9,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	5,6		
	EM	8,5		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	2,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,4		
	EM	11,8		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	14,4	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		6,6	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	55,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	42,6		
	Anos iniciais do EF	53,5		
	Anos finais do EF	57,7		
	EM	92,0		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,545	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		548,1	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		7.386.436,3	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.

## ALAGOAS

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		89,8	88,3	91,3	93,1	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	21,3	20,2	22,3	27,6
			Matemática	16,4	15,5	17,4	20,5
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	13,4	12,7	14,1	18,1
			Matemática	8,2	7,6	8,9	14,8
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	15,4	13,7	17,2	23,8
Matemática	4,9		4,1	5,8	16,7		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		38,9	29,0	48,9	52,4	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		33,7	25,8	41,6	32,0	

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	3,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	2,9		
	EM	2,9		
Matrículas na Educação Básica		966.658	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	64,9	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	53,2		
	EF (bruta)	111,1		
	EF (líquida)	91,1		
	EM (bruta)	63,7		
	EM (líquida)	32,6		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	948.234	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	107.598		
	De 6 a 14 anos	623.138		
	De 15 a 17 anos	217.498		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	25,7	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	46,6		
	EM	49,4		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	12,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	18,8		
	EM	10,9		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	3,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	12,5		
	EM	18,7		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	21,8	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		5,3	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	30,9	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	34,2		
	Anos iniciais do EF	43,8		
	Anos finais do EF	69,6		
	EM	84,3		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,523	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		379,7	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		21.234.950,6	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## AMAPÁ

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		88,7	84,9	92,4	93,4	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	21,7	20,9	22,5	31,6
			Matemática	13,2	12,5	13,9	19,6
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	17,0	16,1	17,9	24,0
			Matemática	6,0	5,5	6,6	10,6
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	20,0	17,3	22,7	28,6
Matemática	3,9		2,8	4,9	8,7		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		57,4	44,5	70,3	71,8	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		52,5	39,3	65,6	49,7	

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,7		
	EM	3,1		
Matrículas na Educação Básica		230.439	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	57,9	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	42,1		
	EF (bruta)	104,9		
	EF (líquida)	91,3		
	EM (bruta)	87,4		
	EM (líquida)	49,1		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	226.261	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	27.733		
	De 6 a 14 anos	145.367		
	De 15 a 17 anos	53.161		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	24,8	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	30,3		
	EM	42,6		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	8,2	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	12,0		
	EM	13,9		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	1,9	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	5,0		
	EM	14,5		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	7,6	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		7,8	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	26,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	25,3		
	Anos iniciais do EF	33,6		
	Anos finais do EF	78,4		
	EM	94,4		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,523	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		510,9	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		7.404.389,1	2009	IBGE/SCR

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## AMAZONAS

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		88,7	86,8	90,5	92,9	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	32,8	32,2	33,4	29,5
			Matemática	26,2	25,7	26,8	24,5
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	20,3	19,9	20,8	17,5
			Matemática	10,5	10,2	10,9	13,4
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	20,3	18,6	22,0	12,2
Matemática	4,3		3,5	5,0	7,7		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		50,4	42,1	58,7	63,2	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		33,0	25,7	40,4	45,4	

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,8		
	EM	3,5		
Matrículas na Educação Básica		1.171.225	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	49,2	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	40,6		
	EF (bruta)	112,5		
	EF (líquida)	90,1		
	EM (bruta)	84,0		
	EM (líquida)	39,6		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	1.114.436	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	173.969		
	De 6 a 14 anos	711.291		
	De 15 a 17 anos	229.176		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	28,5	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	46,1		
	EM	51,0		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	11,4	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	8,5		
	EM	6,0		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	3,9	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	8,4		
	EM	10,4		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	8,4	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		7,3	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	55,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	56,5		
	Anos iniciais do EF	66,3		
	Anos finais do EF	76,8		
	EM	96,1		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,542	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		496,1	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		49.614.250,5	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## BAHIA

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		92,7	92,1	93,3	94,0	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	29,4	28,3	30,5	32,0
			Matemática	24,6	23,4	25,7	24,2
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	19,6	19,0	20,3	26,1
			Matemática	11,4	10,8	12,0	18,0
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	21,6	19,5	23,7	23,1
Matemática	5,3		4,3	6,3	13,7		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		50,8	47,0	54,6	60,7	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		36,4	32,0	40,8	37,3	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,2	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,3		
	EM	3,2		
Matrículas na Educação Básica		3.903.723	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	72,5	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	57,5		
	EF (bruta)	115,2		
	EF (líquida)	90,6		
	EM (bruta)	78,6		
	EM (líquida)	39,2		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	3.675.169	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	477.304		
	De 6 a 14 anos	2.356.312		
	De 15 a 17 anos	841.553		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	31,9	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	45,8		
	EM	49,7		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	11,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	19,1		
	EM	14,9		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	3,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	7,7		
	EM	12,5		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	14,4	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		6,1	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	27,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	29,7		
	Anos iniciais do EF	34,7		
	Anos finais do EF	53,5		
	EM	70,8		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,554	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		503,9	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		137.074.670,7	2009	IBGE/SCR

Sigaas: EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.

## CEARÁ

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		93,3	92,3	94,3	94,8	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	38,7	37,6	39,7	36,8
			Matemática	31,9	30,9	32,9	24,5
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	24,4	23,5	25,2	21,5
			Matemática	14,5	13,8	15,3	18,0
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	24,0	22,2	25,7	28,9
Matemática	9,0		8,0	10,1	21,5		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		63,6	59,1	68,1	69,3	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		55,8	50,2	61,4	44,5	

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,9	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,2		
	EM	3,7		
Matrículas na Educação Básica		2.420.396	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	77,7	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	64,5		
	EF (bruta)	109,0		
	EF (líquida)	93,0		
	EM (bruta)	81,4		
	EM (líquida)	52,2		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2.200.930	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	265.730		
	De 6 a 14 anos	1.393.715		
	De 15 a 17 anos	541.485		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	21,0	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	31,0		
	EM	34,7		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	6,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	9,3		
	EM	6,7		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	1,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,2		
	EM	11,5		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	16,5	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		6,0	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	54,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	54,6		
	Anos iniciais do EF	70,3		
	Anos finais do EF	84,9		
	EM	94,2		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,537	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		464,9	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		65.703.760,6	2009	IBGE/SCR

SÍGILAS: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.



## DISTRITO FEDERAL

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		92,7	91,4	94,0	94,9	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	57,9	56,8	59,0	57,0
			Matemática	53,0	51,9	54,1	52,9
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	36,2	35,2	37,2	42,0
			Matemática	24,4	23,4	25,4	39,2
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	40,3	38,5	42,1	48,5
Matemática	15,8		14,5	17,0	33,9		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		81,1	73,6	88,5	75,6	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		66,5	58,4	74,5	61,6	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,4		
	EM	3,8		
Matrículas na Educação Básica		678.627	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	67,8	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	53,7		
	EF (bruta)	105,5		
	EF (líquida)	91,5		
	EM (bruta)	97,0		
	EM (líquida)	61,6		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	588.342	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	80.452		
	De 6 a 14 anos	375.858		
	De 15 a 17 anos	132.032		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	11,0	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	26,3		
	EM	29,4		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	7,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	15,3		
	EM	18,5		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	0,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	2,0		
	EM	7,3		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	3,1	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		9,8	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	57,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	69,7		
	Anos iniciais do EF	78,6		
	Anos finais do EF	98,8		
	EM	99,4		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,604	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		1.572,1	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		131.487.267,9	2009	IBGE/SCR

Sijias - EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.

## ESPÍRITO SANTO

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		92,7	91,5	93,9	93,7	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	45,1	44,4	45,8	47,3
			Matemática	41,5	40,8	42,2	39,8
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	31,9	31,1	32,6	33,3
			Matemática	22,5	21,8	23,3	29,5
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	29,4	27,5	31,2	34,6
Matemática	14,1		12,8	15,4	22,0		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		66,1	57,4	74,8	75,3	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		55,6	47,3	63,8	57,7	

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,2	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,2		
	EM	3,6		
Matrículas na Educação Básica		922.974	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	80,2	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	57,3		
	EF (bruta)	103,4		
	EF (líquida)	90,4		
	EM (bruta)	81,8		
	EM (líquida)	54,1		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	797.664	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	104.066		
	De 6 a 14 anos	503.157		
	De 15 a 17 anos	190.441		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	15,7	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	26,5		
	EM	25,1		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	6,9	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	16,4		
	EM	18,4		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	0,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	2,7		
	EM	7,7		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	6,4	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		7,5	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	81,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	82,4		
	Anos iniciais do EF	85,0		
	Anos finais do EF	94,6		
	EM	95,1		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,494	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		781,0	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		66.763.012,3	2009	IBGE/SCR

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## GOIÁS

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		90,6	89,5	91,7	93,4	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	46,9	46,0	47,8	44,0
			Matemática	40,4	39,5	41,4	35,7
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	27,3	26,4	28,1	29,3
			Matemática	16,0	15,1	16,8	19,8
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	26,3	24,0	28,7	26,2
Matemática	8,4		7,1	9,6	22,8		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		72,2	66,0	78,3	74,4	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		55,3	48,7	61,9	52,7	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,2		
	EM	3,8		
Matrículas na Educação Básica		1.434.365	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	53,4	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	41,2		
	EF (bruta)	105,6		
	EF (líquida)	92,2		
	EM (bruta)	96,0		
	EM (líquida)	57,1		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	1.394.239	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	179.209		
	De 6 a 14 anos	915.219		
	De 15 a 17 anos	299.811		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	15,7	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	28,4		
	EM	33,6		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	5,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	9,9		
	EM	12,9		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	1,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,6		
	EM	6,9		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	7,2	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		7,3	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	56,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	65,8		
	Anos iniciais do EF	78,0		
	Anos finais do EF	90,1		
	EM	93,2		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,478	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		773,5	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		85.615.343,9	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.

## MARANHÃO

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		93,4	92,2	94,6	93,8	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	21,8	21,2	22,5	27,6
			Matemática	15,1	14,5	15,7	18,2
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	16,1	15,6	16,7	20,8
			Matemática	8,2	7,7	8,7	13,6
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	15,3	13,6	16,9	16,7
Matemática	3,3		2,6	4,1	10,8		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		57,9	50,7	65,1	59,7	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		35,0	29,3	40,7	37,8	

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,6		
	EM	3,1		
Matrículas na Educação Básica		2.174.724	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	93,7	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	69,8		
	EF (bruta)	108,4		
	EF (líquida)	90,0		
	EM (bruta)	79,9		
	EM (líquida)	42,6		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2.014.416	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	288.818		
	De 6 a 14 anos	1.297.165		
	De 15 a 17 anos	428.433		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	24,8	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	38,3		
	EM	48,3		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	7,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	11,1		
	EM	9,1		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	2,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	5,1		
	EM	13,7		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	21,6	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		5,5	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	26,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	29,3		
	Anos iniciais do EF	39,4		
	Anos finais do EF	55,5		
	EM	86,1		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,541	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		363,6	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		39.854.676,6	2009	IBGE/SCR

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## MATO GROSSO

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		91,9	90,6	93,3	93,1	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	36,0	35,3	36,7	35,9
			Matemática	30,8	30,1	31,5	27,2
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	23,4	22,8	24,0	23,1
			Matemática	12,8	12,3	13,3	15,4
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	24,4	22,0	26,7	30,2
Matemática	7,4		6,3	8,4	17,0		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		83,0	75,8	90,2	73,1	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		63,6	53,8	73,3	48,3	

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,5		
	EM	3,3		
Matrículas na Educação Básica		870.691	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	63,6	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	45,5		
	EF (bruta)	102,7		
	EF (líquida)	90,7		
	EM (bruta)	90,2		
	EM (líquida)	58,4		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	772.869	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	95.587		
	De 6 a 14 anos	487.376		
	De 15 a 17 anos	189.906		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	12,9	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	24,6		
	EM	35,5		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	2,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,6		
	EM	18,2		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	0,6	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	1,6		
	EM	11,5		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	7,4	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		7,3	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	66,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	74,0		
	Anos iniciais do EF	82,4		
	Anos finais do EF	85,3		
	EM	93,3		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,477	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		792,5	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		57.294.192,2	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## MATO GROSSO DO SUL

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		90,7	89,2	92,1	93,3	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	48,3	47,6	49,1	40,2
			Matemática	43,7	42,9	44,4	31,9
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	30,4	29,8	31,1	33,9
			Matemática	18,4	17,8	19,0	23,7
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	37,6	35,2	39,9	38,5
Matemática	12,7		11,3	14,1	25,2		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		61,1	51,2	70,9	73,5	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		51,4	41,6	61,1	49,8	

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,0		
	EM	3,8		
Matrículas na Educação Básica		680.122	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	48,0	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	41,5		
	EF (bruta)	109,1		
	EF (líquida)	94,7		
	EM (bruta)	77,9		
	EM (líquida)	49,0		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	592.112	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	68.203		
	De 6 a 14 anos	389.087		
	De 15 a 17 anos	134.822		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	19,9	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	35,2		
	EM	33,1		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	11,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	17,9		
	EM	17,1		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	1,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,8		
	EM	10,3		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	6,4	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		7,5	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	80,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	82,7		
	Anos iniciais do EF	88,2		
	Anos finais do EF	95,8		
	EM	99,3		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,507	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		871,7	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		36.368.093,7	2009	IBGE/SCR

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## MINAS GERAIS

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		91,7	90,8	92,5	94,0	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	55,1	54,6	55,5	54,9
			Matemática	53,7	53,3	54,1	51,2
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	37,5	37,1	38,0	36,6
			Matemática	27,1	26,7	27,6	33,7
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	35,6	34,1	37,0	37,0
Matemática	15,4		14,3	16,4	29,8		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		71,6	66,8	76,4	76,9	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		49,0	44,4	53,6	55,4	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,9	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,6		
	EM	3,9		
Matrículas na Educação Básica		4.932.285	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	68,7	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	53,9		
	EF (bruta)	106,0		
	EF (líquida)	94,5		
	EM (bruta)	81,8		
	EM (líquida)	56,0		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	4.412.961	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	546.339		
	De 6 a 14 anos	2.828.627		
	De 15 a 17 anos	1.037.995		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	12,0	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	28,0		
	EM	31,3		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	3,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	12,1		
	EM	12,6		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	0,6	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,6		
	EM	9,1		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	7,9	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		7,0	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	51,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	68,0		
	Anos iniciais do EF	82,5		
	Anos finais do EF	93,5		
	EM	97,1		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,496	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		747,5	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		287.054.747,6	2009	IBGE/SCR

Sijias - EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.

## PARÁ

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		90,8	89,8	91,7	92,7	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	26,4	25,6	27,1	32,4
			Matemática	18,0	17,3	18,7	16,1
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	19,4	18,4	20,3	25,3
			Matemática	8,6	7,9	9,4	13,7
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	26,1	12,0	40,3	22,3
Matemática	4,5		2,5	6,5	9,8		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		46,7	42,0	51,4	57,7	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		29,6	25,5	33,7	34,7	

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,2	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,7		
	EM	2,8		
Matrículas na Educação Básica		2.423.75	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	68,9	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	51,6		
	EF (bruta)	112,1		
	EF (líquida)	89,7		
	EM (bruta)	81,1		
	EM (líquida)	37,3		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2.275.192	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	307.649		
	De 6 a 14 anos	1.455.238		
	De 15 a 17 anos	512.305		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	36,9	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	44,7		
	EM	59,2		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	9,6	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	12,9		
	EM	12,4		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	4,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	6,8		
	EM	17,7		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	10,6	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		6,3	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	36,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	37,4		
	Anos iniciais do EF	46,6		
	Anos finais do EF	62,1		
	EM	94,9		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,540	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		479,3	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		58.401.829,7	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.



## PARAÍBA

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		92,4	90,4	94,4	94,2	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	29,4	28,3	30,6	31,8
			Matemática	23,5	22,4	24,6	24,9
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	18,8	17,9	19,8	21,9
			Matemática	10,6	9,8	11,3	15,6
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	21,5	19,7	23,3	20,4
Matemática	6,8		5,9	7,8	16,3		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		51,5	41,8	61,2	54,6	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		36,8	28,7	44,9	34,3	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,4		
	EM	3,3		
Matrículas na Educação Básica		1.061.026	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	76,0	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	57,0		
	EF (bruta)	112,4		
	EF (líquida)	90,3		
	EM (bruta)	71,7		
	EM (líquida)	42,7		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	919.569	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	110.680		
	De 6 a 14 anos	579.469		
	De 15 a 17 anos	229.420		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	28,3	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	42,3		
	EM	41,7		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	9,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	14,7		
	EM	7,7		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	3,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	10,3		
	EM	16,3		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	17,2	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		6,0	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	42,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	45,7		
	Anos iniciais do EF	57,4		
	Anos finais do EF	79,2		
	EM	87,4		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,537	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		528,3	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		28.718.598,5	2009	IBGE/SCR

Sigaas: EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.

## PARANÁ

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		90,1	89,1	91,1	93,4	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	49,2	48,5	49,9	48,1
			Matemática	49,4	48,7	50,1	46,7
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	29,6	29,1	30,1	29,5
			Matemática	18,8	18,3	19,4	28,5
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	31,9	29,6	34,2	34,5
Matemática	14,2		12,8	15,7	25,8		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		71,8	67,5	76,2	78,4	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		54,3	48,4	60,1	65,2	

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,6	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,3		
	EM	4,0		
Matrículas na Educação Básica		2.624.940	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	51,8	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	42,4		
	EF (bruta)	104,4		
	EF (líquida)	93,1		
	EM (bruta)	84,9		
	EM (líquida)	58,5		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2.361.78	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	278.710		
	De 6 a 14 anos	1.494.829		
	De 15 a 17 anos	588.249		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	7,7	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	22,1		
	EM	23,9		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	5,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	13,2		
	EM	12,6		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	0,2	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,2		
	EM	6,0		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	6,3	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		7,5	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	59,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	75,4		
	Anos iniciais do EF	88,4		
	Anos finais do EF	98,6		
	EM	99,6		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,467	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		879,0	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		189.991.948,6	2009	IBGE/SCR

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## PERNAMBUCO

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		90,9	89,9	91,9	93,6	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	28,0	26,5	29,5	32,3
			Matemática	23,0	21,6	24,5	29,4
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	18,3	17,5	19,2	22,1
			Matemática	11,2	10,4	11,9	17,8
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	20,1	18,0	22,1	25,1
Matemática	7,7		6,6	8,8	15,4		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		55,2	49,5	60,8	60,2	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		41,5	35,7	47,3	41,9	

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,5		
	EM	3,4		
Matrículas na Educação Básica		2.469.275	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	74,6	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	55,9		
	EF (bruta)	108,9		
	EF (líquida)	88,7		
	EM (bruta)	78,3		
	EM (líquida)	42,7		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2.248.799	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	283.988		
	De 6 a 14 anos	1.440.365		
	De 15 a 17 anos	524.446		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	23,2	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	37,3		
	EM	49,1		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	9,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	14,8		
	EM	10,0		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	2,2	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	6,5		
	EM	10,1		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	15,7	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		6,4	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	32,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	36,8		
	Anos iniciais do EF	48,6		
	Anos finais do EF	80,7		
	EM	93,0		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,526	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		464,0	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		78.428.308,1	2009	IBGE/SCR

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## PIAUI

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		94,8	93,9	95,7	94,5	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	32,6	31,4	33,7	28,8
			Matemática	26,1	25,0	27,2	21,4
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	23,2	22,2	24,3	25,2
			Matemática	17,7	16,6	18,7	21,7
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	18,8	17,2	20,3	25,2
Matemática	8,5		7,5	9,5	23,9		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		45,7	35,9	55,5	57,9	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		35,8	24,9	46,7	34,6	

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,4	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,0		
	EM	3,2		
Matrículas na Educação Básica		973.002	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	75,8	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	59,4		
	EF (bruta)	113,5		
	EF (líquida)	93,1		
	EM (bruta)	83,8		
	EM (líquida)	37,9		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	878.299	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	114.809		
	De 6 a 14 anos	571.765		
	De 15 a 17 anos	191.725		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	31,0	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	40,3		
	EM	56,7		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	11,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	14,3		
	EM	9,7		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	2,2	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,6		
	EM	15,5		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	19,3	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		5,3	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	34,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	37,6		
	Anos iniciais do EF	52,7		
	Anos finais do EF	69,9		
	EM	86,4		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,507	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		427,6	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		19.032.665,0	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## RIO DE JANEIRO

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		94,0	93,3	94,8	95,5	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	48,7	47,7	49,7	49,1
			Matemática	45,0	43,9	46,0	40,1
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	33,8	32,6	34,9	36,4
			Matemática	23,4	22,3	24,6	27,4
3º ano do EM	Língua Portuguesa	38,1	36,0	40,2	32,5		
	Matemática	16,6	15,0	18,1	20,4		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		63,1	58,0	68,1	75,0	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		50,3	44,9	55,7	58,6	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,2		
	EM	3,7		
Matrículas na Educação Básica		3.846.550	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	70,9	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	57,4		
	EF (bruta)	109,3		
	EF (líquida)	91,1		
	EM (bruta)	80,1		
	EM (líquida)	47,8		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	3.425.084	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	391.874		
	De 6 a 14 anos	2.230.326		
	De 15 a 17 anos	802.884		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	22,0	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	35,1		
	EM	43,5		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	10,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	15,9		
	EM	18,5		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	1,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,4		
	EM	10,1		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	3,7	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		8,5	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	34,4	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	42,8		
	Anos iniciais do EF	50,5		
	Anos finais do EF	92,3		
	EM	95,9		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,532	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		920,8	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		353.878.135,8	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.

## RIO GRANDE DO NORTE

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		91,8	90,0	93,6	94,5	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	28,7	27,3	30,1	24,9
			Matemática	21,8	20,6	23,0	19,2
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	21,1	20,1	22,2	23,5
			Matemática	13,4	12,5	14,3	17,7
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	18,2	16,5	20,0	23,5
Matemática	5,9		5,0	6,8	14,5		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		53,3	44,6	62,0	66,0	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		57,6	47,1	68,1	48,7	

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,4		
	EM	3,1		
Matrículas na Educação Básica		913.979	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	59,2	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	42,7		
	EF (bruta)	106,0		
	EF (líquida)	90,3		
	EM (bruta)	78,0		
	EM (líquida)	46,2		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	802.262	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	92.872		
	De 6 a 14 anos	511.083		
	De 15 a 17 anos	198.307		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	23,1	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	41,3		
	EM	45,4		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	11,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	19,0		
	EM	8,0		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	3,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	8,5		
	EM	19,3		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	15,8	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		6,4	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	50,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	52,5		
	Anos iniciais do EF	67,3		
	Anos finais do EF	85,1		
	EM	93,2		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,559	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		546,6	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		27.904.988,7	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## RIO GRANDE DO SUL

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		89,9	88,9	90,9	92,9	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	44,4	43,1	45,7	48,1
			Matemática	39,1	37,9	40,2	38,1
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	31,8	30,9	32,8	39,0
			Matemática	21,4	20,6	22,2	32,9
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	36,3	34,0	38,5	42,2
Matemática	14,1		12,6	15,5	29,5		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		65,9	61,5	70,2	77,6	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		48,7	43,8	53,6	58,2	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,1		
	EM	3,7		
Matrículas na Educação Básica		2.444.074	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	61,8	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	43,2		
	EF (bruta)	104,9		
	EF (líquida)	92,0		
	EM (bruta)	75,5		
	EM (líquida)	51,7		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2.245.172	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	270.554		
	De 6 a 14 anos	1.438.306		
	De 15 a 17 anos	536.312		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	16,9	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	28,8		
	EM	30,5		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	7,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	19,2		
	EM	20,7		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	0,5	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	2,3		
	EM	10,1		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	4,3	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		7,6	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	42,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	61,4		
	Anos iniciais do EF	74,8		
	Anos finais do EF	93,7		
	EM	96,6		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,484	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		910,2	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		215.863.879,4	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Américo Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.

## RONDÔNIA

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		86,3	84,8	87,7	91,6	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	36,0	35,1	36,9	36,0
			Matemática	30,3	29,4	31,1	23,8
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	24,5	23,7	25,3	31,5
			Matemática	13,5	12,9	14,2	25,8
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	24,2	21,1	27,3	29,2
Matemática	6,7		4,9	8,4	17,6		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		65,5	57,1	73,9	66,9	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		46,5	35,5	57,5	49,3	

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,7		
	EM	3,7		
Matrículas na Educação Básica		477.850	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	46,9	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	31,7		
	EF (bruta)	105,3		
	EF (líquida)	89,0		
	EM (bruta)	66,2		
	EM (líquida)	45,8		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	435.685	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	50.212		
	De 6 a 14 anos	272.851		
	De 15 a 17 anos	112.622		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	20,3	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	34,3		
	EM	30,3		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	9,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	19,5		
	EM	13,3		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	1,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,8		
	EM	11,6		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	9,7	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		6,6	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	57,0	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	59,8		
	Anos iniciais do EF	71,6		
	Anos finais do EF	87,3		
	EM	95,5		
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		0,496	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		661,3	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		20.236.193,7	2009	IBGE/SCR

SÍGLOS: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Ariso Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.



## RORAIMA

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		92,1	89,9	94,3	94,2	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	32,2	31,0	33,5	35,0
			Matemática	24,3	23,1	25,5	26,5
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	18,6	17,5	19,8	28,2
			Matemática	9,5	8,6	10,5	18,3
3º ano do EM	Língua Portuguesa	20,2	17,5	22,8	27,8		
	Matemática	4,7	3,4	6,0	13,0		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		71,7	60,2	83,2	73,4	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		60,0	47,4	72,6	53,7	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,7	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,7		
	EM	3,6		
Matrículas na Educação Básica		144.200	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	56,6	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	42,4		
	EF (bruta)	104,1		
	EF (líquida)	91,6		
	EM (bruta)	78,2		
	EM (líquida)	55,1		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	133.977	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	17.709		
	De 6 a 14 anos	88.336		
	De 15 a 17 anos	27.932		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	18,0	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	28,9		
	EM	23,5		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	5,9	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	13,3		
	EM	13,2		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	1,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,1		
	EM	7,4		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	9,6	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		7,9	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	42,4	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	48,9		
	Anos iniciais do EF	51,8		
	Anos finais do EF	58,3		
	EM	75,4		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,525	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		699,8	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		5.593.491,1	2009	IBGE/SCR

Sijias - EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.

## SANTA CATARINA

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		90,9	89,1	92,7	94,8	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	52,9	52,3	53,6	46,7
			Matemática	49,9	49,2	50,6	36,3
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	32,2	31,5	32,8	39,6
			Matemática	21,8	21,1	22,5	29,9
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	35,5	33,1	37,9	34,6
Matemática	14,5		13,0	16,1	25,0		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		73,1	66,0	80,3	84,6	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		69,8	60,5	79,1	64,2	

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,9		
	EM	4,3		
Matrículas na Educação Básica		1.527.652	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	66,5	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	47,1		
	EF (bruta)	104,7		
	EF (líquida)	92,3		
	EM (bruta)	80,4		
	EM (líquida)	54,7		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	1.336.357	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	157.597		
	De 6 a 14 anos	837.055		
	De 15 a 17 anos	341.705		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	11,1	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	19,0		
	EM	16,4		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	3,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	5,9		
	EM	7,5		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	0,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	1,7		
	EM	8,0		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	3,9	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		8,0	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	69,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	78,1		
	Anos iniciais do EF	83,2		
	Anos finais do EF	91,1		
	EM	91,9		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,441	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		990,4	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		129.806.256,3	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## SÃO PAULO

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		93,4	92,7	94,0	95,1	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	49,1	48,6	49,6	52,4
			Matemática	47,0	46,5	47,5	43,9
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	32,4	31,8	33,0	37,0
			Matemática	19,3	18,6	19,9	28,0
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	35,9	33,9	38,0	34,4
Matemática	11,4		10,1	12,7	24,8		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		81,0	77,7	84,2	85,7	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		67,6	64,0	71,3	68,6	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	5,6	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,7		
	EM	4,1		
Matrículas na Educação Básica		10.418.874	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	74,2	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	59,6		
	EF (bruta)	100,7		
	EF (líquida)	93,2		
	EM (bruta)	89,6		
	EM (líquida)	67,1		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	8.715.461	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	1.088.631		
	De 6 a 14 anos	5.684.714		
	De 15 a 17 anos	1.942.116		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	4,7	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	12,2		
	EM	18,1		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	3,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	6,5		
	EM	13,9		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	0,3	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	1,5		
	EM	4,5		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	3,7	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		8,5	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	65,6	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	79,7		
	Anos iniciais do EF	83,8		
	Anos finais do EF	98,3		
	EM	98,8		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,480	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		980,9	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		1.084.353.489,6	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.

## SERGIPE

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		93,6	92,2	95,0	94,3	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	27,3	26,1	28,5	33,2
			Matemática	23,4	22,2	24,6	24,0
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	20,2	19,2	21,1	30,0
			Matemática	13,7	12,8	14,6	23,5
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	20,4	18,4	22,3	30,0
Matemática	6,2		5,2	7,2	22,2		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		46,1	36,7	55,4	57,8	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		37,0	25,9	48,1	39,9	

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	3,3		
	EM	3,2		
Matrículas na Educação Básica		587.365	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	93,9	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	72,3		
	EF (bruta)	109,0		
	EF (líquida)	91,8		
	EM (bruta)	76,3		
	EM (líquida)	40,9		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	532.707	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	75.123		
	De 6 a 14 anos	347.791		
	De 15 a 17 anos	109.793		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	30,9	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	46,5		
	EM	51,6		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	15,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	24,0		
	EM	13,7		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	2,4	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	7,0		
	EM	13,2		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	16,0	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		6,5	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	43,6	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	53,4		
	Anos iniciais do EF	68,5		
	Anos finais do EF	88,5		
	EM	95,2		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,556	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		569,6	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		19.767.110,9	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## TOCANTINS

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2011	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		90,1	88,5	91,7	93,3	
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2011)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	36,6	35,7	37,5	29,8
			Matemática	31,2	30,3	32,0	23,8
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	22,8	22,0	23,5	21,9
			Matemática	13,0	12,4	13,5	11,3
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	20,2	18,2	22,2	21,3
Matemática	5,2		4,3	6,2	14,0		
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		65,3	55,3	75,3	70,7	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		44,8	36,3	53,2	46,0	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Valor do indicador	Período de referência	Fonte
Ideb	Anos iniciais do EF	4,9	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	4,1		
	EM	3,6		
Matrículas na Educação Básica		413.773	2011	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	Pré-escola (bruta)	53,4	2011	IBGE/Pnad 2011
	Pré-escola (líquida)	37,7		
	EF (bruta)	107,8		
	EF (líquida)	91,8		
	EM (bruta)	82,0		
	EM (líquida)	52,7		
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	397.823	2011	IBGE/Pnad 2011
	De 4 a 5 anos	51.277		
	De 6 a 14 anos	251.525		
	De 15 a 17 anos	95.021		
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos iniciais do EF	16,7	2010	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	29,8		
	EM	34,2		
Taxa de reprovação (%)	Anos iniciais do EF	7,4	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	11,2		
	EM	10,4		
Taxa de abandono (%)	Anos iniciais do EF	0,8	2011	MEC/Inep/DEED
	Anos finais do EF	2,5		
	EM	8,6		
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	12,2	2011	IBGE/Pnad 2011
Escolaridade média em anos de estudo		6,7	2011	IBGE/Pnad 2011
Docentes com curso superior (%)	Creche	57,1	2011	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola	56,7		
	Anos iniciais do EF	72,4		
	Anos finais do EF	82,8		
	EM	96,4		
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		0,521	2011	IBGE/Pnad 2011
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		583,4	2011	IBGE/Pnad 2011
PIB (R\$ mil - correntes)		14.571.365,6	2009	IBGE/SCR

Símbolos: EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MEC/Inep/DEED - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Américo Teixeira - Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema de Contas Regionais.



## **Expediente**

### **Realização**

Todos Pela Educação

### **Supervisão**

Priscila Cruz  
Maria Lucia Meirelles Reis  
Mozart Neves Ramos

### **Gerência de Conteúdo**

Ricardo Falzetta

### **Gerência Técnica**

Alejandra Meraz Velasco

### **Produção Técnica**

Isabela Furtado  
Alexandre Ribeiro Leichsenring  
(colaborador)

### **Texto**

Ricardo Prado

### **Produção Editorial**

Editora Moderna

### **Diretoria de Relações Institucionais**

Luciano Monteiro  
Lucia Jurema Figueirôa

### **Projeto Gráfico**

Paula Astiz

### **Editoração Eletrônica e Gráficos**

Laura Lotufo / Paula Astiz Design

### **Coordenação Produção Editorial**

Ana Luisa Astiz

### **Revisão**

Bel Ribeiro



Esta é uma publicação do **Todos Pela Educação**, que teve apoio da Editora Moderna.  
Foi composta nas fontes Fedra Sans e Fedra Serif B e impressa em fevereiro de 2013.





O **Todos Pela Educação** é um movimento da sociedade civil, fundado em 2006, com a missão de contribuir para a garantia do direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade no Brasil. Este grande objetivo, com prazo de cumprimento até 2022, ano do Bicentenário da Independência, foi traduzido em **5 Metas**:

**Meta 1** Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola

**Meta 2** Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

**Meta 3** Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano

**Meta 4** Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos

**Meta 5** Investimento em Educação ampliado e bem gerido

As 5 Metas são acompanhadas anualmente, e o resultado deste monitoramento está expresso no **De Olho nas Metas**. Nesta publicação, apresentamos dados sobre atendimento escolar à população de 4 a 17 anos, alfabetização, desempenho dos alunos do Ensino Fundamental e Médio, conclusão dos estudos e financiamento da Educação Básica.

**Análises** de especialistas brasileiros sobre os cenários dos sistemas educacionais oferecem um aprofundamento sobre os temas, e **Boletins** com o acompanhamento das Metas por unidade da federação complementam a obra. O objetivo do relatório é servir de ferramenta para ações concretas de melhoria da Educação.

Todo o conteúdo deste relatório está disponível em

**[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)**

REALIZAÇÃO



APOIO

